



**uepb**

Universidade  
ESTADUAL DA PARAÍBA

CAMPUS III – GUARABIRA  
CENTRO DE HUMANIDADES OSMAR DE AQUINO  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
CURSO DE GEOGRAFIA

**Linha de Pesquisa:  
Geografia Rural e Agrária (Meio Ambiente Rural)**

**TERRITÓRIO CANAVIEIRO:  
CULTURA E TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS NO  
MUNICÍPIO DE SAPÉ/PB**

**ALEXANDRE ANTÔNIO LOURENÇO**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>.Me. Alecsandra Pereira da Costa Moreira**

**GUARABIRA – PB  
NOVEMBRO DE 2011**

ALEXANDRE ANTÔNIO LOURENÇO

**TERRITÓRIO CANAVIEIRO:  
CULTURA E TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS NO MUNICÍPIO DE  
SAPÉ/PB**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para obtenção do título de graduação em geografia, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Me. Alecsandra Pereira da Costa Moreira.

Linha de Pesquisa: Geografia Rural e Agrária (Meio Ambiente Rural)

GUARABIRA - PB  
NOVEMBRO DE 2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE  
GUARABIRA/UEPB

L892t

Lourenço, Alexandre Antonio

Território canavieiro: cultura e transformações  
socioeconômicas no Município de Sapé-PB / Alexandre  
Antonio Lourenço. – Guarabira: UEPB, 2011.  
126f.: Il. Color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em  
Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba.

“Orientação Prof. Ms. Alecsandra Pereira da Costa  
Moreira.”

1. Impacto Ambiental      2. Cana-de-açúcar  
3. Transformação Econômica      I.Título.  
22.ed. CDD 363.73

**TERRITÓRIO CANAVIEIRO:  
CULTURA E TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS NO MUNICÍPIO DE  
SAPÉ/PB**

**Por**

**ALEXANDRE ANTONIO LOURENÇO**

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Geografia como cumprimento do trabalho de conclusão de curso.

Monografia aprovada em 02/12/2011, com nota: 10,0.

**BANCA EXAMINADORA:**

Alexandra Pereira da Costa Moreira

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Me. Alecsandra Pereira da Costa Moreira  
(Professora substituta da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado da Paraíba – IFPB)

Ednilza Barbosa dos Santos

Examinadora: Prof.<sup>a</sup> Me. Ednilza Barbosa dos Santos  
(Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado da Paraíba – IFPB)

Severino dos Ramos Alves da Silva

Examinador: Prof. Me. Severino dos Ramos Alves da Silva  
(Professor da Prefeitura Municipal de João Pessoa/PB)

GUARABIRA - PB  
NOVEMBRO DE 2011

A minha família, colegas de turma, professores e amigos. Dedico aos meus queridos pais, Antônio João Lourenço & Maria das Graças Antônio Lourenço, aos meus avós, Sebastião Antônio (in memória) & Firma Maria Antônio e aos meus irmãos Alielson Antônio Lourenço & Maria Helena Lourenço, que sempre me apoiaram a seguir a carreira acadêmica.

DEDICO!

Primeiramente a Deus, por me trazer paz, tranquilidade e equilíbrio nos momentos de dificuldades durante a pesquisa. Meu muito obrigado a minha família, por ter me dado muita força e coragem e ter sido a estrutura de sustentação de meu trabalho e por ter compartilhado todos os momentos de alegria e tristeza. Agradeço a minha orientadora, Prof<sup>a</sup>.Me Alecsandra Pereira da Costa Moreira, por este trabalho que construímos juntos, traçado por uma relação de confiança e amizade. Aos companheiros de turma e a todos os professores pela convivência cotidiana, sempre enriquecedora e agradável. Aos professores que compõe a banca examinadora de minha monografia Prof<sup>a</sup>.Me.Edinilza Barbosa dos Santos e Prof<sup>a</sup>.Me.Severino dos Ramos Alves da Silva, pelas contribuições e indicações sugeridas. Aos meus amigos de graduação: Adeilma, Cássia, Sinésia, Cristiano, Jailson, Maxsuel, Diego, Michel, Michele, Maria da Glória, Clarissa, Weligton, Macilônia e outros. Em especial agradeço a minha grande amiga Cristina por ter contribuído muito durante a trajetória acadêmica. Aos meus amigos: André, Cristiana, Edite, Francisco, Maria do Carmo, Eudes, e outros. Meu agradecimento a todos que fazem parte do Departamento de Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, professores, alunos e funcionários. Agradeço a todos os entrevistados, colaboradores, companheiros que durante a pesquisa aceitaram ajudar na fundamentação da monografia, entre eles estão, trabalhadores rurais e sindicatos. Agradeço especialmente a Lucas Bergamin, amigo e companheiro e por ser muito importante em minha vida. Pela presença em todos os momentos, com apoio e carinho.

AGRADEÇO!

**043-GEOGRAFIA****TÍTULO: Território Canavieiro: Cultura e Transformações Socioeconômicas no Município de Sapé/PB****LINHA DE PESQUISA: Geografia Rural e Agrária (Meio Ambiente Rural)****AUTOR: Alexandre Antônio Lourenço****ORIENTADORA: Prof<sup>ª</sup>. Me. Alecsandra Pereira da Costa Moreira (UEPB; IFPB)****EXAMINADORES: Prof<sup>ª</sup>. Edinilza Barbosa dos Santos (IFPB)****Prof. Me. Severino dos Ramos Alves da Silva (PMJP)**

---

**RESUMO**

---

Este trabalho teve como objetivo geral compreender as transformações ocorridas na organização do espaço agrário, no Município de Sapé/PB, além do desenvolvimento da cultura canavieira e o processo de reestruturação do território, com ênfase ao processo de trabalho na colheita de cana-de-açúcar. Para desenvolver esse estudo foi preciso analisar a reorganização do espaço agrário e os processos que tangem a formação e a expansão do setor sucroalcooleiro a partir de incentivos, mudanças econômicas e tecnológicas presentes no processo de produção e no trabalho nos canaviais. Para analisar o processo de expansão da cana-de-açúcar foi necessário fazer levantamento de informações e dados com entidades representativas que interagem no processo canavieiro, como também aos que se relacionam aos camponeses, como sindicatos dos trabalhadores rurais, associações que interagem às unidades industriais de cana-de-açúcar e os aspectos que estão relacionados à mesma. Através dessa pesquisa concluímos que a expansão do território canavieiro tem se configurado pelo fato de incentivo das políticas públicas sobre o aumento de produção nos últimos anos, estabelecendo o Município de Sapé como uma das principais áreas de desenvolvimento da cultura canavieira no estado, o qual gera a exploração do camponês, principalmente na área de corte de cana onde o trabalho exige uma força física maior do camponês. Entretanto, as mudanças têm ocasionado à exploração dos camponeses que se sentem obrigados a aumentar sua produtividade para futuramente não serem substituídos pelas máquinas de corte de cana-de-açúcar.

**Palavras-chave:** Cana-de-açúcar, Camponês, Transformações econômicas, Impactos ambientais.

---

## *ABSTRACT*

---

This study aimed to understand the general, the transformations in the agrarian organization of space in the municipality of Sapé/ PB, and the development of sugar cane and the restructuring of the territory, with emphasis to the work in the harvest of sugar cane sugar. To develop this study was necessary to analyze the reorganization of space and agricultural processes that concern the formation and expansion of this sector from incentives, economic and technological change present in the production process and work in the fields. To analyze the process of expansion of cane sugar was necessary to make information gathering and data, with representative institutions that interact in the process sugarcane, as well as those that relate to workers, such as rural workers' unions, associations interacting units industrial cane sugar and the aspects that are related to it. Through this research we conclude that the expansion of sugarcane area has been marked by the fact encouragement of public policies on increasing production in recent years, establishing the City of Sapé as a key development areas of sugarcane cultivation in the state, which generates the exploitation of workers, mainly in cutting cane where the work requires a greater physical strength of the worker. However, the changes have led to the exploitation of peasants who feel compelled to increase their productivity for the future not being replaced by machines, cutting sugar cane.

Keywords: Cane sugar, Peasant, Economic transformations, Environmental impacts.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Microrregiões da Paraíba: Alta escolar da Paraíba, 2002. ....	14
<b>Figura 2</b> – Linha férrea de Sapé/PB, 1922. ....	25
<b>Figura 3</b> – Trilhos (à direita) passam na rua junto às casas em Sapé, 1922. ....	25
<b>Figura 4</b> – Município de Sapé/PB – Localização Geográfica. ....	28
<b>Figura 5</b> - Carta geológica do município de Sapé. ....	33
<b>Figura 6</b> – Terra preparada para o plantio de cana-de-açúcar. ....	60
<b>Figura 7</b> – Coleta de cana-de-açúcar realizada por uma enchedeira. ....	65
<b>Figura 8</b> – Destilaria Uma Sapé/PB, local de descarrego da cana. ....	67
<b>Figura 9</b> – Faz. São Felipe - Sapé/PB: corte manual de cana-de-açúcar. ....	84
<b>Figura 10</b> – Faz. Olho D’água – Sapé/PB: camponeses com os trajes e os instrumentos de trabalho.....	85
<b>Figura 11</b> – Faixa etária dos camponeses. ....	87
<b>Figura 12</b> – Grau de escolaridade dos camponeses. ....	88
<b>Figura 13</b> – Estado civil dos camponeses. ....	89
<b>Figura 14</b> – Diferentes funções exercidas pelos camponeses na agricultura canavieira. ....	90
<b>Figura 15</b> – Média salarial dos camponeses .....	92
<b>Figura 16</b> – Condição de ocupação dos domicílios dos entrevistados .....	93
<b>Figura 17</b> – Faz. São Felipe – Sapé/PB: camponeses em pleno horário de almoço.....	101
<b>Figura 18</b> – Cumprimento do Horário de trabalho na lavoura canavieira. ....	102

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>ASPLAN</b>	Associação dos Plantadores de Cana de Açúcar da Paraíba
<b>AS'</b>	Clima Tropical quente-úmido
<b>Bjpb</b>	Brejo Paraibano
<b>BNB</b>	Banco do Nordeste do Brasil
<b>CNA</b>	Companhia Nacional de Açúcar e Álcool
<b>CNBB</b>	Conferencia Nacional de Bispos Brasileiros
<b>CPT</b>	Comissão Pastoral da Terra
<b>EF</b>	Estação Férrea
<b>EMBRAPA</b>	Empresa Brasileira de Agropecuária
<b>EUA</b>	Estados Unidos da América
<b>Gb</b>	Guarabira
<b>IBAMA</b>	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística'
<b>ICH</b>	International Conference on Harmonization
<b>IECLB</b>	Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
<b>INCRA</b>	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
<b>IDH</b>	Índice de Desenvolvimento Humano
<b>IPPC</b>	Intergovernmental Panel on climate change
<b>IPTU</b>	Imposto Predial e Territorial Urbano
<b>ISS</b>	Imposto Sobre Serviço
<b>Jp</b>	João Pessoa
<b>L</b>	Leste
<b>Ln</b>	Litoral Norte

<b>Ls</b>	Litoral Sul
<b>MEB</b>	Movimento de Educação de Base
<b>MST</b>	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
<b>N</b>	Norte
<b>O</b>	Oeste
<b>ONGs</b>	Organizações Não Governamentais
<b>PB</b>	Paraíba
<b>PCB</b>	Partido Comunista Brasileiro
<b>PCPR</b>	Políticas Públicas de Combate a Pobreza Rural
<b>PL</b>	Partido Liberal
<b>PNDU</b>	Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
<b>Pronaf</b>	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
<b>PSB</b>	Partido Socialista Brasileiro
<b>PV</b>	Partido Verde
<b>S</b>	Sul
<b>SE</b>	Sul do Leste
<b>SO</b>	Sul do Oeste
<b>Sp</b>	Sapé
<b>UEPB</b>	Universidade Estadual da Paraíba

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>1- PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO MUNICÍPIO DE SAPÉ/PB</b> .....	18
1.1 Produção agrícola no Brasil .....	18
1.2 Aspectos históricos do município de Sapé .....	24
1.3 Localização e acesso ao município de Sapé.....	27
1.4 Aspectos socioeconômicos .....	29
1.5 Aspectos fisiográficos.....	30
1.6 Aspectos geológicos .....	32
<b>2- POR UMA REFORMA AGRÁRIA ORIUNDA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS</b> .....	34
2.1 Breve histórico da organização e luta pela terra .....	35
2.2 A Guerra de Canudos: um “arraial” no interior da Bahia .....	40
2.3 Contestado: um movimento trágico em disputa pela posse da terra .....	41
2.4 As Ligas Camponesas: um movimento de repercussão nacional e Internacional... .....	42
2.5 Sindicatos dos Trabalhadores Rurais: um movimento que repercute em todo território brasileiro.....	46
2.6 CPT: uma organização que luta em defesa dos trabalhadores rurais .....	48
2.7 Reforma Agrária: uma questão atual.....	50
<b>3- EVOLUÇÃO DO SISTEMA CANAVIEIRO: O CASO DA DESTILARIA UNA, NO MUNICÍPIO DE SAPÉ/PB</b> .....	54
3.1 Do engenho à destilaria: da mão de obra escrava ao trabalho assalariado .....	54
3.2 Grupo Una Açúcar e Energia/PB: uma história ligada à produção canavieira.....	56
3.3 Os processos de produção da cana-de-açúcar: do plantio a comercialização do produto .....	59
3.3.1 A preparação da terra.....	59
3.3.2 O cultivo da cana de açúcar e os cuidados para mantê-la produtiva .....	61

3.3.3 A fase de colheita e como se realiza o transporte da cana-de-açúcar .....	64
3.3.4 A fabricação do produto final e a comercialização .....	66
3.4 A produção canavieira um meio de sobrevivência para os camponeses .....	70
3.5 A oferta de trabalho na lavoura canavieira .....	73
3.6 Do corte manual a uma possível mudança com a colheita mecanizada para os próximos anos .....	76
3.7 As condições de trabalho na atividade canavieira.....	83
3.8 As condições de vida dos camponeses que trabalham no corte de cana-de-açúcar .....	86
3.8.1 A idade dos camponeses que cortam cana-de-açúcar .....	86
3.8.2 O nível de escolaridade dos camponeses.....	87
3.8.3 As formas de trabalho e os salários na agricultura canavieira .....	89
3.8.4 As condições de habitação e as expectativas dos camponeses junto à produção de cana-de-açúcar.....	93
3.8.5 A exploração da força de trabalho do camponês .....	94
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>104</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>107</b>

## **ANEXOS**

Anexo A	Termo de compromisso esclarecido
Anexo B	Roteiro de entrevista destinado aos camponeses cortadores de cana-de-açúcar
Anexo C	Roteiro de entrevista para fiscalizador de mão-de-obra
Anexo D	Roteiro de entrevista destinado ao proprietário da Destilaria Una

## **INTRODUÇÃO**

Conhecida pela mais antiga civilização, a cana-de-açúcar é uma planta perenial, ou seja, pertence à família dos capins e originária da Índia.

A cana-de-açúcar (*saccharum spp.*) está presente na economia brasileira desde o começo de sua colonização, em 1530. Essa cultura foi implantada nas terras brasileiras pelos portugueses que já tinham um largo contato com a planta e buscavam espaço onde pudessem expandir a produção de açúcar. Eles já cultivavam a cana-de-açúcar fora de Portugal, principalmente em regiões montanhosas, onde havia problemas de irrigação. Agora, passados praticamente cinco séculos, podemos constatar sua grande importância para o crescimento econômico brasileiro, de onde se aproveita absolutamente tudo da cana-de-açúcar (ORTEGA FILHO, 2003).

Bastante antiga e que percorreu muitos séculos, a cultura canavieira é um produto bastante cultivado por grandes e pequenos produtores, fazendeiros e usineiros que buscam nessa lavoura a subsistência econômica e a permanência dessa cultura de geração em geração.

Atualmente, a cana-de-açúcar é uma das melhores opções dentre as fontes de energia renováveis, principalmente no setor econômico que apresenta grande importância no cenário agrícola brasileiro e um futuro promissor no cenário mundial (MAULE *et al* 2001).

O Brasil é um dos mais tradicionais produtores de cana-de-açúcar, comparado à Índia e aos Estados Unidos que possui grande extensão territorial ocupada pela cultura canavieira em vários tipos de solos, a exemplo de Planossolo mesotrófico textura arenoso-média (PL) e Podzólico vermelho amarelo mesotrófico textura arenoso-média (PV), que estão sob influência de diferentes climas, o que resulta em vários tipos de ambientes para a produção desta cultura (DIAS, 1997).

A Região Nordeste convive com a monocultura da cana-de-açúcar desde a colonização brasileira, baseada na produção açucareira destinada ao mercado externo. Com o passar dos tempos sofreu modificações significativas, subordinadas ao mercado externo que acarreta diminuição ou expansão da cultura. Desse modo, é possível identificar três momentos marcantes no desenvolvimento da cultura canavieira no Nordeste brasileiro: o domínio dos engenhos, a efêmera

experiência dos engenhos centrais e as usinas de açúcar (MOREIRA & TARGINO, 1997).

Na Paraíba, a agricultura canavieira se estende por diversas áreas na parte leste do Estado, considerando seis sub-regiões: Litoral Norte (Ln), João Pessoa (JP), Litoral Sul (Ls), Guarabira (Gb), Sapé (Sp) e Brejo Paraibano (Bjpb). As sub-regiões do Litoral Sul (Ls), Sapé (Sp) e Litoral Norte (Ln), são as mais importantes do Estado, veja Figura 1, sendo que o Litoral Norte (Ln) responde pela maior parte da produção paraibana (SILVA, *et al* 2009).

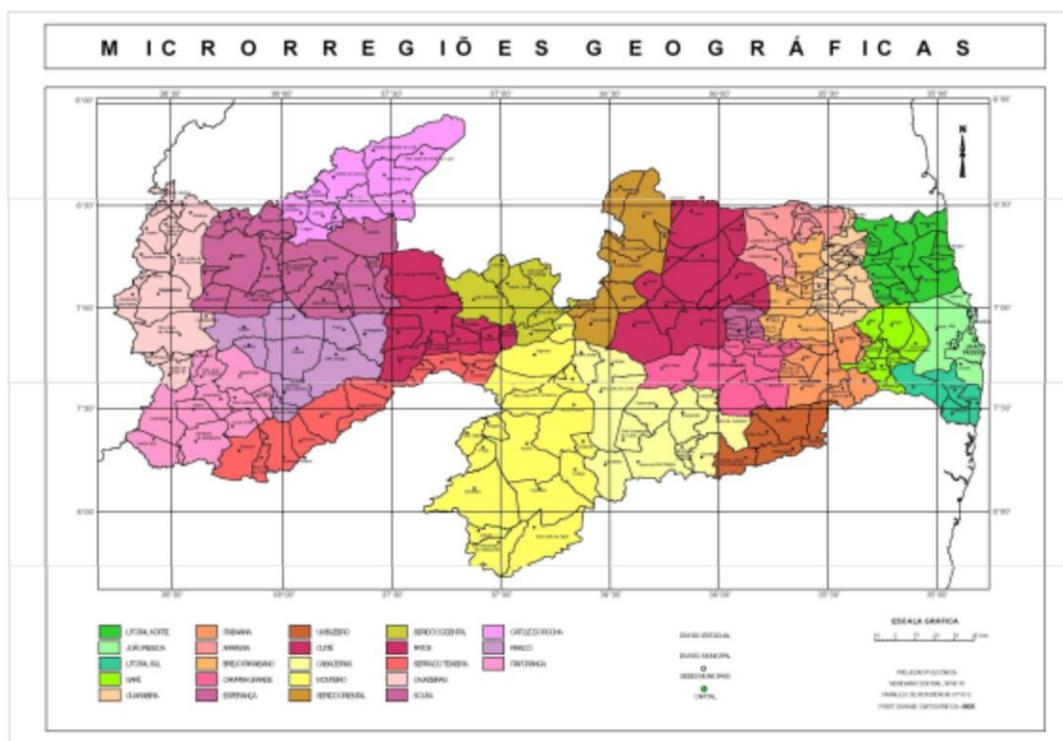


Foto 1 – Microrregiões Geográficas do Estado Paraibano. FONTE: IBGE - Censo Demográfico 2000 - Resultados Preliminares

Para os autores Silva *et al* (2009, p. 457) há uma melhor análise da produtividade de cana-de-açúcar no estado paraibano, as sub-regiões denominadas de litoral e brejo, representam quase que a totalidade da produção paraibana de cana-de-açúcar. O bom desempenho da cultura canavieira nas sub-regiões citadas anteriormente se dá através dos grandes investimentos realizados pelos produtores canavieiros que investem nessa cultura, num ambiente propício para o cultivo da mesma.

A área específica a que se propõe a produção de cana-de-açúcar no município de Sapé/PB, localizado na Microrregião de Sapé apresenta queda da produção em relação a outros municípios do Brasil, a exemplo do município de

Mamanguape/PB e do município de Santa Rita/PB. A baixa produção adquirida pelo município estudado se deu pelo fato da baixa precipitação ocorrida entre os anos de 2008 e 2010.

A maioria das terras cultivadas nesse município é ocupada pelo de cana-de-açúcar, manipulada pelos grandes produtores. Ao iniciar essas atividades, acabam por contribuir para a expulsão dos pequenos produtores do campo, além de destruir a paisagem natural, provoca alterações drásticas ao meio ambiente, como por exemplo, desmatamentos de florestas, queimadas, assoreamento de cursos de águas, entre outros. Por isso é necessário abordar essas consequências causadas pela cultura canavieira e o quanto é prejudicial ao ser humano.

Nessa perspectiva damos referência à “Destilaria Una” responsável por grande parte da produção econômica do município. Mas que de certa forma contribui para a devastação do meio ambiente através de queimadas e desmatamento de florestas.

A partir de então, a escolha do tema surgiu de uma curiosidade particular sobre a cultura de cana-de-açúcar. E também do próprio interesse em desenvolver um trabalho monográfico na linha de pesquisa: Geografia Rural e Agrária (Meio Ambiente Rural).

Para isso, a metodologia utilizada na presente pesquisa foi baseada nas delimitações e mapeamento onde é cultivada a cultura da cana-de-açúcar no município de Sapé/PB. Para realizar e ter uma visão precisa foi necessário buscar fundamentos teóricos vivenciados e estudados por autores com experiências relevantes na ciência geográfica ou até mesmo em outras ciências, que pudessem trazer fundamentos maiores para a pesquisa científica.

Os procedimentos adotados foram: pesquisa de campo e pesquisa bibliográfica com ordenamento e análise das informações. Também foi realizada uma pesquisa documental em órgãos públicos a exemplo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Além disso, realizamos entrevistas com os representantes de cada instituição e com os trabalhadores do campo. Nestes momentos elaboramos representações gráficas, a exemplo de imagens para o reconhecimento da área plantada e do processo de produção da cana, que tem início com o plantio estendendo-se até a fase da colheita do produto, uma vez que o município está se desenvolvendo com a cultura canavieira.

Foram feitos também trabalhos de campo que possibilitou a aplicação de questionários quantitativos socioeconômicos com trabalhadores rurais do município de Sapé que se dedicam à cultura canavieira.

O trabalho de gabinete nos possibilitou fazer um breve levantamento bibliográfico durante todo período de graduação, com enfoque maior no período final, procurando fazer um levantamento maior do tema proposto na pesquisa. Em análise dos materiais foram feitas visitas na área de estudo para obter melhor compreensão de sua dinâmica espacial, bem como relações e problemas existentes no processo e desenvolvimento econômico da produção canavieira em Sapé.

A aplicação do questionário foi fundamental, além de conseguir respostas para a pesquisa através de perguntas formais e informais, nos possibilitou e nos fez enxergar alguns fatores que ainda não tinham sido questionados na pesquisa o qual foi essencial para fundamentar melhor o trabalho.

Nesse período, com os dados coletados em campo e em órgãos públicos, trabalhamos com o auxílio de computadores através de alguns programas ou planilhas eletrônicas, para organizar as informações coletadas na pesquisa de campo, nos órgãos públicos e nas entrevistas realizadas com os trabalhadores da cana-de-açúcar. Assim foram construídas as tabelas, os mapas e em seguida a confecção de gráficos. Com as informações coletadas pudemos analisar melhor as informações, levantar os problemas e propor soluções ou meios para amenizar os problemas vivenciados no processo de produção canavieira do município de Sapé.

Nesse sentido, resgatamos a trajetória do processo de produção canavieira, através da história que percorreu séculos desde a época da colonização e perdura até os dias atuais com novas técnicas de manejo. Dentre essas novas técnicas estão o cultivo e a colheita mecanizada, aonde em grande parte da produção o camponês vem sendo substituído por máquinas que faz um trabalho mais rápido e preciso, ou seja, faz um trabalho mais lucrativo e econômico. Em um trabalho feito numa semana pelo trabalhador braçal a máquina realiza em três dias, dessa forma o produtor opta pelas máquinas em vez do camponês. Privilegiando nessa trajetória o caráter social em análise dos territórios onde essa cultura está implantada.

Analisamos os territórios onde a produção canavieira está implantada e, verificamos a relação do camponês com a cultura canavieira que está progredindo

a cada dia. Além de resgatar as condições de trabalho e os impactos ambientais causados por essa cultura, buscamos também mostrar sua importância e a contribuição na configuração do território brasileiro. E por fim identificar as transformações ocorridas no território canavieiro após a implantação de algumas políticas públicas a exemplo do (PCPR) Políticas Públicas de Combate a Pobreza Rural e (Pronaf) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Entretanto, os materiais teórico-metodológicos, utilizados na presente pesquisa, tiveram como referência principal a produção canavieira do município de Sapé, dando um enfoque maior nas situações e condições de trabalho dos camponeses da cultura canavieira no município. Objetivando dessa maneira, conhecer a diversidade local do município, como também social e cultural numa realidade que não é nenhum pouco agradável em relação à situação de opressão que os camponeses vivem diariamente nas lavouras de cana-de-açúcar num panorama referente e vivenciado no Estado da Paraíba.

Objetivou-se, nesse trabalho, correlacionar a produção canavieira no processo de desenvolvimento econômico do município de Sapé especificamente a “Destilaria Una”; caracterizar o espaço social e geoambiental do município em relação à cultura canavieira e apontar os principais fatores sociais e econômicos advindos da intensificação do plantio da cana-de-açúcar.

O presente trabalho se estrutura em três capítulos. No primeiro capítulo, aborda as fases de desenvolvimento da cana-de-açúcar no município de Sapé/PB, bem como o processo de produção da cana no Brasil, no Nordeste e na Paraíba. E também os aspectos históricos, localização e acesso, aspectos socioeconômicos, fisiográficos e geológicos do município.

No segundo capítulo, procurou-se discutir um pouco da história da luta pela terra e de alguns movimentos sociais, como: A Guerra de Canudos (1896 – 1897), Contestado (1912 – 1916), As Ligas Camponesas (1958 – 1968), Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, CPT e Reforma Agrária, movimentos que atualmente repercutem no território nacional e internacional.

E o terceiro capítulo, está centrado na caracterização da atividade canavieira no município de Sapé/PB e na dinâmica dos camponeses que cortam cana-de-açúcar, frente às relações de vida e condições de trabalho, vida e remuneração, além de comentar sobre a mecanização no corte e as possíveis mudanças quanto ao camponês no futuro.

## **CAPÍTULO 1: PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO MUNICÍPIO DE SAPÉ**

A cana-de-açúcar como principal produto agrícola do município de Sapé é considerada uma cultura com um auto potencial<sup>1</sup> de aproveitamento, sendo esta, indispensável para o desenvolvimento econômico da microrregião de Sapé. Esse capítulo expressa a necessidade de compreender a questão da produção agrícola canavieira do município de Sapé/PB e, para tanto, utilizamos como referencial teórico-metodológico os seguintes autores: Paiva (2009), Andrade (1994), Silva *et al* (2009), Alves e Paixão *apud* Gonçalves (2008), Maule *et al* (2001) Matsuoka (1996), Brugnaro (1983), Antunes e Angel (1996), Moraes e Franco (2005), Moreira e Targino (1997), Santos (2003), Miranda *et al* (2005), Lespsch, (1987), e também alguns documentos adquiridos em órgãos competentes, tais como: Embrapa – Relatório de Gestão (2002); Quantificação da Fixação Biológica de Nitrogênio na Cultura de Cana-de-Açúcar utilizando a Técnica de Balanço de Nitrogênio Total no Sistema Solo Planta (2004). Intergovernmental Panel on Climate Change-IPPC (2001), Atlas de Desenvolvimento Humano (PNDU), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2000), IBGE (2009). Nesse sentido, resgatamos a história do município e suas características físicas, econômicas, sociais, culturais e ambientais, para assim associar a uma cultura bastante dinâmica que depende de vários fatores físicos (relevo, hidrografia, vegetação, clima e solo) e das técnicas utilizadas para se desenvolver, resultando no progresso econômico das usinas.

### **1.1 Produção agrícola no Brasil**

Historicamente a cultura canavieira foi à primeira atividade econômica do país, nasceu há mais de 500 anos, na época, implantou no novo mundo a cana-de-açúcar (PAIVA, 2009). Para desenvolver essa cultura os europeus tiveram que se apropriar das terras indígenas, destruíram as florestas, construíram os engenhos, escravizaram os índios e africanos e montaram uma estrutura para a exportação do produto (ANDRADE, 1994).

---

<sup>1</sup>Esse potencial reflete a possibilidade do aproveitamento da cana-de-açúcar, que tanto pode ser utilizada para geração de energia nas usinas, como para a ração animal ou alimento para seres humanos e, além disso, existe o vinhoto que é um subproduto da cana-de-açúcar, que pode ser utilizado nas lavouras. Esse líquido é usado na irrigação dos canaviais e serve como adubo para a cultura da cana. Não pode e nem deve ser despejado nos rios e nos lagos, pois compromete a qualidade da água, inviabilizando a sua utilização.

Essa produção agrícola ganhou importância no século XVI, quando os portugueses chegaram aqui no país, especificamente no litoral brasileiro, onde encontraram grandes planícies com rios pequenos configurando uma área de fácil manejo, inclusive com solos apropriados, solos de massapês, caracterizado como solo de cor bem escura, quase preta encontrado na região litorânea do nordeste. É um solo muito fértil e, portanto, excelente para a prática da agricultura. No período colonial foi muito explorado na agricultura de cana-de-açúcar. Tem em sua composição uma elevada presença de argila. Ele se forma através da decomposição do granito, em regiões tropicais que possuem estações seca e úmida bem definida. Na época úmida, o massapê apresenta uma consistência pegajosa e no período de seca ele fica rígido. No citado momento histórico, esse tipo de solo era encontrado principalmente no Recôncavo da Bahia, onde perceberam uma oportunidade extraordinária para criar um novo elemento no mercado mundial, pois teria uma lucratividade garantida.

Segundo o Intergovernmental Panel on Climate Change-IPPC (2001) a produtividade agrícola no Brasil depende do clima e sua variabilidade, mas não se limita apenas ao clima para obter uma sucessiva produção. Esta dependência é importante durante o ciclo de vida das culturas, além de responsável pela alternância das produções agrícolas anuais, o que, sem dúvida influencia diretamente no balanço da produção, ocorrendo perda ou ganho em função das condições climáticas de uma região. Hoje com o grau tecnológico implantado nos diversos tipos de cultivos, dentre eles a lavoura canavieira, o balanço percentual da produção realizada em áreas com características ambientais adversas pode tornar-se superior ou igual a uma produção realizada em áreas cuja produção está centrada nas condições “naturais” dos solos e na dependência do clima. Um exemplo disso é o balanço percentual da produção de cereais na América do Sul que ganha cerca de trinta milhões de toneladas por ano num clima propício e favorável ao desenvolvimento contínuo de algumas lavouras como a cana-de-açúcar e o abacaxi. Dos doze países existentes na América do Sul, seis perdem mais de sessenta milhões de toneladas, isso ocorre porque os ambientes onde as lavouras são cultivadas não apresentam condições climáticas suficientes para que a produtividade agrícola atinja os valores tabelados. Enquanto que outros ganham noventa milhões de toneladas pelo fato de serem cultivadas em ambientes favoráveis ao desenvolvimento das lavouras. E, mesmo que o clima não seja

favorável nas áreas de cultivo é implantada a tecnologia da irrigação, para que as lavouras desenvolvam-se, tornem-se produtivas e atinja os valores planejados.

Em 2005, o Brasil colheu uma safra de 423 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, distribuído em diversas regiões brasileiras, principalmente no sudeste e no nordeste brasileiro. Em 1990, o litoral colheu cerca de 5,31 milhões de toneladas ou 64,2% da produção da Paraíba, enquanto o Brejo paraibano foi responsável por 2,77 milhões de toneladas ou 33,5% do total do Estado; em 2001, as participações do Litoral e Brejo foram de 82,3 e 16,7% e em 2005 atingiram 73,3 e 25,8% (3,64 e 1,28 milhões de toneladas) (SILVA *et al*, 2009).

Seguindo o raciocínio do autor supracitado, a cana-de-açúcar na Paraíba tem apresentado dinamismo na produção em períodos distintos nos últimos vinte anos (1990-2010), em 1990 a produção foi de aproximadamente 156.449 toneladas por hectares, já em 1995 a produção obtida foi 145,734 toneladas por hectares. Posteriormente a esse período ocorreu à influência de um evento de El Nino<sup>2</sup>, resultando em queda abrupta da produção canavieira provocada por estiagens prolongadas. A diminuição da produção da lavoura canavieira subsequiu até o ano 2000, onde o Estado colheu uma safra muito baixa comparada aos dez anos anteriores, atingindo uma produção de aproximadamente 90,964 toneladas por hectares. Após o período prolongado de estiagem a situação na zona canavieira começa a melhorar e as grandes oscilações, durante o período, levam o Estado a atingir valores melhores em 2005, quando foram registradas 105,403 toneladas por hectares. Enquanto que em 2010 a produção paraibana alcançou uma produção aproximada de 178 toneladas por hectares.

A situação da cultura canavieira paraibana começou a se recuperar a partir de 2001, quando tanto a área plantada como a produção apresentou um crescimento na melhoria da produtividade observada nos anos seguintes, até 2004. Esse crescimento foi devido primeiramente às oscilações ocorridas após esse período, com isso influenciaram no balanço da produção da cana-de-açúcar que até então estava defasada devido ao período prolongado de seca. Com as chuvas

---

<sup>2</sup> Estiagem prolongada por períodos seguidos, em várias partes do mundo, como por exemplo, a Região Nordeste especificamente a Paraíba que se enquadra nessa escala global e sofrem as consequências do fenômeno de El Nino que afetam a circulação geral da atmosfera. De certa forma ocasiona perda e baixa produção agrícola (SILVA *et al*, 2009 p.455).

distribuídas no território canavieiro, à tendência da produção era aumentar nos anos subsequentes a 2005, como essa cultura requer muita água para se desenvolver, as grandes oscilações ocorridas foram suficientes para o crescimento da produtividade no estado, como afirma Silva *et al* (2009, p. 455):

as necessidades agrícolas necessitam de fortes oscilações, desde a germinação e estabelecimento da cultura, passando pelo desenvolvimento, floração, formação e crescimento, até atingir a maturação e a colheita.

Outro fator que influenciou nesse crescimento foi o aumento das propriedades ocupadas pelo cultivo da cana-de-açúcar para suprir as necessidades do mercado nacional e internacional, motivado pelo crescimento da tecnologia dos motores de automóveis e pela publicidade que se originou a partir dos biocombustíveis, tornando assim uma solução para a crise energética, o desafio do aquecimento global e das mudanças climáticas em alta nos últimos anos.

Alves & Paixão *apud* Gonçalves (2008, p. 70) argumentam que:

desde 2002 o setor passou a experimentar um período de grande dinamismo em seu processo de crescimento, provocado pelo papel privilegiado que as suas duas principais *commodities*, o açúcar e, principalmente, o álcool, desfrutam no agronegócio mundial e brasileiro. Um dinamismo que pode ser creditado a fatores como as excelentes perspectivas do comércio interno e internacional, tanto para o açúcar, quanto para o álcool. A elevação dos preços internacionais do petróleo, o crescimento da demanda interna de álcool hidratado, devido ao sucesso dos automóveis *flex fuel*, movidos tanto a álcool, quanto a gasolina, o efeito do protocolo de Kyoto, que ao impor a redução, por parte dos países signatários, das emissões de CO<sub>2</sub>, tem provocado o crescimento da demanda externa por álcool anidro. A incapacidade dos EUA, maior produtor mundial do álcool de milho, de atender ao crescimento de sua demanda interna por álcool e, tampouco, da demanda externa, o que deixa este mercado aberto ao álcool do Brasil, além dos baixos custos de produção do açúcar e do álcool no Brasil.

Ao estudar o cultivo da cana-de-açúcar no seu ambiente de desenvolvimento obtivemos muitas informações que podem guiar um melhor manejo agrícola<sup>3</sup>. Assim é possível promover um melhor rendimento da cultura e, conseqüentemente, uma maior lucratividade ou competitividade para as agroindústrias de cana-de-açúcar, caracterizadas pela produção de um grande volume de resíduos. Algo importante a ser ressaltado é a preocupação ambiental dos órgãos envolvidos, em considerar os subprodutos e os resíduos, que podem ser utilizados de maneira ecologicamente correta (MAULE *et al*, 2001).

A colheita da cana-de-açúcar pode ser feita doze meses após o plantio ou dezoito meses depois, posteriores a colheita inicial é realizada através de cortes consecutivos.

Segundo Matsuoka (1996) a determinação do valor real do custo de produção da cana é diferente para “cana de ano” e “cana de ano e meio”, essas se caracterizam em duas épocas distintas, sendo que o plantio de “cana de um ano e meio”, tem início em fevereiro e vai até meados de julho (sendo que o plantio realizado nos meses junho e julho são denominados de plantio de inverno). O plantio de cana de ano, realizado nos meses de setembro a outubro são rotinas agrícolas feitas constantemente todos os anos nas diferentes regiões de cultivo no país. Representam características edafo-climáticas diferentes de uma região a outra em épocas de plantio durante o ano com alternâncias de temperatura, precipitação, comprimento do dia (dias longos e curtos), em relação ao tempo de espera para a colheita, ou seja, o número de períodos envolvidos para se calcular o valor desta colheita, também é diferente, no entanto, é recomendável plantar “cana de ano e meio”, de vez que esta fica mais tempo no campo e, conseqüentemente, proporciona melhores produções em toneladas.

Conforme Brugnaro (1983) a implantação de um canavial deve ser bem realizada, visto que ele pode proporcionar lucros em todas as safras, sendo que nos anos de poucas chuvas, o lucro de produção é baixo em comparação aos anos de muita chuva. Se implantada de modo incorreto, a cana-de-açúcar poderá proporcionar prejuízos ou não se desenvolve conforme o planejado.

---

<sup>3</sup> O manejo agrícola deve ser feito com o preparo do solo, que consiste no revolvimento das camadas superficial para o controle da planta. Outra etapa é a da aplicação de corretivos, como calcário, fertilizantes minerais ou orgânicos e adubação, para proporcionar condições favoráveis ao desenvolvimento da cultura. Em seguida, acontece a queima da palha ou a mecanização para fazer a colheita. Essa última proporciona vantagens, como maior fluxo de abastecimento da indústria e propõe colher cana crua, sem queimar a palha.

Antunes & Angel (1996) afirmam que os recursos computacionais devem ser encarados pelos agricultores como fator de produção adicional e devem ser adotados caso tragam benefícios financeiros compensadores. Dentro deste panorama procurou-se desenvolver um programa para melhor implantar os canaviais, de modo racional e econômico, sem esquecer-se de levar em consideração a necessidade de fornecimento contínuo e homogêneo da matéria-prima para a indústria. E também a grande diversidade de produtividade nos cortes, subsequentes para cultivarem diferentes e variados números de cortes em áreas e situações diferentes.

Para análise das relações entre a produtividade de cana-de-açúcar e as precipitações pluviais na Paraíba, escolheu-se a mesorregião da Mata Paraibana, por representar a maior parte da produção do Estado e por possuir condições mais favoráveis para o desenvolvimento da lavoura.

Através do processo de modernização da agricultura, ocorreu uma grande valorização das terras da Mata Paraibana, fato este que gera um aumento na concentração de latifúndios, que resulta na incorporação de pequenos sítios e provoca a expulsão dos pequenos produtores para as cidades e fronteiras agrícolas (MORAES & FRANCO, 2005).

Para Andrade (1994) na medida em que se incorporam novas terras para a cana, diminuem as lavouras de subsistência e se desequilibra toda a biodiversidade.

Moreira & Targino (1997, p. 332) afirmam que o predomínio da cana na paisagem da Mata Paraibana é constante, do início da colonização aos dias atuais. Desse modo, a organização inicial do espaço agrário paraibano teve como suporte a atividade canavieira no litoral.

Diversos trabalhos são realizados nesta área de pesquisa tais como o de Lima (2004) que aborda a expansão canavieira e transformações no espaço agrário do Município de Santa Rita; temos também o trabalho de Santos (2003), que vem mostrar as evidências de degradação causada pela agricultura canavieira no Distrito de Renascença-PB; o trabalho elaborado por Maule *et al* (2001), que vem mostrar resultados da produtividade agrícola de cultivares de cana-de-açúcar em diferentes solos e épocas de colheitas; o trabalho de Silva *et al* (2009), que trata das influências das precipitações na produtividade agrícola no Estado da Paraíba. Ainda temos trabalhos provenientes de órgãos estaduais como do

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e da Associação dos Plantadores de Cana-de-açúcar na Paraíba (ASPLAN), dentre outros trabalhos e órgãos competentes que atuam nessa linha de pesquisa.

## **1.2 Aspectos históricos do município de Sapé**

Sapé fora habitado em tempos pré-coloniais pelos índios potiguares, primeiros habitantes do atual município. Naturalmente estava coberta de matas exuberantes, que floresceram até o tempo da devastação. Mas os principais fundadores do núcleo municipal foram os portugueses Manoel Antônio Fernandes, juntamente com os senhores Urbano Guedes Gondim e Simplício Alves Coelho, responsável pela construção da primeira capela da localidade chamada de Jesus, Maria e José ou da Sagrada Família, no início do século XVII.

A partir daí surgiram os primeiros engenhos primitivos, com destaque para os engenhos: A lagoa Cercada que pertencia ao então Senhor Urbano Guedes Gondim e engenho Conceição (denominado Buraco), de propriedade do Senhor Simplício Alves Coelho, onde hoje está situada a sede do município. Atualmente, esses engenhos não existem mais, são reconhecidos apenas como fatores históricos que no passado foram muito importantes na economia e no desenvolvimento local.

O povoado começou com a construção da estação ferroviária Great Western em 1822, que ligava Itabaiana ao Rio Grande do Norte, destinado ao transporte de matéria-prima, como por exemplo, a cana-de-açúcar. Com a construção da estação ferroviária no município, surgiram outras edificações, pelo qual atraía pessoas de localidades próximas, como: Pedra de Fogo, Pilar, Mamanguape, Guarabira e outros que vinham com o objetivo de trabalhar nas edificações que até então estavam em construção ou se edificando nessa localidade. Portanto, as pessoas que migravam de outras regiões do Estado, vinham e se instalavam nessa localidade se aglomeravam em vilas e constituía o povoado da vila de Sapé que até o período ainda não havia se constituído como cidade, como mostra a Figura 2:



Figura 2: Linha férrea de Sapé. Fontes<sup>4</sup>: Jônatas Rodrigues, 05/2006; Cyro Diocleciano Rua Pessoa Jr.: Estudo Descritivo das Estradas de Ferro do Brasil, 1886; Ilustração Brasileira, 1922; Guia Geral das Estradas de Ferro do Brasil, 1960; Guias Levi, 1932-1984; Mapa - acervo R. M. Giesbrecht.

No município de Sapé a estação foi inaugurada em 1883, em um trecho aberto pela E.F. (estação férrea) conde D'Eu. O presente município, criado em 1925, teve sua existência por meio de uma abertura da estação ferroviária em 1883, construído próximo a uma fazenda chamada Monteiro, criando as bases da futura cidade. A estação foi, portanto, o marco inicial da povoação, que recebeu o nome de Sapé por causa da presença abundante de uma gramínea característica da região. Vejamos a Figura 3:



Figura 3: "Trilhos (à direita) passam na rua junto às casas em Sapé, em 1922". Fonte: Revista Ilustração brasileira, setembro de 1922.

<sup>4</sup> Imagem disponível no sítio: [www.estacoesferrovias.com.br/paraiba/sape.htm](http://www.estacoesferrovias.com.br/paraiba/sape.htm). Consultado em: 23/09/10

De acordo com João Lourenço um antigo morador do município Sapé que atualmente residindo na zona rural do mesmo, afirma que antes da urbana edificação do município havia um sítio, onde se encontra o município nos dias de hoje. Depois de fundada a Estação férrea, o povoado foi se estendendo para leste e oeste, formando assim quase dois bairros conhecidos pelos nomes de Sapé de Baixo e Sapé do Meio, este último, assim denominado em razão de um quase bairro que estava situado mais além com o nome de Sapé de Cima. O povoado tal qual citamos, estendeu a sua parte principal para o lado do Sul deste, ultrapassando o local em que se achava situada a capela Nossa Senhora da Conceição. Esta foi edificada no ano de 1901, iniciada pelo então Sr. Manoel Antônio Fernandes e terminada pelo Senhor Simplício Alves Coelho. Em 7 de março de 1896, foi emancipado o município de Cruz do Espírito Santo, com seu desmembramento da cidade de Mamanguape. Os povoados de Cruz do Espírito Santo e Vila de Pedras de Fogo foram transferidos para o novo município. Na divisão Administrativa de 1911, Sapé, Sobrado e São Miguel de Taipu pertenciam ao mesmo município: Cruz do Espírito Santo.

O nome do município de Sapé originou-se pela existência de um tipo de capim abundante na região, conhecida pelos indígenas como “EÇA-PÉ”, quer dizer: “o que ilumina o caminho, o que dá claridade”. Pelo qual utilizava para fazer facho de iluminar as travessias noturnas.

A constituição do município ou simplesmente sua emancipação política foi apenas efetivada em 1 de Dezembro de 1925, por determinação da lei nº 627, do então Presidente do Estado da Paraíba, Doutor João Suassuna, elevando da categoria de vila a de município. Desmembrado do município de Cruz do Espírito Santo que era sua sede, a cidade de Sapé passou a usufruir de um governo próprio, dependente da economia, cultura e política própria.

Depois da emancipação política, o município tomou novos rumos na economia, girava em torno principalmente da agricultura do abacaxi e de grãos, na época maior produtor de abacaxi da Paraíba, ou seja, produzia abacaxi em grande escala e era exportado para alguns estados brasileiros, como por exemplo: São Paulo e Rio de Janeiro, e também para o exterior, como: Alemanha, Portugal, Espanha, Estados Unidos, e outros.

Com a decadência do mesmo, o município passou a cultivar em grande escala a cana-de-açúcar, hoje boa parte de suas terras agrícolas são utilizadas no

cultivo dessa lavoura onde gera emprego e renda ao município. Mas o município não perdeu completamente sua referência em relação à cultura do abacaxi, apenas deixou de produzir continuamente o produto. A cidade ainda é conhecida nacionalmente e internacionalmente como “cidade ou terra do abacaxi” mesmo por não ter a liderança d à produção de abacaxi do Estado, como tinha no passado. Atualmente, a liderança é ocupada por Santa Rita e Itapororoca, responsáveis pela maior produção de abacaxi da Paraíba.

Berço de grandes personalidades, a cidade se destacou na política, nas artes, na economia e nos grandes movimentos sociais, notadamente na atuação das Ligas Camponesas. Movimento esse que repercutiu bastante no município. Até hoje esse movimento é questionado e lembrado pela população como um movimento que marcou a história do município e, foi o início de muitas batalhas para a melhoria das condições de trabalho e vida dos camponeses. Foi um movimento importante, que sensibilizou as massas em toda parte do Nordeste, e porque não dizer, do Brasil. E buscavam incorporar os camponeses ao processo de desenvolvimento da democracia brasileira, ou seja, buscavam condições dignas para os camponeses que trabalhavam especificamente na zona canavieira<sup>5</sup>.

### **1.3 Localização e acesso ao município de Sapé**

Sapé é um município do estado da Paraíba, que segundo Santos (2003, p. 25) está situado em uma zona de tabuleiros costeiros, apresentando formas convexas (relevo que apresenta eventualmente de fundo plano) e formas tabulares (relevo de topo plano com diferentes ordens de grandezas e de aprofundamento de drenagem, separados geralmente por vale de plano fundo). Elevado acima do nível do mar a cerca de 130m, distante a 55 km da capital paraibana João Pessoa.

Apresenta uma área de 316km<sup>2</sup>, representa 0,565% do estado da Paraíba, 0,0204 da Região Nordeste e 0,0037% de todo o território brasileiro.

O acesso é feito, a partir de João Pessoa, pela rodovia Federal BR 230/PB 055. Mas é possível ter acesso à cidade de Sapé vindo de outros municípios, como

---

<sup>5</sup> Para compreender melhor a história das ligas camponesas citadas no capítulo1, observe o capítulo seguinte onde retrata um pouco da história do trágico acontecimento de camponeses que morreram lutando por condições dignas de trabalho.

por exemplo, Campina Grande e Patos. E também por Rodovias Estaduais, a exemplo de Guarabira.

O mesmo faz limites com Santa Rita (SE), Cruz do Espírito Santo (L), Capim e Cuité de Mamanguape (N), Sobrado (S), Riachão do poço (SO), Mari (O). Localizado na Região Nordeste do Brasil e na Mesorregião da Mata Paraibana. Veja a Figura 4:

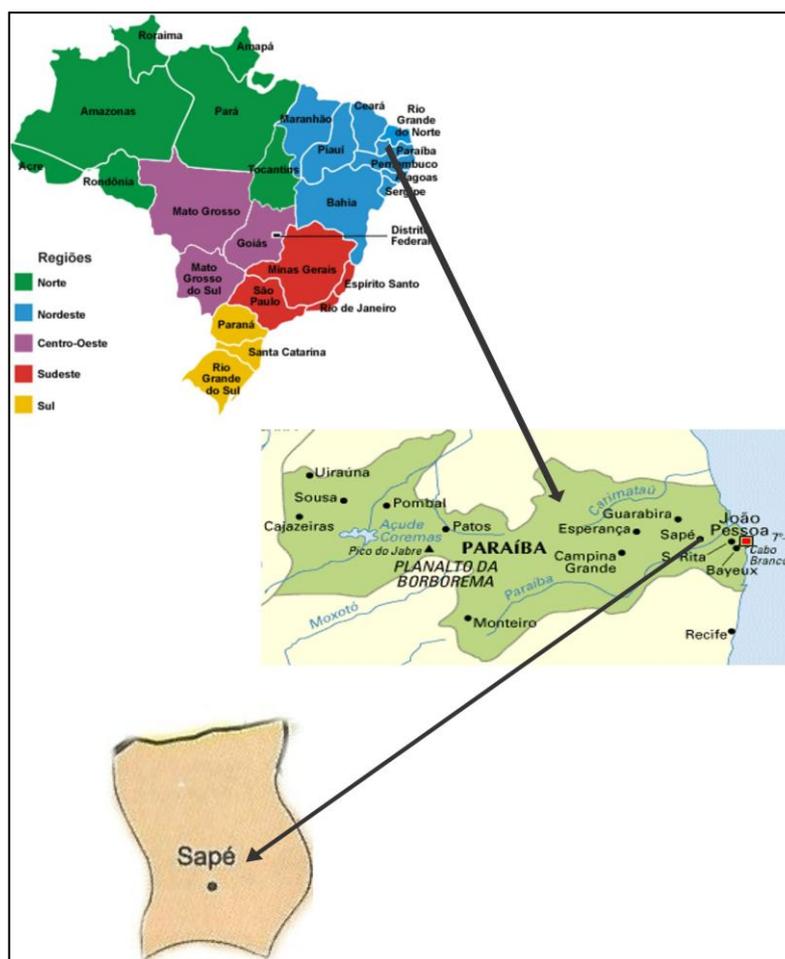


Figura 4: Município de Sapé/PB – Localização Geográfica. Fonte: adaptado do IBGE – Censo Demográfico 2000 – Resultados Preliminares.

Entretanto, o município de Sapé encontra-se configurado numa área de fácil acesso, não havendo dificuldades para chegar ao mesmo. Basta utilizar os transportes próprios e os transportes intermunicipais e interestaduais, como: ônibus, carros, motos e outros. Esses trafegam pelo município todos os dias, vindo de várias localidades diferentes, como por exemplo, João Pessoa, Guarabira, Campina Grande, Recife, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e outros.

Muitos dos indivíduos que trabalham na lavoura canavieira utilizam os transportes intermunicipais para chegar ao município de Sapé, ao chegar ao mesmo utilizam os transportes disponibilizados pela indústria até o local de trabalho que fica localizado na Fazenda Una zona rural do município de Sapé.

A seguir iremos relatar de forma prévia os aspectos socioeconômicos do município estudado e mostrar como os camponeses usufruem dos benefícios oferecidos pelo governo junto ao município.

#### **1.4 Aspectos socioeconômicos**

O município que foi criado em 1896, apresenta uma população de 47.682 hab. de acordo com o IBGE/2009 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,556 segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano (PNDU) Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2000).

Para Miranda *et al* (2005) as articulações entre as instituições encontra-se no convênio de cooperação com entidades públicas nas áreas de educação, emprego/trabalho, habitação e desenvolvimento econômico. Apoio de entidades privadas ou da comunidade nas áreas de cultura e direito de crianças e adolescentes e convênio de parceria com empresas privadas nas áreas de educação, assistência e desenvolvimento social, e direito de crianças e adolescentes.

Ainda de acordo com o autor supracitado, podemos afirmar que se encontra informatizados o cadastro e/ou bancos de dados de patrimônio, controle de execução orçamentária, cadastro de alvarás, cadastro de (ISS) Imposto Sobre Serviços, cadastro imobiliário (IPTU), cadastro de funcionários, folha de pagamento e contabilidade.

Observa-se também a presença de órgão específico para cumprimento de uma política habitacional e registro ou levantamento de família interessadas em programas habitacionais a exemplo do programa “minha casa minha vida”.

Sobre o programa “minha casa minha vida” tem direito ao benefício os camponeses que não possuem casa própria, comprovar renda de no mínimo três salários mínimos, não ter sido beneficiado por algum programa de habitação social do governo anteriormente entre outras regras. É um programa que dá subsídio

para o financiamento e dá o direito a de possuir uma casa própria para morar. É preciso que todos os interessados inclusive os camponeses que desejam aderir o programa, preencham algumas fichas do mesmo e esperarem que todos os papéis sejam aprovados.

É importante ainda destacar que o governo subsidiará o imóvel, porém ainda restará um parcelamento de no mínimo, R\$ 50,00 reais que deverá ser pago mensalmente, como em qualquer outro financiamento.

Podemos ressaltar também a descentralização administrativa com a de formação de conselhos e fundo municipal nas áreas de educação, saúde e assistência social. De acordo com Miranda *et al* (2005, p. 03) existem:

[...] programas ou ações na área de geração de emprego e renda tais como: incentivos para atração de atividades econômicas, benefícios tributários relativos ao ISS, programa de geração de emprego e renda e programa de capacitação profissional.

Recordamos também a existência de atividades socioculturais como biblioteca pública, clubes e associações recreativas, estádios ou ginásios pole esportivos e banda de música.

Como atividade de lazer os camponeses praticam várias atividades oferecidas pela prefeitura, como: futebol de salão e campo, voleibol, atividades físicas, leitura de livros na biblioteca, música ao vivo no clube e em praça pública, entre outras.

No tópico seguinte iremos comentar sobre os aspectos fisiográficos do município de Sapé e fazer uma inter-relação com a cultura canavieira.

### **1.5 Aspectos fisiográficos**

O município de Sapé encontra-se em uma unidade geoambiental de tabuleiros costeiros. Esta unidade esta presente por todo litoral do nordeste brasileiro, com altitude média de 50 a 100 metros. Compreende platôs de origem sedimentar, que apresentam graus de entalhamento variável, ora com vales estreitos, encostas suaves e fundos com amplas várzeas. De modo geral, os solos são profundos e de baixa fertilidade natural. (MIRANDA *et al*, 2005).

O clima é tropical quente e úmido (As'), com verão seco. O período chuvoso tem início no outono em um período que vai de fevereiro a outubro. A precipitação média anual é de 1.634,2 mm, com temperatura máxima de 32 graus e mínima de 18 graus.

No período chuvoso se processa o plantio da cana-de-açúcar que vai de Março a Agosto. E no período seco de Setembro a Fevereiro se dá a colheita.

A vegetação predominante no município é do tipo floresta subperenifólia, com partes de floresta subcaducifólia, árvores de porte médio (10/15 m), troncos com diâmetros pequenos, copas largas e irregulares. As espécies principais são: cajueiro, maçaranduba, aroeira de praia, etc. E cerrado/floresta, formação vegetal que apresenta um manto herbáceo, constituído principalmente por gramíneas (capim do tabuleiro, etc.), e arbustos de troncos e ramos tortuosos, folhas largas, córtex camada externa de vegetais, de estrutura concêntrica espessa e fendida, como a mangabeira, a lixeira, o cajuí e a batiputa. Essa vegetação bastante diversificada são características de um clima tropical quente úmido (As') do litoral onde Sapé está localizado de acordo com as regiões geográficas da Paraíba (ATLAS ESCOLAR DA PARAÍBA, 2002).

A região, onde está situado o município, apresentam-se ondulações que definem uma secessão de colunas rasas e na sua topografia estão registrados 10% de planícies; 53% de suaves elevações; 30% de terrenos ondulados; 5% com fortes ondulações e 2% de área montanhosa (ATLAS ESCOLAR DA PARAÍBA, 2002).

Quanto ao solo<sup>6</sup>, este se constitui de terrenos 10% arenosos; 5% argilosos; 30% argiolo-arenoso; 50% areno-argiloso e 5% argilo-humoso. (ATLAS ESCOLAR DA PARAÍBA, 2002).

O solo é apenas um dos componentes de um conjunto complexo de fatores de produção, destacando-se pelo seu importante papel de fornecer às plantas suporte físico, água e nutrientes. Portanto, o conhecimento das características inerentes a cada solo, os chamados fatores edáficos, é importante para julgar o potencial de produção agrícola (LESPSCH, 1987).

---

<sup>6</sup> O solo é uma coleção de corpos naturais, constituídos por partes sólidas, líquidas e gasosas, tridimensionais, dinâmicos, formados por materiais minerais e orgânicos, que ocupam a maior parte do manto superficial das extensões continentais do nosso planeta, contém matéria viva e podem ser vegetados na natureza, onde ocorrem (EMBRAPA, 1999).

O solo e o clima são fatores que indeferem bastante na produção e na qualidade da cana-de-açúcar, por isso é necessário cultivar esse tipo de lavoura em um ambiente que seja propício para o desenvolvimento da mesma e que possa gerar maior lucratividade produtiva. O exemplo do município de Sapé que está inserido em uma área adequada para o manejo dessa cultura. É por esse motivo que grande parte de suas terras foram ou está sendo ocupada por plantações de cana-de-açúcar, lavoura que está em alta no mercado mundial.

É importante também ressaltar que a cana-de-açúcar necessita de bastante água para se desenvolver assim sua falta ou excesso, afeta de forma decisiva o desenvolvimento da planta. Para um desenvolvimento positivo é necessário que a mesma seja cultivada em ambientes úmidos. Vejamos:

exceto locais que utilizam irrigação para fornecimento de água às culturas, a disponibilidade de água é regida pela distribuição da chuva e pelo potencial de armazenamento de água no solo, que é condicionado pela sua capacidade de retenção e drenagem do solo. A capacidade de retenção de água de um solo é bastante variada dependendo do tipo e quantidade de porosidade do mesmo. Já a drenagem é função da porosidade e altura do lençol freático. (MAULE *et al*, 2001, p.296).

Sobre isso, o solo exerce importante função na cultura de cana-de-açúcar, pois o mesmo tem a função de armazenar água e tornar a cana produtiva.

A seguir iremos comentar sobre os aspectos geológicos do município de Sapé e ressaltar os principais seguimentos rochosos que compõe o município estudado.

## **1.6 Aspectos Geológicos**

Verifica-se que a maior parte do território paraibano é formado por rochas resistentes, bastante antigas, que formam o complexo cristalino da era Pré-Cambriana. E, os terrenos mais recentes, menos resistentes, sedimentares, datam das eras Mesozóica e Cenozóica, e ocupam uma porção menor do estado, ocorre principalmente no litoral paraibano (EMBRAPA 1999).

O município de Sapé por estar localizada no Litoral paraibano e próximo a Borborema, apresenta um complexo de rochas diversificadas, a exemplo de rochas sedimentares e cristalinas.

Encontramos rochas de vários tempos da escala geológica, como por exemplo, citamos da era Cenozóica: os depósitos flúvio-marinhos que são depósitos indiscriminados de pântanos e mangues, flúvio-lagunares e litorâneos. Depósitos colúvio-eluviais que são sedimentos arenosos, areno-argiloso e conglomerático. E também grupo de barreiras que são os arenitos e conglomerado, intercalações de siltito e argilítico. Do Arqueano, temos: o complexo de cabaceiras, que é constituído de ortogneisse granodiorítico-granítico e intercalações de rochas metamórficas. Na sequência observemos a Figura 5:

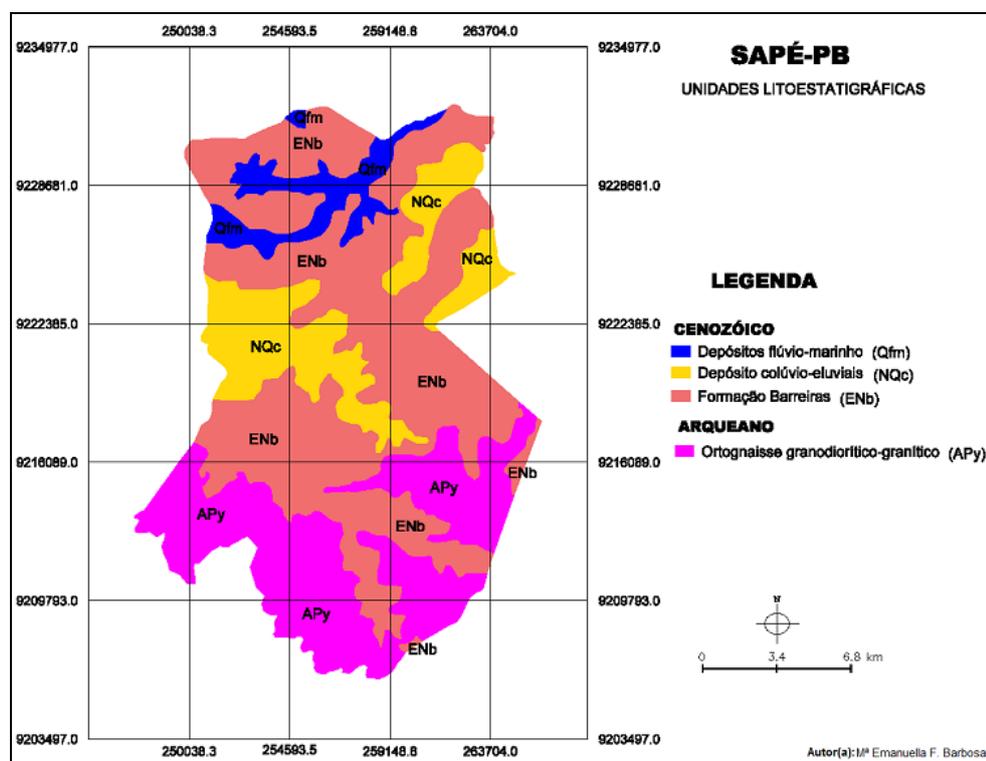


Figura 5: Carta geológica do município de Sapé. Observar a preponderância da Formação Barreiras e mais ao sul à transição para a área cristalina com predomínio de rochas metamórficas. Fonte: modificado do Serviço Geológico Brasileiro - CPRM, 2002.

Podemos perceber na figura representada anteriormente que o município estudado apresenta uma estrutura geológica bastante diversificada, serve de base para a compreensão das estruturas espaciais, não só em relação à natureza física dos fenômenos, como a natureza socioeconômica dos mesmos.

Para compreender melhor esse estudo vamos abordar no capítulo seguinte a questão dos movimentos sociais, de caráter coletivo e contestador, que tem como objetivo modificar as transformações e a preservação da ordem estabelecida na sociedade rural e urbana.

## CAPÍTULO 2: POR UMA REFORMA AGRÁRIA ORIUNDA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Sofri e não venci  
 Sofri inúmeras perseguições!  
 Clamei pelo meu povo  
 Em busca de dias melhores.  
 Estou muito inconformado com toda situação.  
 Lutei muito,  
 Hoje continuo lutando.  
 Sou um camponês “Sem Terra”, sem nada.  
 Que ainda resiste a tanta humilhação.  
 Luto por um pedaço de terra  
 Para fazer a plantação.  
 Os dias passam  
 Não vejo nenhuma solução.  
 Quem sabe um dia... Um dia...  
 De tanto lutar  
 Consigo a redenção.  
 Clamo por você camponês  
 Que ainda não tem um pedaço de terra  
 A se juntar a mim  
 E juntos caminhar em busca  
 De uma “Reforma Agrária” para todos.

(Alexandre Antônio Lourenço)

Os movimentos sociais entendidos como medidas de mudanças tomadas pelas sociedades em conjunto concordantes que podem causar revoluções na realidade dos indivíduos. Configuram-se em reivindicações urbanas ou rurais e expressão as contradições sociais e econômicas. Entretanto, para fundamentar o capítulo 2, utilizamos os seguintes autores: Strazzacappa (2006), Pinsk (2004), Moreira (2006), Silva (1981), Galvão (1977), Fraga (2006), Bastos (1984), Stédile (2005), Azevedo (1982), Antunes (1980), Ribeiro (2008), Moreira *et al* (1999) e Silva (2006). E também como referência as Leis das Sesmarias (2003-2010) e a Comissão da Pastoral da Terra-CPT (2006). Primeiramente iremos fazer um breve histórico da organização e luta pela terra, em seguida vamos comentar sobre alguns movimentos sociais como, por exemplo: A guerra de Canudos (1896-1897) e A guerra do contestado (1912-1916). Além de outros movimentos sociais que fazem parte da história agrária no Brasil, como: As ligas Camponesas, Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e a Comissão Pastoral da Terra. E para

concluir o capítulo comentamos sobre a Reforma Agrária. A partir de então procuramos associar esses movimentos ao estudo feito sobre os camponeses que prestam serviço na “Destilaria Una” – Sapé/PB.

## 2.1 Breve histórico da organização e luta pela terra

Em pleno século XXI, ainda existem pessoas e/ou camponês que sofrem com as perseguições ocasionadas pela atuação em movimentos sociais. Eles clamam por dias melhores. São indivíduos que lutaram e lutam para tentar mudar as situações de humilhação pelo qual passam na busca por um pedaço de terra para morar, plantar, ter possibilidades de lazer e de praticar a sua religiosidade.

A luta pela terra vem de muitos séculos atrás e, atualmente, repercute na sociedade brasileira, visto que há indivíduos que clamam por dias melhores, sonham com uma “Reforma Agrária” igualitária para todos. Mas para isso acontecer é necessário que todos se mobilizem e não fiquem de braços cruzados esperando acontecer. É necessário lutar bastante, ter garra e perseverar muito, como já diz o ditado popular “a união faz a força”. Se juntos caminharmos venceremos e a situação de humilhação e exploração pelo qual passamos mudará<sup>7</sup>.

Para compreender os problemas da terra é necessário fazer uma breve referência sobre a história do país, resgatando os fatores que marcaram o início da luta pela terra no Brasil.

Em 1500, Pedro Álvares Cabral numa expedição marítima chegou aqui no país através de embarcações percorridas sobre o oceano. Os portugueses trouxeram vários problemas aos nativos como, por exemplo, doenças que dentre elas, citamos: o sarampo, catapora, malária e tuberculose. Causaram também conflitos com os habitantes nativos das terras que se dedicavam à caça, pesca e coleta de frutos e vegetais. Mas não sabiam distinguir o trabalho da forma que nós

---

<sup>7</sup> Eu visto a camisa do movimento camponês, porque sonho com dias melhores, onde suas ações são escandalizadas e nada sensibiliza a fome, a falta de moradia e tantos outros problemas enfrentados pela classe trabalhadora. É hora de encarar a realidade, sair do “casulo” e opinar independente do espaço, é hora de assumir e levantar a bandeira da justiça e continuar lutando por dias melhores e por leis favoráveis ao camponês. O que nos resta é lutar para romper essas barreiras de injustiça e opressão

conceituamos hoje, um trabalho cujo objetivo é a exploração e os interesses econômicos.

De acordo com Strazzacappa (2006, p. 22) durante 30 anos entre o período de 1500 a 1530, os portugueses não deram importância às terras descobertas, basicamente por dois motivos:

- Primeiro porque os europeus já calculavam a existência de terras a Oeste do Oceano Atlântico, mesmo antes de 1500, ou seja, tinham praticamente certeza da existência de terras nessa localidade;
- Segundo porque os portugueses visavam o comércio de especiarias vindo das Índias a exemplo de pimenta, canela, cravo, gengibre, produtos utilizados para conservar alimentos. Além de perfumes, pedras preciosas e ouro exploravam e revendiam por preços altíssimos, visando o lucro. “O comércio fácil e lucrativo com as Índias gerava um enorme desinteresse pelo Brasil descoberto, uma vez que aqui não havia produtos de interesse imediato.” (STRAZZACAPPA, 2006, p. 22).

No período de trinta anos a única ocorrência realizada nas novas terras foi à exploração do pau-brasil, uma das riquezas das matas brasileiras, localizada próximo ao litoral conhecida como parte da biodiversidade da Mata Atlântica. Essa riqueza brasileira era denominada pelos índios como “pau vermelho”. Os portugueses exportavam troncos dessa madeira para Portugal em navios, porque dela se extraía uma tinta vermelha utilizada para tingir tecidos.

A atitude dos portugueses começou a mudar quando perceberam que as terras brasileiras estavam sendo invadidas por franceses e espanhóis, aumentando a clandestinidade do pau-brasil para a Europa. Desde então os portugueses decidiram que era necessário enviar pessoas para colonizar o Brasil.

Como não encontrou outra solução para implantar nas terras descobertas, o rei de Portugal decidiu fazer o mesmo que vinha sendo feito em Portugal. A distribuição de terras baseadas no regime de Sesmarias<sup>8</sup>.

Conceituado como um regime muito rigoroso, onde o rei determinava as regras a pessoas que fosse trabalhar nas terras. Eram feitos sorteios de lotes de

---

<sup>8</sup> Instituto jurídico português que normatizava a distribuição de terras destinadas à produção, criada para combater a crise agrícola e econômica que atingia o país e a Europa, e que a peste negra agravava (LEIS DAS SESMARIAS, 2003-2010).

terras a pessoas dispostas a trabalhar por elas e cultivá-las. Determinava regras que deveriam seguir a certos rigores, como afirma Strazzacappa (2006, p. 20):

determinava que as terras distribuídas devessem ser cultivadas em um prazo determinado: dois anos. Se não ocorresse, independente de qualquer motivo elas seriam imediatamente retomadas e redistribuídas pelo rei. Se os novos sesmeiros não pudessem lavrar toda a terra, que o fizessem ao menos em parte, ou devolvessem-na.

Mas no Brasil, o regime das Sesmarias não obteve o mesmo sucesso que em Portugal e na Espanha. Em Portugal as terras que eram doadas eram aquelas abandonadas, atribuídas a quem se destinava a cultivá-las. Enquanto que no Brasil as terras eram virgens e não tinham documentos, desse modo às terras não possuíam um proprietário civil.

O fracasso do sistema de Sesmarias foi devido ao não cultivo da terra por esta apresentar uma grande extensão territorial e a falta de mão-de-obra. Cabia ao governo português encontrar uma nova solução para com o Brasil, já que tinha necessidade de ocupar produtivamente a terra de tal forma que os custos da implantação do sistema e sua produção fossem superados pelos rendimentos.

Como o regime das Sesmarias não estava dando certo aqui no país, a única solução era encontrar outra maneira mais eficaz que resolvesse a situação da terra no Brasil. Foi, nesse sentido, em uma iniciativa particular do rei de Portugal D. João III que criaram o sistema de Capitânicas Hereditárias. Uma forma que foi estabelecida para colonizar o Brasil.

Assim as Capitânicas Hereditárias foi uma solução administrativa para estimular a colonização no território brasileiro. Dividindo a terra em lotes, chamados de doações, que foram doados a homens de destaque, como fidalgos, em sua maioria.

Inicialmente as terras foram divididas em 15 capitânicas, distribuídas para doze donatários. Eles recebiam os lotes para fazer uso da terra, ou seja, usufruir, mas não se apossar definitivamente da mesma. Os colonos estabelecidos numa capitania pagariam ao governo português os impostos relativos às riquezas naturais (metais preciosos, madeira) e a exploração da pesca. Enquanto que os donatários pagariam os impostos referentes à exploração do solo e dos rios (navegação fluvial, engenhos movidos à força hidráulica).

Mas uma vez o sistema implantado nas terras brasileiras, dessa vez o Sistema de Capitânicas Hereditárias que era baseado no mesmo critério das Sesmarias, não obteve o sucesso esperado pelos portugueses, isso devido a vários fatores, tais como: ataques indígenas, distância em relação à metrópole, falta de recursos financeiros, desinteresse dos donatários e ameaças de outras potências, como por exemplo, Espanha e Holanda.

Das 15 capitânicas apenas duas prosperaram, foram exatamente às capitânicas de São Vicente e a de Pernambuco. O sucesso foi devido ao cultivo da cana-de-açúcar, produto cultivado pelos portugueses como primeiro passo para colonizar o Brasil.

A cana-de-açúcar implantada nas terras brasileiras era um bom negócio, já que o açúcar era um produto raro e caro na Europa. O clima tropical (quente e úmido) e o solo de massapê, existente em larga porção do litoral brasileiro, especialmente no Nordeste, favoreciam o desenvolvimento da lavoura canavieira e a instalação dos engenhos de açúcar.

Seu subproduto, o açúcar, já era conhecido em toda Europa, e sua demanda era bem superior à oferta. Portanto, seu preço era alto, o que trazia a tona uma perspectiva de grande lucro. De tal maneira o açúcar, então considerado um produto raro, importante e caro, era tão precioso que chegava a constar em testamento. Por outro lado, Portugal já adquiria experiência sobre a produção de açúcar. Ademais, para esse produto seria relativamente possível obter o capital necessário para o investimento inicial, bem como organizar o sistema de transporte marítimo.

Para trabalhar na lavoura canavieira e, em seguida, na lavoura cafeeira no Sudeste e Sul, os agentes da colonização recorreram à escravidão do negro trazido da África em navios, como já haviam recorrido à escravidão do índio, mas eles não satisfizeram as expectativas dos portugueses.

Pinsk *apud* Moreira (2004, p. 20 e 21) apresenta alguns motivos pelo qual a mão-de-obra indígena foi substituída pela negra, como:

A fraca densidade demográfica da população indígena no Brasil; o fato de as tribos ficarem cada vez mais arredias, a partir da percepção do interesse do branco em escravizá-las; a dizimação dos indígenas por meio da superexploração de sua força de trabalho; a proteção jesuítica etc. Não se pode, contudo, deixar de lado um aspecto essencial da questão: o interesse da Coroa e dos

traficantes. Enquanto a captura do índio era quase um negócio interno da colônia – quando, frequentemente, até o *quinto* (imposto) devido à colônia era sonegado, o comércio ultramarino trazia excelentes dividendos tanto ao governo, quanto aos comerciantes. Assim, governo e jesuítas apoiavam inteiramente os traficantes, estabelecendo limitações à escravidão indígena – em nome de Deus. Em nome de quem, por outro lado, aceitavam a escravidão negra?

Dessa forma, a escravidão do negro era um ato legal e protegido pelos donatários das capitanias. Por sua vez, o governo da metrópole obtinha lucros, pois eles eram comprados e embarcados da África para o Brasil como mercadoria em condições subumanas. Eram transportados em meios a multidões de escravos que falavam dialetos diferentes para que eles não planejassem fugas ou entrassem em conflitos com os traficantes<sup>9</sup>.

Aqui eram utilizados em todo tipo de tarefa, trabalhavam sem parar, sofriam maus tratos e severos castigos, eram mal alimentados, e viviam em alojamentos desprovidos de dignidade. Se tentassem fugir, eram perseguidos pelos capitães-do-mato.

Muitos negros, porém, conseguiram resistir à escravidão, fugiam se escondiam pelo mato e formavam aldeias, que eram chamadas de quilombos. Quando isso acontecia os senhores donos dos escravos ficavam muito irados (bravos), pois eles custavam muito caro, quando fugiam causavam grandes prejuízos para seus donos. Era como se levassem consigo parte de sua fortuna.

Um dos grandes quilombos para onde se refugiaram negros africanos, índios e alguns brancos pobres foi o “Quilombo dos Palmares”<sup>10</sup> que ficava entre Pernambuco e Alagoas, construído na Serra da Barriga, lá viviam mais de 20 mil quilombolas (SILVA, 1981).

Eles construíam pequenos povoados e praticavam diversas atividades, como: agricultura, artesanato, além de fabricar armas e utensílios.

Palmares permaneceu abrigando escravos por muitos tempos até que os senhores de engenho junto com outras autoridades conseguiram desativá-lo, ou seja, destruir esse quilombo que por muitos anos serviu de abrigo para os

---

<sup>9</sup> Recomenda-se assistir o filme: “AMISTAD”, de Steven Spielberg. Este filme é baseado em fatos reais e mostra maus tratos, torturas e assassinatos ao longo do transporte dos negros escravizados. (MOREIRA, 2006, p. 29).

<sup>10</sup> Foi uma confederação de pequenas aldeias de quilombolas (habitantes dos quilombos) protegida por um sistema de fortificação, que resistiu por cerca de 70 anos aos ataques das autoridades coloniais e dos senhores-de-engenho.

refugiados. Ao destruírem Palmares, poderiam ter posto um fim as formas de resistências ao sistema escravista, mas não foi exatamente o que aconteceu. Outras pessoas deram continuidade às lutas, não da forma como eram antes. Como exemplo de outras formas de lutas por melhores condições, citamos: Canudos (1896 a 1897), Contestado. (1912 a 1916) E mais, as Ligas Camponesas, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e Comissão Pastoral da Terra (CPT), dentre outros. Como será especificado mais adiante.

Foram movimentos que ocorreram por todo o Brasil e que também influenciaram outros países, a exemplo do México, Cuba e Chile.

## **2.2 A Guerra de Canudos: um “arraial” no interior da Bahia**

Com o processo de modernização no final do século XIX várias Regiões do Brasil, especificamente a Nordeste e a Sul, foram abaladas pelas transformações das relações sociais de formas diferentes.

A decadência nordestina se acentuou através de uma crise econômica gerada por vários anos de seca agravando a situação ainda mais. Até então, os pequenos lavradores e os camponeses livres encontravam trabalho e proteção dos grandes latifúndios. Com a crise, viram-se abandonados, sem trabalho e lugar para ficar. Por esse motivo partiram para Canudos e construíram acampamentos em terras da união, inconformados com a invasão de suas terras a mesma tentou a todo custo expulsá-los de suas terras, ocasionando a “Guerra de Canudos”.

Movimento caracterizado pelo confronto entre o exercito brasileiro e, integrantes de um movimento popular de fundo sócio-religioso, tinha como líder o monarquista Antônio Conselheiro que se juntou aos milhares de seguidores religiosos, alarmando os fazendeiros, o clero católico e as autoridades. Esse movimento durou cerca de um ano (1896 a 1897), no interior do Estado da Bahia no Nordeste Brasileiro, numa comunidade chamada Canudos.

Essa Região foi marcada por latifúndios improdutivos, secas prolongadas e muito desemprego, ou seja, ocasionou uma grave crise econômica e social. Ao chegar a Canudos os humildes sertanejos uniam-se a crença religiosa que os poupariam dos flagelos do clima e da exclusão econômica e social que os aflingiam.

Os grandes fazendeiros da Região juntaram-se a igreja e criaram um grupo de opressão junto a República recém-instalada, reivindicando soluções para combater o líder do movimento, Antônio Conselheiro e seus seguidores. Várias informações surgiram, dito que Canudos estava se preparando para atacar cidades vizinhas e partir rumo a capital para depor o governo republicano. Mesmo não havendo provas sobre essas informações, o exército foi destinado a Canudos, com o objetivo de combater Antônio Coselheiro e suas tropas. Das expedições militares enviadas, três foram derrotadas apavorando a opinião pública e a destruição dos acampamentos, acarretando num massacre de milhões de sertanejos e militares (GALVÃO, 1977).

Em 1897, o movimento teve um fim drástico, os militares incendiaram o acampamento, mataram grande parte da população e degolaram centenas de prisioneiros, resultado na destruição total da população.

### **2.3 Contestado: um movimento trágico em disputa pela posse da terra**

Foi um movimento armado entre a população cabocla e os representantes do poder estadual e federal. Ocorreu em uma região de grande disputa entre os estados do Paraná e Santa Catarina. Envolveu milhares de pessoas sertanejas e durou quatro anos (1912 a 1916), com combates constantes em defesa da terra.

O problema de terras era grave na região. Os coronéis pressionavam os trabalhadores rurais que moravam em terreno cedido pelo dono da terra, prestando-lhe serviços em troca de pequeno salário, ao saírem das fazendas estabelecem-se por conta própria, apesar de quase não existirem na região terras disponíveis. Além disso, havia a construção da estrada de ferro “Brazil Railway” empresa norte-americana que instalara uma estrada de ferro que ligava São Paulo ao Rio Grande do Sul. Ela expulsava os pequenos posseiros das terras onde viviam e onde plantavam a agricultura de subsistência. Os latifundiários aproveitaram-se da situação para aumentar suas propriedades. Desta forma, rompiam-se as relações de troca de favores entre os trabalhadores da terra e latifundiários. Essa foi à situação da crise social que deu origem ao movimento messiânico com trágicas consequências.

Na região havia pregadores religiosos, beatos e profetas. Embora fosse conhecido como monges, não tinham ligação com a igreja. Foi por meio deles que

a reviravolta popular se manifestou. Dentre os monges o mais conhecido foi José Maria que era contra a opressão dos camponeses (FRAGA, 2006).

José Maria era contra toda a situação de conflito ocorrido no território catarinense e paranaense, porque via nela a razão dos sofrimentos causados a seu povo. Devido a isso, ele conseguiu unir um grande número de seguidores, que o enchergavam como um profeta, e fundaram várias aldeias fora do controle das autoridades. Temerosos de que o exemplo se consolidasse, os governos estaduais, e mais tarde o governo federal, lançaram contra elas várias expedições militares. Os habitantes das aldeias passaram então à resistência armada.

José Maria foi um grande revolucionário da época e pressionado pela a força militar saiu da região e foi para as terras do Paraná. O governo do Paraná deu ordem de desocupação da área, conseqüentemente, os soldados paranaenses atacaram o acampamento dos rebeldes. E na luta, mataram José Maria. Os revoltosos que sobreviveram voltaram a Santa Catarina e prolongaram as lutas até 1916. Nela, as forças do governo ulitizaram armamentos contra combatentes munidos de facões e armas rudimentares. Sem condições para resistir, os rebeldes se entregaram dando por fim aos conflitos em 1916, com milhares de mortos entre os quais estavam crianças, mulheres e idosos.

#### **2.4 As Ligas Camponesas: um movimento de repercussão nacional e internacional**

As Ligas Camponesas, consideradas como um movimento de grande repercussão nacional ampliou os caminhos para uma luta organizada pelos direitos iguais a todos os cidadãos. Ideais progressistas e revolucionárias que fez os camponeses refletirem e lutarem por seus direitos. E buscaram uma sociedade igual para todos. Os camponeses pobres, sem terra, abandonados, sem justiça, se reuniram em associações para buscar uma transformação da sociedade. Transformação essa que não se consegue de maneira rápida e, era preciso enfrentar enormes barreiras na luta pela terra. Enfrentava problemas de todo tipo: do latifúndio à polícia e também do governo em relação à insensibilidade quanto aos problemas da sociedade.

Segundo Bastos (1984, p.144) as terras eram alugadas pelos senhores de engenho. Parte da terra era destinada aos que deviam trabalhar nela todos os dias,

era o chamado trabalhador eleito, porque recebia um pagamento em dinheiro pelo seu trabalho. Outros alugavam a terra e pagavam uma importância em dinheiro por ano, com a obrigação de trabalhar certos dias para o senhor da terra, por esse motivo, eram chamados de forreiros.

Para mudar a situação de trabalhar sem pagamento os camponeses resolveram fundar o movimento das Ligas Camponesas, para por um fim nessa situação de injustiça e de precariedade. Para isso contaram com a ajuda de alguns líderes revolucionários das ligas, dentre eles temos: João Pedro Teixeira, João Inácio Filho (Nego Fuba) e Pedro Inácio de Araújo. De certa forma, esses homens contribuíram para o desenvolvimento da democracia brasileira e deram a vida na luta pela terra ou pela Reforma Agrária na Paraíba.

Devido aos movimentos das Ligas, os usineiros e latifundiários queriam colocar as associações fundadas pelos camponeses na ilegalidade. Mas, o movimento foi tão importante que sensibilizou as massas em toda parte do Estado. Desde então, surgiu o primeiro sindicato organizado pelas Ligas Camponesas e possibilitou a fundação de novos sindicatos em toda a zona canavieira do Brasil.

Stédile (2005) afirma que o movimento das Ligas Camponesas formou-se num poderoso movimento criado pelos camponeses, com a capacidade de mobilizar e defender a urgência da criação da Reforma Agrária por bem ou por mal, ou seja, implantar na constituição uma lei de Reforma Agrária, visto que até o movimento era inexistente nos marcos jurídicos do país. Caso as elites não se mobilizassem a situação sugerida pelos camponeses, eles não aliviariam em sua luta. Como não se mobilizaram, os camponeses lutaram a fim de conseguir os seus direitos.

Ainda de acordo com o autor supracitado, as Ligas Camponesas tiveram pouca duração apenas 10 anos de vida organizativa, pautando-se numa mobilização de massas. Desde a ocupação de engenhos até as grandes manifestações urbanas.

Recebiam apoio político dos partidos de oposição, pois esses buscavam a transformação da sociedade e queriam por um fim ao latifúndio. Dos partidos de oposição que apoiavam as Ligas Camponesas citamos: o PSB (Partido Socialista Brasileiro), PCB (Partido Comunista Brasileiro), MEB (Movimento de Educação de Base), assim como outros partidos de oposição que tinham pouca influência na

política. Por outro lado, as lutas eram combatidas por partidos políticos conservadores do latifúndio, que sem dúvida eram seus inimigos.

O movimento das Ligas Camponesas no município de Sapé/PB foi criado em 1958 quando o líder das Ligas Camponesas da Região, João Pedro Teixeira percebe a situação de miséria dos camponeses, por trabalhar muito e ganhar absolutamente nada. Ele começa a questionar as situações precárias do trabalhador camponês e junto a eles reivindicam seus direitos, indo de engenho a engenho para saber como era a sobrevivência dos camponeses. Foi tomando conhecimento e começaram as formas de organizações. Essas organizações foram crescendo na Região e, em consequência aumentaram as ameaças contra o líder camponês João Pedro Teixeira.

A intensa participação no movimento dos trabalhadores rurais do Estado trouxe a tona o ódio de fazendeiros e donos de engenhos deste Estado. João Pedro Teixeira era um homem de coragem e de muita garra que não ficava de braços cruzados esperando que se resolvesse a situação de injustiça dos camponeses. Como um grande revolucionário da época, viajava em benefício dos camponeses para reuniões e protestos, a fim de acabar com as opressões dos fazendeiros e usineiros.

A ação revolucionária reunia uma multidão de camponeses que se deslocavam de várias partes do Estado para protestar sobre as situações de miséria que vivia os camponeses. As multidões eram grandes, como afirma Silva (1981, p. 46):

[...] as ligas de Sapé cresceram, atingindo mais de 10.000 (dez mil) associados. João Pedro orientava-os com segurança, com paciência e com calma, sem se deixar amedrontar com tantas formas de violência contra os camponeses, seus líderes e principalmente contra ele mesmo e sua família, pelo latifúndio e seus aliados.

Revoltados com as ações de João Pedro Teixeira, os fazendeiros e usineiros passam a persegui-lo com ameaças de morte. A partir de então o líder camponês não tem mais sossego na vida, não dormia direito e já não caminhava mais tranquilamente. Aparentava-se muito preocupado com a situação, ou seja, estava sofrendo muito, mas não comunicava a ninguém de forma verbal o seu sofrimento.

E no dia 02 de Abril de 1962, em uma emboscada tramada por usineiros e fazendeiros próximos a sua casa ele foi morto por capangas a tiro queima roupa, pegando-o de surpresa quando caminhava em direção a sua residência, vindo de João Pessoa. Foram tiros brutais pelas costas, sem nenhuma chance de sobrevivência ou defesa.

Aconteceu o que estava previsto por seus inimigos há muito tempo, a morte de João Pedro Teixeira o grande líder revolucionário dos camponeses. O acontecimento se espalhou rápido pelas redondezas e logo a cidade de Sapé encheu-se de camponeses, vindo de várias partes do Estado, veio ver e chorar a morte do grande revolucionário de todos os tempos das Ligas Camponesas.

Para vingar a morte de seu marido, Elizabeth Teixeira resolveu da continuidade ao que seu esposo havia começado, ou seja, dando continuidade as lutas camponesas, ainda com o intuito de condições melhores para os trabalhadores rurais. Como havia prometido ao marido após a sua morte. Ela também foi detida e sofreu vários atentados. Muitos pediram para ela desistir das Ligas, mais ela permaneceu firme, junto aos trabalhadores. Tentaram mata ela mais a mesma fugiu para outro Estado, quando voltou à Paraíba foi presa, depois de liberada fugiu para o Rio Grande do Norte, viveu lá por muitos anos, exerceu outras profissões e passou por várias situações difíceis, como: fome e problemas de saúde<sup>11</sup> (AZEVEDO, 1982).

Atualmente, Elizabeth Teixeira reside em João Pessoa, com dois de seus 23 netos. Aos 86 anos, a dirigente camponesa permanece atenta à luta dos trabalhadores, e presente nos atos públicos, congressos e conferências. Sabemos que já se passaram 48 anos da morte de João Pedro Teixeira, mas a miséria, a fome, as injustiças e os crimes do latifúndio continuam acontecendo do mesmo jeito. E os camponeses, continuam reivindicando, sejam operários, estudantes, mulheres e todos aqueles que são oprimidos e explorados, que buscam por sua vez, resolver as diversas situações de desigualdades na sociedade atual. Enquanto houver regime de democracia, sem liberdade, com salários de miséria e fome, filhos de camponeses sem direito de estudar ou sem condições de frequentar uma sala de aula, haverá sempre as lutas, os protestos em busca de dias melhores para toda a gente rejeitada e incluída de forma precária na sociedade brasileira.

---

<sup>11</sup> Para obter mais informações eu recomendo assistir o filme: Cabra Marcado para Morrer. Produzido por Eduardo Coutinho, Brasil, 1985.

Em 1964 com o chamado Golpe Militar<sup>12</sup> e com o desejo de vingança dos latifundiários ou fazendeiros/usineiros, as Ligas Camponesas que estavam prestes a se tornar uma organização política mais coerente, organizada e com várias propostas em relação à Reforma Agrária, foi “demolida”, muitos de seus líderes foram mortos, exilados, torturados e presos pelos próprios fazendeiros e por seus capangas. Após muitas lutas, conquistas e reivindicações, as Ligas Camponesas foram exterminadas por forças superiores, deixaram de existir como organização social. Entretanto, outros movimentos foram surgindo a exemplo do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), persistindo e continuando as lutas pela terra.

## **2.5 Sindicatos dos Trabalhadores Rurais: um movimento que repercute atualmente em todo território brasileiro**

O movimento sindical no Brasil surgiu para reorganizar o trabalho de forma igualitária a todos. De modo que os operários obtivessem as melhores condições de trabalho e os direitos trabalhistas respeitados.

Antunes (1980, p. 48) afirma que as primeiras formas de organização de trabalho no Brasil surgiram em 1858, em sociedades que imploravam por socorro, devido às opressões de trabalho sofrido pelos trabalhadores rurais. Os camponeses se reuniam para ajudar outros camponeses que estavam passando por dificuldades. Foi dessas associações que surgiram os primeiros movimentos sindicais. Com a industrialização esses movimentos aumentaram e foram insuficientes para suprir a demanda dos operários. Devido a isso foi necessária uma nova reorganização para atender melhor os camponeses. Então foi necessária a organização por ramo de atividades para facilitar a administração e as ações dos movimentos.

A organização por categoria fez com que os camponeses rurais se fortalecessem e os movimentos ocorressem frequentemente. Com isso surgiu à primeira greve em 1858 no Rio de Janeiro. “Trabalhadores da tipografia insatisfeitos com as injustiças patronais reivindicaram aumento nos salários e

---

<sup>12</sup> Foi um movimento caracterizado pela falta de democracia, supressão de direitos constitucionais, censura perseguição política e repressão a todos aqueles àqueles que eram opostos ao regime.

conseguiram saírem vitoriosos. Após a vitória dos tipógrafos outros grupos de trabalhadores fizeram reivindicações e também marcaram seu nome na conquista de classe trabalhadora no Brasil.” (RIBEIRO, 2008, p. 62).

Em 1892, aconteceu o I congresso Socialista Brasileiro. Seu objetivo era a função do Partido Socialista, que significava a possibilidade dos trabalhadores assumirem cargos políticos na defesa da categoria, mas este objetivo não foi alcançado, pois um grupo de lideranças do sindicalismo, chamado partidário, não concordava com a participação política das lideranças sindicais na política. (ANTUNES, 1980, p. 49).

Mas tarde em 1902 ocorreu o II congresso, o discurso do mesmo era sobre a conscientização dos trabalhadores. Para isso era necessário se reunir e buscar soluções para resolver os problemas reivindicados pelos camponeses. O tratado discutido no protesto considerava a permanência dos ofícios da categoria, porque o avanço das relações capitalistas excluía da sociedade, os artesãos, os parceiros agrícolas e outros.

Ao longo desse período os sindicatos se manifestaram por todo o território brasileiro mesmo não regulamentado completamente no país. Foi um movimento que aos poucos ganhou suporte em sua estrutura a fim de atuar frente aos camponeses que reivindicam condições melhores de trabalho. Com as grandes paralisações processada desde o período passado até aos dias atuais, os sindicatos ganharam ênfase e se estruturam cada dia mais para garantir condições dignas de trabalho.

Antes era considerado um movimento isolado representado por grupos de agricultores inconformados com os meios trabalhistas. Ao perceber a injusta de seus patrões, criaram coragem para protestar e lutar por seus direitos. Assim, iniciavam-se os primeiros focos de Reforma Agrária no país.

Após 1960 com a regulamentação dos sindicatos no país, a situação dos trabalhadores ganhou novos rumos que favoreceu de forma complementar os direitos trabalhistas. Novas organizações sindicais surgiram propiciando condições favoráveis à regulamentação específica das atividades sindicais no campo em todo território brasileiro. A partir de então o número de sindicatos aumentou significativamente para garantir ao trabalhador rural proteção e consolidação em seus protestos.

Atualmente, os sindicatos atuam de forma ativa em relação aos movimentos dos trabalhadores rurais, a fim de lutar pelos direitos da categoria e combater as injustiças sociais. Apesar de muitos líderes da categoria optar pelo assistencialismo, os movimentos dos trabalhadores rurais desempenham um papel fundamental no Brasil e contribuem para a formação de camponeses comprometidos com a reivindicação de seus direitos.

Para alcançar a autonomia, o sindicalismo sofreu inúmeras repressões militares, proibiam as reuniões dos operários que se organizavam em pequenos grupos para discutir os direitos dos camponeses. Pois se houvesse uma grande aglomeração de pessoas ali apareciam os militares para proibir a movimentação dos camponeses.

Depois de muita perseguição o sindicalismo consegue se estruturar legalmente e atuar de forma aberta para implantar os direitos trabalhistas nas categorias que até então não usufruem de seus bens legais.

Vários congressos são realizados através dos movimentos dos trabalhadores rurais onde a pauta principal de discussão é a importância do sindicalismo implantada nas diversas categorias de trabalho e o desenvolvimento sustentável no campo, são assuntos que não se resolvem em pouco tempo e que requer muitos argumentos comprobatórios seguidos de várias discussões. Assunto desse nível é evidente que repercutem bastante entre os camponeses e os líderes da categoria, mas o endurecimento político faz com que as propostas e/ou mudanças na estrutura sindical se realizem aos poucos.

É necessário que as mudanças não direcionem apenas ao governo ou a categoria de forma individual, é cabível discutir entre todas as categorias de trabalhadores rurais e junto à sociedade observar os direitos e deveres de todos os cidadãos para não tomar decisões comprometedoras e involuntárias. Para tornar as mudanças cabíveis com a participação de todos os envolvidos no processo e ambos suprirem as expectativas das reivindicações apresentadas.

## **2.6 CPT: uma organização que luta em defesa dos trabalhadores rurais**

A CPT é uma organização de caráter nacional, vinculado a um serviço de caridade, de justiça e de paz. Foi criado em 1975, durante o Encontro de Pastoral

da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional de Bispos Brasileiros (CNBB) e realizado em Goiás (CPT, 2006).

Inicialmente a CPT desenvolveu junto aos trabalhadores e trabalhadoras da terra um serviço pastoral, de modo que os verdadeiros pais da CPT são os peões, os posseiros, os índios, os migrantes, as mulheres e homens que lutam pela sua liberdade e dignidade numa terra livre da dominação da propriedade capitalista.

Fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação dos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, a CPT teve importante papel na defesa das pessoas contra a crueldade deste sistema de governo, que só fazia o jogo dos interesses capitalistas nacionais e transnacionais, e abriu caminhos para que ele fosse superado. Ela nasceu ligada à Igreja Católica porque a repressão estava atingindo muitos agentes pastorais e lideranças populares, e porque a Igreja possuía certa influência política e cultural, não sendo molestada pela ditadura.

Neste período, o reconhecimento do vínculo com a CNBB ajudou a CPT a realizar seu trabalho e a se manter. Mas, já nos primeiros anos, a entidade adquiriu um caráter universal, tanto no sentido dos trabalhadores que eram apoiados, quanto na incorporação de agentes de outras igrejas cristãs, com destaque para a (IECLB) Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (CPT, 2006).

Os posseiros da Amazônia foram os primeiros a receber atenção da CPT e, rapidamente, a entidade estendeu sua ação para todo o Brasil, pois os lavradores de outras partes também enfrentavam sérios problemas. Assim, a CPT se envolveu com os atingidos pelos grandes projetos de barragens e mais tarde, com os sem-terra.

Terra garantida ou conquistada, o desafio era de nela sobreviver. Por isso, a agricultura camponesa mereceu um destaque especial no trabalho da entidade, tanto na organização da produção, quanto da comercialização. A CPT junto com seus parceiros foi descobrindo que esta produção precisava ser saudável, que o meio ambiente tinha que ser respeitado, que a água é um bem finito, e se não for preservado chegará um período que não haverá mais água.

A CPT também atua junto aos trabalhadores assalariados e aos bóias-frias<sup>13</sup>, que conseguiram, por algum tempo, ganhar a cena, mas que enfrentam

---

<sup>13</sup> Bóia-fria é o nome coloquial que se dá, no Brasil, a uma classe de trabalhadores agrícolas que trabalham em diversas lavouras, mas não possuem suas próprias terras. Podem, por assim dizer,

dificuldades de organização e articulação. Além destes, há ainda os peões, submetidos muitas vezes, a condições equivalentes às da escravidão.

Em cada região, o trabalho da CPT adquiriu uma tonalidade diferente de acordo com os desafios que a realidade apresentava, sem, contudo, perder de vista o objetivo maior de sua existência. Ser um serviço à causa dos trabalhadores rurais, sendo um suporte para a sua organização. O homem do campo é quem define os rumos que quer seguir, seus objetivos e metas. A CPT o acompanha, não cegamente, mas com espírito crítico. É por isso que a CPT conseguiu, desde seu início, manter a clareza de que os protagonistas desta história são os camponeses.

Finalmente, os direitos humanos defendidos pela CPT, permeiam todo o seu trabalho. Em sua ação, explícita ou implicitamente, o que sempre esteve em jogo foi o direito do trabalhador, em suas diferentes realidades. De tal forma que se poderia dizer que a CPT é também uma entidade de defesa dos Direitos Humanos ou uma Pastoral dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras da terra.

## **2.7 Reforma Agrária: uma questão atual**

Contemporaneamente a Reforma Agrária é um tema amplamente discutido e serve de referência nos debates nas universidades, na mídia nacional e internacional, aborda questões de interesses políticos, sociais e econômicos. Caracteriza-se por ações governamentais que prioriza modificar a estrutura fundiária do país. Atualmente, é uma questão bastante polêmica e envolve a disputa pela posse da terra entre proprietários e posseiros.

De um lado, proprietários querem garantir a posse da terra, com seus títulos de propriedade, mesmo quando não ocorre nenhum tipo de exploração econômica, isto é, quando a propriedade não cumpre seu papel social.

Por outro lado, os posseiros, que não possuem o título da terra, mas que precisam dela para garantir o sustento de sua família e produzir alimentos que

---

serem considerados proletários rurais, reproduzindo as condições alienantes de produção capitalista no campo. Geralmente, os bóias-frias são conduzidos em levadas em caminhões, em precárias condições de segurança, de casa até as plantações. O nome advém do fato de estes trabalhadores levarem consigo suas próprias refeições (na gíria, bóia) em recipientes sem isolamento térmico desde que sai de casa, de manhã cedo, o que faz com que elas já estejam frias na hora do almoço onde devem trabalhar. Os locais variam de acordo com as épocas do ano e as épocas de colheita (SILVA, 2006).

serão consumidos em diferentes regiões do país, ocupam áreas que não lhes pertencem e exigem uma redistribuição mais igualitária dessas terras.

Aquilo que se estabelece chama-se Reforma Agrária e pode assim se conceituada:

Reforma agrária é o conjunto de mudanças que devem ser promovidas pelo governo de um país, envolvendo entidades e pessoas, que busquem acomodar o homem na terra promovendo a justiça social pela redistribuição de terras ociosas a quem se proponha a cultivá-las para garantir a sustentação básica da família com boa qualidade de vida do excedente. (STRAZZACAPPA, 2006, p. 10).

É possível notar que atualmente com o processo de modernização a agricultura brasileira não se desenvolve num mesmo ritmo ou numa amplitude igual no território brasileiro. Isso mostra o processo de desigualdade existente nas áreas de produção no Brasil.

O processo dinâmico nas áreas de produção contribui para a desigualdade econômica dos grandes estabelecimentos, como afirma Moreira *et al* (1999, p. 06):

(...) os grandes estabelecimentos rurais que têm maior disponibilidade financeira e maior acesso ao crédito, são eles os mais afetados. Essa tendência foi reforçada através do estímulo às culturas de exportação e à pecuária. As propriedades beneficiadas com o crédito subsidiado e com os incentivos fiscais especializaram-se, via de regra, na produção para a exportação e na atividade criatória, incorporando técnicas e processos modernos. Enquanto isso, a pequena produção, principalmente nas regiões mais atrasadas, permaneceu utilizando técnicas rudimentares e voltada para a produção de culturas alimentares tradicionais.

Dessa forma, o processo de modernização agrária garante aos grandes e pequenos estabelecimentos suporte na distribuição de renda no setor agropecuário. Cabe também considerar a própria expansão da produção industrial de várias culturas de exportação, como por exemplo, a soja e a cana-de-açúcar. E,

em suma, a "modernização conservadora" da agricultura brasileira implicou na intensificação da concentração de terra, na expulsão da população rural, no crescimento do trabalho assalariado, sobretudo do trabalho assalariado temporário, no agravamento da questão migratória nacional, no enfraquecimento da pequena propriedade, na expansão de atividades poupadoras de mão-de-obra (monocultura mecanizada e pecuária), na intensificação do

processo de mecanização da agricultura e do uso de agroquímicos, na retração da produção de alimentos e de outros produtos do mercado interno, contribuindo para a crescente elevação do custo de vida e para a intensificação das tensões sociais no campo. (MOREIRA *et al*, 1999, p. 07).

Nas últimas décadas vem sendo desenvolvido em nosso país o sistema de Reforma Agrária. Embora lento, já tem demonstrado bons resultados. Os trabalhadores rurais organizaram o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) que pressiona o governo, através de manifestações e ocupações, para conseguir acelerar a Reforma Agrária e garantir o acesso a terra para milhares de camponeses.

Cabe ao governo todo o processo de Reforma Agrária através de um órgão federal chamado INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Ao contrário do que muitos pensam, a Reforma Agrária é realizada em nosso país dentro das leis vigentes, respeitando a propriedade privada e os direitos constituídos. Não visa apenas distribuir terras, mas sim garantir, aos camponeses, condições de desenvolvimento agrário e produtividade, gerando renda e melhores condições de vida para as famílias assentadas.

As profundas transformações sofridas no campo nas últimas décadas acirraram ainda mais os conflitos pela posse e propriedade da terra no Brasil. Nos locais em que foram implantados grandes projetos agropecuários, a violência e a morte em conflitos de terra tornaram-se parte da vida cotidiana, como ocorreu no município de Eldorado dos Carajás, no Pará, no ano de 1996.

Vale salientar que os conflitos acontecem principalmente no sul do Pará, em Tocantins, no Sudoeste do Maranhão e no Mato Grosso. São porções do território brasileiro em que a expansão recente das atividades, foi bastante rápida. Mas ali já viviam povos indígenas e posseiros.

Os conflitos e a luta pela terra produziram o MST. Originado no Rio Grande do Sul, o MST criou uma forma de luta ocupando terras improdutivas de grandes propriedades e forçando o governo a realizar a Reforma Agrária.

As terras conquistadas pelos trabalhadores rurais, quando reconhecidas pelo governo, são conhecidas como assentamentos<sup>14</sup>. Em muitos dos

---

<sup>14</sup> “Assentamento é a denominação genérica de uma área onde estão estabelecidas pessoas que se beneficiam com a reforma agrária, em terras desapropriadas pelo Estado. Não há número definido de pessoas num assentamento, pois num único local podem ser instaladas centenas de famílias, dependendo da área disponível. Pode ser em caráter provisório ou definitivo. O assentamento

assentamentos rurais conquistados pelo MST, os camponeses souberam se organizar para garantir a melhoria da produtividade e os esquemas de comercialização, para não enfrentar as dificuldades de sobrevivência que os pequenos produtores enfrentam no Brasil. Além disso, mesmo tendo conquistado a terra, estes camponeses continuam apoiando a ocupação de terras por outros trabalhadores rurais sem-terra. Dessa maneira, o MST expandiu-se rapidamente e continua se expandindo por todo o país.

### **CAPÍTULO 3 – EVOLUÇÃO DO SISTEMA CANAVIEIRO O CASO DA DESTILARIA UNA, NO MUNICÍPIO DE SAPÉ/PB**

Nesse capítulo 3, iremos mostrar como ocorre o processo de evolução no sistema canavieiro e as condições de vida e trabalho dos camponeses na Destilaria Una – Sapé/PB. Para estruturar o mesmo utilizamos órgãos competentes e diferentes autores, como: Lima (2002), Moreira (1981), Moreira (1983), Martins (1979), Furtado (1959), Chiavenato (1996), Santos (2003), Silva (2005), Thomaz Jr (2002), Lima (2004), Azevedo (2008), Carvalho (2009), IBGE (1997), Projeto Radambrasil (1981), Banco do Nordeste Brasileiro (1999) e Atlas Escolar da Paraíba (2000). E também utilizamos como metodologia de fundamentação desse capítulo a pesquisa de campo e as entrevistas realizadas com os camponeses, os fiscais de turmas e o proprietário da Destilaria Una – Sapé/PB. E serão debatidos diferentes conteúdos, como: Engenho e Destilaria; Mão de obra escrava e assalariada; Produção canavieira da Destilaria Una – Sapé/PB; Os caminhos percorridos pela cana-de-açúcar: da preparação da terra a fabricação do produto final; A produção canavieira como meio de sobrevivência dos camponeses; A oferta de trabalho na lavoura canavieira; Do corte manual ao corte mecanizado; As condições de vida e trabalho dos camponeses na atividade canavieira. Portanto, a evolução do sistema canavieiro é um processo dinâmico que evolui constantemente com profundas transformações nas relações de trabalho devido à expansão do trabalho assalariado e as formas de trabalho pré-existentes. Para obter mais detalhes sobre essa questão leiam os tópicos a seguir.

#### **3.1 Do engenho à destilaria: da mão de obra escrava ao trabalho assalariado**

O espaço agrário no litoral paraibano começou a se organizar no início do século XVI principalmente na costa oriental nordestina, através da implantação da cana-de-açúcar feita pelos portugueses. A ocupação inicial do território no Município de Sapé, foi semelhante ao do litoral oriental nordestino, se baseou na exploração da cultura da cana-de-açúcar em unidades de produção de grande dimensão, os engenhos que utilizavam à mão-de-obra escrava (MOREIRA *apud* LIMA, 1983, p. 14). Vejamos:

O engenho corresponde à unidade produtora do sistema açucareiro que compreende a atividade agrícola, com a produção da cana-de-açúcar, e a atividade industrial com a transformação da cana-de-açúcar e seus derivados (MOREIRA, 1981, p. 19).

A atividade monocultora, latifundiária e escravista que se constituiu em função do mercado europeu de açúcar, só pode ser entendida se introduzido no contexto da constituição do capitalismo mercantil europeu do qual ela fundamenta ao mesmo tempo, um resultado e um fator de estímulo. O resultado ocasiona a expansão do mercado além das fronteiras europeias, o que proporciona a origem de descobertas de um novo mundo. Enquanto que o fator de estímulo contextualiza a comercialização da produção colonial e se fundamenta como um elemento importante no comércio europeu.

Moreira (1983) afirma que a atividade canavieira começou a ser implantada na Paraíba através do regime das sesmarias com doação de lotes de terras feita no baixo vale do Rio Paraíba no fim do século XVI. Com isso no século XVII já existia uma grande quantidade de engenhos ativos na Paraíba.

Segundo Martins (1979, p. 4-6) no século XVII funcionavam 18 (dezoito) engenhos na Paraíba. No do mesmo século o número chegou a 40 (quarenta) engenhos funcionando nesse território.

Atualmente o município de Sapé deve, portanto, parte de sua ocupação ao desenvolvimento da atividade canavieira. Esta é responsável não apenas pela consolidação do povoamento como também pelas mudanças que ocasionaram e ocasionam ainda hoje o espaço agrário e urbano do município.

Como foi citada antes, a economia canavieira se consolidou primeiro em torno dos engenhos. Como a cultura canavieira ocupava grandes extensões de terra, os engenhos se expandiram por grandes propriedades do território são os chamados latifúndios<sup>15</sup>. Estes precisavam de um grande número de trabalhadores. E a população européia por apresentar uma população bastante reduzida não obtinha interesse pelo trabalho pesado da cana-de-açúcar.

Como a mão-de-obra européia não correspondeu ao trabalho pesado da cana-de-açúcar, os engenhos passaram a utilizar a força de trabalho do elemento

---

<sup>15</sup> "Latifúndio é uma propriedade rural bem maior que a média dos outros imóveis da sua região. No Brasil, aceitava-se que latifúndio fosse uma propriedade de mais de 500 hectares. Mas há a distinção entre o latifúndio por exploração, que se caracteriza por ter a maior parte das suas terras inexploradas, e o latifúndio por dimensão, que se destaca pelo tamanho maior do que a média das propriedades da região ou país" (CHIAVENATO, 1996, p. 33).

nativo. Esta não foi uma experiência bastante sucedida, porque o índio, considerado nômade, não correspondeu à atividade pesada e sedentária da cana-de-açúcar. E também não tinham experiência com esse tipo de trabalho. Como a mão-de-obra nativa não obteve sucesso, os portugueses recorreram ao trabalho do negro africano que era importado da África para trabalhar como escravo na lavoura canavieira. De acordo com Furtado (1959, p. 42):

A mão-de-obra africana chegou para a expansão da empresa que já estava instalada. E quando a rentabilidade de negocio está assegurada que entram em cena, na escala necessária os escravos africanos, base de um sistema de produção mais eficiente e mais densamente capitalizado (FURTADO, 1959, p. 42).

Com isso o sistema de mão-de-obra escravista é considerado um elemento muito importante nas relações de produção na própria colônia, logo o trabalho escravo foi à base do processo de exploração implantada pela colônia.

Para Moreira (1983, p. 20) os engenhos que tinham como trabalho a mão-de-obra escrava e o trabalho de portugueses pobres nas atividades administrativas (o feitor-mor, o feitor de campo, o feitor de moendas, etc.) e nas atividades técnicas (mestre de fazer açúcar, mestre purgador, caixeiro, etc.). E fora dos engenhos, nas suas proximidades existiam pessoas dedicadas a outras atividades, tais como os carpinteiros, ferreiros, mecânicos e outros.

Mas adiante vamos perceber que os engenhos que antes predominavam no território paraibano foram praticamente substituídos pelas usinas e destilarias, apresentando novos métodos de produção e uma estrutura de trabalho bastante diversificada. Iremos retratar também a questão do camponês em plena atividade canavieira, e apontar os pontos positivos e negativos correspondentes a essa cultura, a fim de caracterizar e identificar os possíveis problemas do território estudado, no caso da destilaria Una que se localiza no município de Sapé, e traçar algumas soluções para minimizar as problemáticas ligadas a essa cultura.

### **3.2 Grupo Una Açúcar e Energia-Sapé/PB: uma história ligada à produção canavieira**

O Grupo Una Açúcar e Energia é uma empresa integrada, definida, dedicada e comprometida com os aspectos favoráveis ao desenvolvimento da

cultura canavieira no município de Sapé. O mesmo é bastante valorizado e caracterizado por vários órgãos públicos, dentre eles podemos citar: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que elogia o trabalho exercido por todos os funcionários responsáveis e comprometido com a organização do ambiente e por possuir um grande vínculo produtivo, além de respeitar as normas impostas pelo mesmo, frente aos direitos trabalhistas. E, ainda, dispõe de funcionários qualificados e preparados para atuar em vários setores da indústria.

O ambiente em estudo que está integrado a caracterização geoambiental, por sua vez, contribui bastante para entender a área estudada aonde vem sendo implantada constantemente à prática agrícola da cana-de-açúcar. Para compreender esse avanço é necessário abordar vários aspectos característicos que favorecem o desenvolvimento da cana-de-açúcar no município.

De acordo com o IBGE (1997, p. 46) a destilaria Una está integrada na Região natural do Litoral Paraibano e se encontra na Província Geológica Costeira, formada por Tabuleiros Costeiros do Grupo Barreiras em uma faixa efêmera ao cristalino, originário da Província Borborema. “Está em um nível de 70 (setenta) metros acima do mar e pertence à Unidade Litoestratigráfica do Grupo Barreiras Indiviso.” (PROJETO RADAMBRASIL, 1981).

Esse repartimento industrial se localiza no Baixo Relevo do Planalto Costeiro ou propriamente dito como Tabuleiro Costeiro e Depressão Subterrânea, sobre uma área com declividade que varia de suave-ondulado a ondulado. Enquanto que suas vertentes têm o formato retilíneo e côncavo, em algumas partes o relevo apresenta-se dissecado em formato de tabuleiro.

Segundo o Atlas Escolar da Paraíba (2000) as características climáticas identificadas na área pesquisada, esta apresenta um clima sub-úmido, que se distingue por apresentar fortes chuvas no outono e inverno entre os meses de Abril, Maio e Junho.

Considerando a hidrografia da área pesquisada, o rio que banha a mesma é subafluente do Rio Paraíba. O principal afluente dessa bacia que corta as terras que pertence à destilaria Una é o Rio Una, com largura de 100 metros e profundidade de 50 metros. Segundo Santos (2003, p. 43) “o material que forma as margens desse rio é o chamado aluvial composto por depósitos de cascalhos, areia e argila. O regime fluvial desse rio é o Chamado semi-perene, porque no

período de estiagem ele está sujeito a secar. O vale que o rio forma tem a estrutura de um tabuleiro formando uma simples linha ondulada”.

Durante a pesquisa de campo identificamos várias formas de intemperismo causado pela destruição granular das rochas, que se caracteriza pela separação dos minerais rochosos, e a degradação dos minerais forma as rochas através da ação dos rios.

Percebemos também algumas influências pluviais, ocasionado pelo escoamento excessivo das águas das chuvas, do surgimento de sulcos de erosão, escavações provocadas por enxurradas, voçorocas e curso de água temporário e violento. Todas essas ações pluviais ocasionam vários movimentos de massas que acontece através da hostilidade da solifluxão e do escorrimento de lama (SANTOS 2003).

Foi possível também perceber várias ocorrências fluviais, que acontece por meio da força hidráulica desempenhada pelos rios sobre o relevo. Essa ocorrência causa atrito entre a água e o material, por sua vez se sobressai da superfície, é levado pelo rio e se junta com outras partes que fluem das correntes fluviais, caracterizado pelo médio e baixo curso do rio.

Sobre os processos morfodinâmicos da área estudada, que interferem diretamente nos solos, sabemos que:

esses se apresentam através de uma natureza eluvial, formado da decomposição de rochas existentes no próprio lugar. Os processos pedogenéticos principais são a latossolização (intemperismo intenso, oxidação difundida na massa, transições graduais e difusas entre os horizontes, perfis profundos) a pedzolização (horizonte com boa drenagem, horizontes superficiais arenosos e concentração de argila no horizonte B-textual). (SANTOS, 2003, p. 44).

Dessa maneira os principais solos que caracterizam a área ocupada por cana-de-açúcar no município são os latossolos, que se distinguem como solos arenosos, os podzólicos que se evidenciam pela forma argilo-arenoso e os aluviais, que se apresentam em forma de massapês.

Nesses tipos de solos identificamos alguns tipos de erosões, como por exemplo, a erosão laminar e a erosão em forma de sulcos, com bastante

frequência encontramos na região a erosão em sulcos que variam entre rasos e profundos.

Em relação à vegetação que cobre parte da área pesquisada, identificamos que grande parte da vegetação nativa foi devastada através de queimadas e derrubada de árvores ilegalmente para implantar a cana-de-açúcar. Por esse motivo as áreas que rodeiam a Destilaria Una que antes tinham grande parte ocupada por florestas, hoje são ocupadas praticamente por imensos canaviais, a que restam são apenas as áreas de reservas ambientais que são protegidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) que fiscaliza frequentemente as mesmas para que fazendeiros, produtores e usineiros não acabem com as poucas áreas que contêm importantes elementos da natureza.

### **3.3 Os processos de produção da cana-de-açúcar: do plantio a comercialização do produto**

Como filho de agricultor, estou sempre vivenciando a realidade local, bem como por ter experiência com o trabalho exercido na cana-de-açúcar quando eu ainda era adolescente. Por esse motivo torna-se fácil descrever sobre os caminhos percorridos pela cana-de-açúcar que se iniciam com o preparo da terra, até chegar ao mercado consumidor. Dessa maneira, essa atividade agrícola como qualquer outra dedicada à produção em larga escala, necessita de manobras e minúsculos cuidados para que se possam alcançar resultados positivos.

Vamos aqui mostrar como se dão os processos de produção da cana-de-açúcar, a começar pelo preparo da terra, em seguida com plantio da cana, os cuidados para mantê-la produtiva, indo ao processo de colheita da mesma e, por fim, a transformação em produto final para a comercialização. Seguindo essa trajetória iremos compreender com mais detalhes os caminhos pelo qual a cana está submetida enquanto atividade agrícola.

#### **3.3.1 A preparação da terra**

Segundo informações obtidas na entrevista com os camponeses que plantam de cana-de-açúcar.

Para plantar cana, o terreno nunca deve ter sido ocupado por qualquer outra lavoura antes, a terra deve tá cheia de mato, quando tira os matos que cobre ele o terreno fica limpo, sem nenhum tipo de plantação, aí o terreno está pronto para plantar a cana. O terreno é bem pretinho, se diz que a cana nessa terra dá boa (J.A.G.).

Para facilitar esse tipo de atividade o trator é bastante utilizado, já que o mesmo realiza essa atividade em pouco tempo. Dessa forma, o trator tem uma importante função no preparo da terra por ser um instrumento de grande necessidade para tornar o bom desempenho do processo agrícola mecanizado.

O corte da terra, ou como é chamado tradicionalmente o ato de arar a terra, é necessário pelo fato de homogeneizar o material vegetal que existe na área em pleno solo, pode ser caracterizado como a primeira adubação, que pode ser reconhecida como a adubação natural, pois se torna favorável pelo fato de melhorar o teor de produtividade do solo, porque o húmus tem o poder de melhorar a estrutura do solo e desempenhar um importante papel na formação do mesmo. Veja Figura 6.



Foto 6: Terra preparada para o plantio de cana-de-açúcar. Foto: LOURENCO, A. A. Outubro/2011.

Quando se realiza a primeira aração, em seguida damos início à segunda fase, conhecida como o ato de sulcar a terra que se caracteriza com o

escavamento de sulcos, obedecendo às curvas de nível. Os sulcos são afunilados e tem uma profundidade de 50 cm de profundidade. E oferecem boas condições para o desenvolvimento da cana-de-açúcar. Dessa forma a terra está preparada para o plantio em larga escala.

Após finalizar o processo de preparação da terra para o cultivo da cana, se inicia uma nova fase que requer bastantes cuidados, pois o bom desempenho da próxima fase vai depender de uma boa qualidade de cana e posteriormente em uma produção lucrativa.

### **3.3.2 O cultivo da cana-de-açúcar e os cuidados para mantê-la produtiva**

Após a finalização da fase de preparação da terra o momento é de plantar a cana-de-açúcar, para compreender essa fase é necessário conhecer como ocorre esse processo.

De acordo com um dos administradores agrícolas da Destilaria Una:

Planta-se a cana nos meses de maio a julho, por apresentar um aumento das chuvas nas áreas destinadas ao cultivo da cana-de-açúcar. Mas também o plantio pode ser feito quando não há chuvas, dessa forma usamos o processo de irrigação para molhar a terra (A. A. L.).

Ainda de acordo com o administrador supracitado, para plantar a cana não se utiliza sementes, usa-se o seu próprio caule. Após a fase adulta com aproximadamente de um a dois metros de altura e com dezessete centímetros de espessura a cana está adequada ao plantio.

Dessa forma, a cana é cortada e levada ao local de plantio. Depois de cortada a cana é retirada e transportada por meio de “enchadeiras” ou “carregadeiras” que retiram do campo a cana e levam até os caminhões ou tratores com carroções, esses por sua vez levam a cana até o local destinado ao plantio onde é descarregado.

Quando chega aos talhões onde a cana irá ser cultivada, a terra encontra-se preparada, onde é feita a sementeira dos caules. Para realizar esse trabalho, os usineiros, fazendeiros e produtores de cana-de-açúcar, contratam um determinado número de pessoas que possa realizar de forma bem sucedida esse tipo de atividade. Eles espalham a cana no terreno e colocam sobre os sulcos feitos pelo

trator no preparo da terra. O cultivo da mesma não é feito aleatoriamente, é necessário obter algumas regras como afirma o plantador de cana-de-açúcar:

Primero a cana é colocada na levada bem estirada de uma a uma na frente da outra, mai as vez coloco duas junto da outra quando o dotor pede. O gomo da cana deve ser colocado na mesma direção, e uma deve passar a outra em torno de 20 cm. (M. S. D.).

Depois que a cana é semeada, se aplica o calcário que seve para destruir as bactérias presentes no solo. A pesar de matar os microorganismos existentes no solo, compromete também o nascimento da cana. Em vários casos é feito adubação para manter o terreno em condições favoráveis de plantio. A adubação é feita nas áreas onde o solo é menos produtivo.

Em seguida, a cana é coberta. A cobertura é realizada de duas formas, através de um trator por meio de uma grade que espalha a terra dos sulcos sobre a cana ou através da força humana, com a ajuda de uma enxada que vai soterrando a cana. Atualmente, para o auxílio dessa atividade vem sendo bastante utilizada a cobertura feita através do trator, porque é mais rápido e prático. O que o homem leva para realizar em uma semana o trator faz em um dia. Dessa forma, a máquina vem substituindo cada vez mais o trabalho realizado pela força humana. Sobre esse fator iremos especificar com mais detalhes nos próximos tópicos.

Para se desenvolver bem o caule da cana deve ser coberto em torno de 30 cm de terra para proteger a cana de ficar exposta ao sol e a deixar em condições adequadas para que obtenha do solo todos os nutrientes possíveis para seu nascimento.

Realizado esse processo o agricultor espera aproximadamente 15 (quinze) dias para o nascimento da cana. Depois de nascida, iniciam-se as fases de cuidados com a planta para obter o desenvolvimento favorável para a produção.

Quando as plantas estão na fase de crescimento identificam a presença de ervas daninhas junto a elas, que se não combatida a tempo prejudicam o desenvolvimento da mesma. Um entrevistado que trabalha na plantação de cana-de-açúcar, relata que:

Quando os matos nascem junto da cana, noi fai a limpa da cana com a enxada pa o mato não matar a cana. Essa limpa serve para noi botar mai terra no pé da cana, pa ela ta mai coberta e protegida, assim ela cresce mai rápido e saudável. (S. J. S.).

Quando se planta a cana em períodos em que a chuva se encontra escassa, ou seja, em períodos secos, optamos pela irrigação que se torna um processo indispensável para o progresso da cultura canavieira. Esse processo é realizado por meio dos açudes que se encontra aos redores da área onde a cana está implantada. Pode-se também realizar através de valas<sup>16</sup> construídas ao longo dos canaviais. A irrigação pode ser feita também até mesmo nos lugares distantes e de altitudes elevadas. Podemos afirmar que esse progresso determina cada vez mais o uso de motores em períodos secos.

Enquanto a cana vai crescendo as ervas daninhas não se desenvolvem rapidamente como antes, porque a cana se espalha e impede que os raios solares penetrem no solo, sobre o espaço onde a mesma se desenvolve. Por esse motivo não é necessário limpar frequentemente o terreno.

Para poupar bastante no processo de desenvolvimento da planta, os usineiros e fazendeiros que investem na produção de cana-de-açúcar, usam os herbicidas<sup>17</sup>. Que são aspergidos com o auxílio do trator, por meio de um instrumento específico e único usado para esse fim, que asperge todo o canavial regando os vegetais. Também pode ser realizado através de uma bomba individual que os camponeses ou empregados utilizam em suas costas para aspergir o produto tóxico sobre a planta. Os camponeses que exercem essa função, antes de tudo devem procurar uma clínica e fazer os exames cabíveis para não sofrer com as consequências do produto que é tóxico. Além de se proteger contra as palhas da cana e o contato direto com o produto, já que os indivíduos só desempenham essa função quando o trator não pode se locomover sobre o canavial, ou seja, quando o canavial não oferece condições favoráveis para que as máquinas possam praticar o serviço.

Em várias ocasiões a plantação de cana-de-açúcar não oferece boas condições ao desenvolvimento, quando isso ocorre à solução é fazer uma segunda

---

<sup>16</sup> É um dos sistemas mais antigos de irrigação, este sistema se configura por meio de feitas entre as plantas. Essas valas são mais tarde cheias de água, se realiza através do trabalho manual por meios de bombas ou fluxo de gravidade. Hoje em dia, este sistema não é tão popular entre os proprietários, mas continua sendo utilizada por algumas usinas a exemplo, da destilaria Una Sapé/PB.

<sup>17</sup> O herbicida é um produto tóxico que reduz ou elimina plantas infestantes (mais popularmente conhecidas como ervas daninhas). Por isso, substitui ou reduz a retirada mecânica ou manual das mesmas. Como também diminui a necessidade de manipulação da terra, ele também pode diminuir ou evitar a erosão do solo e a perda de água.

adubação. Sabemos que uma “boa produção” só ocorre quando se utiliza adubos químicos, que atribuídos por toda a plantação de cana em larga extensão de terra. A utilização de adubos orgânicos, que se caracterizam por serem naturais não são muito utilizados pelas empresas responsáveis pela prática dessa cultura. Acreditamos que isso ocorre pelo fato de que o adubo químico é mais fácil de utilizar, tanto pelo fato da dificuldade de aquisição quanto para a sua aplicação.

Atualmente, percebemos que através de um avião também é possível se aplicar o produto químico nos canaviais. A utilização desse produto é realizada quando a cana esta na fase adulta. O avião lança o produto no canavial para amadurecê-la deixando-a pronta para a colheita.

Ao passar por todo esse processo, a cana atinge a fase adulta no ponto certo para o consumo. Até chegar a essa fase é necessário praticamente um ano, porque a partir daí o seu caule já possui uma textura favorável, exigida pelo mercado consumidor. O caldo extraído da planta possui um gosto muito adocicado, isso quer dizer que a cana está no ponto certo para a produção de álcool e de açúcar.

### **3.3.3 A fase de colheita e como se realiza o transporte da cana-de-açúcar**

É importante destacar que a colheita da cana-de-açúcar consiste na retirada do caule da planta, pois é dele que se extrai o produto através do caldo.

O primeiro passo, para a realização da colheita da cana-de-açúcar é atear fogo aos partidos de cana, para os responsáveis isso é certo. Como afirma o responsável pelo processo de colheita:

Atear fogo nos canaviais facilita e melhora o período de corte porque afasta os insetos e animais que viviam sobre os canaviais. E também, o fogo exclui as palhas da cana e oferece melhor comodidade e facilita o corte. (M. A.).

Para separar o caule da planta, os empregados cortam-nas bem próximo ao solo, e deixa fixa no chão apenas a sua raiz. Depois retira também com um corte seu olho (nome dado às folhas da cana). Para realização dessa atividade eles utilizam como ferramenta principal o facão e cortam em eitos (fileiras de cana numa mesma direção), que se caracterizam por possuir oito carreiras de cana. As canas são organizadas em montes colocados no meio do eito e devem ser postas num

único sentido, para facilitar sua retirada pelas máquinas, específicas para esse tipo de trabalho.

Após realizar o corte e amontoar a cana de maneira correta é feito o transporte. Para esse fim se utiliza várias máquinas, como por exemplo, tratores, caminhões e enchedeiras. As enchedeiras por sua vez se locomovem e à medida que vai se movendo vai juntando a cana e formando montes maiores, que logo são agarrados por uma mão mecânica, a qual retira do chão e põe a cana na carroceria dos caminhões, que são utilizados para o transporte. Veja a Figura 7. Até o mesmo ficar super carregado de cana, é feito várias sequências iguais a estas.



Figura 7: Coleta de cana-de-açúcar realizada por uma “enchedeira” Foto: LOURENÇO, A. A, Julho/2011.

A Destilaria Uma, utiliza como transporte de cana vários caminhões, alguns tratores e o trem-camihão. Estes são caracterizados por possuir mais de uma carroceria, às vezes quatro incluindo sua carroceria ou três independentes, aparentemente parece um trem com vagões. Quando chegam ao campo as carrocerias são separadas e o trator que fica a disposição, guia uma a uma para encher, após isso as mesmas são unidas uma na outra e ao caminhão que as transportam carregadas até a usina.

E, quando é retirada toda a cana, o terreno fica completamente vazio e desprotegido, a palha que deveria funcionar como protetora, já não existe mais porque o fogo queimou quase que completamente.

Quando se finaliza a colheita da cana se inicia um novo processo que será descrito no tópico seguinte: a fabricação.

### **3.3.4 A fabricação do produto final e a comercialização**

Para obter informações sobre o processo de transformação do produto (álcool) feito através da cana-de-açúcar e sobre a comercialização do mesmo, foi necessário fazer uma visita à indústria, cujo nome é Grupo Una Açúcar e Energia-Sapé.

Observamos que para se fabricar o álcool são necessários vários processos sequenciais, como por exemplo, após chegar à indústria a cana é retirada dos caminhões por meio de uma mão mecânica, em seguida é feita a lavagem da cana, depois a cana é moída e prensada. Logo depois é extraído o caldo, posteriormente é feito o tratamento do caldo, a fermentação, a centrifugação, por fim a destilação.

Antes de passar por todos esses processos é feito uma análise sobre a qualidade da cana-de-açúcar para saber se a mesma está em boas condições de moagem. Esse teste consiste na quantidade de açúcar que a cana possui, ele é denominado de teste de sacarose. Esse teste tem objetivo de descobrir o teor de açúcar que existe no caldo da cana. “Além disso, o teste serve para calcular o rendimento de álcool a cada tonelada de cana. Dependendo desse teor de sacarose, uma tonelada de cana pode produzir até 8.000 litros de álcool.” (SANTOS, 2003, p. 59).

Depois de feito o teste de sacarose e saber se a cana está com um bom teor de açúcar para produzir o álcool, a cana é transportada através de caminhões até a indústria. Primeiro é feito a pesagem numa balança específica para pesar os caminhões cheios de cana e obter a quantidade em toneladas. A pesagem é a forma de manter o controle sobre a entrada de cana na indústria quando a cana é própria. Se a cana for de fornecedor à pesagem serve para manter o controle de cana vendida.

Depois de pesada a cana é levada para descarregar, onde é amontoada num galpão enorme, próprio para o descarregamento. Veja a Figura 8. Depois ela é transportada por guindaste até o local de lavagem.



Figura 8: Destilaria Una Sapé/PB, local de descarrego da cana. Foto: LOURENCO, A. A., Agosto/2011.

Quando se encontra limpa, é iniciado um novo processo: a moagem. A cana é encaminhada para a moenda, lá ela é triturada, com a trituração é extraído o caldo, um caldo bastante grosso. Sobre o processo de moagem (SANTOS, 2003, p. 60) afirma que:

o bagaço é misturado a uma determinada quantidade de água (devidamente tratada), para que assim seja extraída toda a substância proveitosa da cana. Estando misturada a água, o bagaço é levado através de uma esteira até umas telas para que assim parte do caldo seja retirada. Não sendo possível retirar todo o caldo o bagaço é levado até outras peneiras, dessa vez mais finas, onde o bagaço é prensado e o caldo é totalmente retirado.

Após esse processo, a sobra da água utilizada para lavar a cana-de-açúcar e usada na fermentação do caldo é transformado num líquido conhecido como vinhoto. Esse líquido contém restos de cana da lavagem e da moenda, é identificado comumente por possuir um cheiro ruim. Mesmo assim esse líquido é armazenado em depósitos feitos e utilizado para outro fim.

Sabemos que esse líquido é bastante poluente, pois se misturado na água dos rios, açudes, lagos e, principalmente, na água utilizada para consumo pode causar vários prejuízos no habitat, como a morte de peixes e de animais que vivem em nessas áreas. Além de a água ficar imprópria para consumo. Se lançada na água a mesma fica sem oxigenação e com mau cheiro, com uma cor escura, por existir uma grande quantidade de matéria orgânica vindo do processo de transformação da cana. É por esse motivo que não se pode lançar esse líquido no ambiente. É necessário construir um lugar específico para armazenar esse líquido que possui um teor de poluição muito alto.

Apesar de existir um grande teor de matéria orgânica, o vinhoto é utilizado próximo da indústria em forma de irrigação. Esse líquido contribui bastante para uma produção “natural”, mas se lançada nos canaviais de forma moderada. Caso seja lançado mais do que necessário o prejuízo é grande, pois destrói todo o canavial matando a plantação. O vinhoto é lançado sobre os canaviais porque contribui para melhorar as condições naturais do solo, pois enriquece e melhora a qualidade da cana. O vinhoto de certa forma é utilizado como adubo químico, só não é mais utilizado porque é difícil transportar esse líquido para as áreas mais distantes. Nesse caso se usa apenas nas áreas próximas da indústria.

Após separar o caldo, o mesmo é colocado em uma caldeira sobre uma determinada temperatura para que as partículas químicas sejam separadas, dando continuidade ao processo de produção.

Observamos que na indústria não se desperdiça nada, todas as partes da cana são reaproveitadas e utilizadas para outros fins. Como por exemplo, o bagaço que é usado como combustível na caldeira e na produção de energia consumida na usina. Além de vender parte do bagaço para outras necessidades. Um exemplo prático e fácil, próximo de nós, é a Guaráves (empresa de avicultura localizada em no Município de Guarabira/PB próximo da UEPB), que usa o bagaço da cana como forragem na criação de pintos.

Quando termina o processo da moagem, inicia-se outro processo o de fermentação. Para fermentar o caldo é necessário colocá-lo em recipientes próprios para esse fim, chamado de “dornas”, lá é colocado o caldo junto com o fermento para que ocorra a fermentação. O fermento possui células orgânicas vivas, que misturadas ao caldo exclui todo teor de sacarose, que misturado sobre esse produto causa trocas químicas e transforma o produto em álcool anidro.

De acordo com o BNB<sup>18</sup> *apud* Santos (1999, p. 47) o processo de fermentação consiste na transformação do açúcar presente no caldo por células de levedura, o que resulta no vinho, que possui como produto final de maior importância econômica, o etanol.

Para que o vinhoto formado pelo caldo possa estar pronto para fase seguinte é preciso que o vinhoto não apresente nenhum teor de sacarose. Para ter certeza que o produto está pronto para uma nova fase é necessário fazer várias análises. Dessa forma, a fermentação exige certo período de tempo e muita atenção.

Quando estiver completamente fermentado, sem nenhum teor de sacarose, o vinhoto é separado do fermento, só assim se dá o processo de produção do álcool. Para que isso ocorra, o mesmo é posto em turbinas, onde o fermento é totalmente separado e levado a um tanque onde mais uma vez é tratado para ser utilizado outras vezes na fermentação.

Após ser separado do fermento, o vinhoto é colocado em um recipiente, cujo nome é volante próprio e específico para colocar o vinho, em seguida é levado ao destilador. A capacidade de armazenamento do recipiente é de 200 mil litros.

O destilador se caracteriza por possuir várias colunas, como afirma Santos (2003, p. 62):

[...] funcionam como frações do vinhoto que vão ser elevados a várias temperaturas, visando obter o líquido desejado. Primeiro o vinho passa pela “coluna A” onde se mistura a produtos químicos como o sulfato, a uréia, alguns ácidos, dispersantes, o fermento e o cicloexsânio, sendo elevado a determinadas temperaturas. Através desse processo obtém-se o álcool hidratado, que se apresenta ainda mesclado á água, esse álcool é transposto até a “coluna B” onde é realizada a fase da destilação com o uso de desidratante. Depois disso o álcool é levado à outra coluna, denominada de “coluna C”, onde esse produto é misturado a outros produtos químicos chegando assim ao seu estado puro.

Ainda de acordo com Santos (2003), o álcool anidro é o que não possui água é o chamado álcool desidratado, sendo igual ou superior a 99,5°C a 20°C. Essa medida mede a porcentagem de álcool é conhecido como carburante é muitas vezes misturado na gasolina.

---

<sup>18</sup> Banco do Nordeste Brasileiro.

Depois de passar por várias etapas o álcool se encontra pronto para a comercialização. Ele é levado a tanques enormes, onde é armazenado. De lá é transportado para grandes empresas, como por exemplo: a “Petrobras”, e lá ocorre a mistura do álcool com a gasolina e é distribuído para os postos de combustíveis onde é comercializado.

O preço do álcool comercializado na indústria vendido as grandes empresas é de aproximadamente R\$1,00 real o litro. Enquanto que o combustível repassado ao consumidor, que necessita do mesmo para abastecer seus veículos tem um preço bem acima do vendido na indústria, em torno de R\$2,40 a R\$2,70 o litro.

Desse modo, a cana-de-açúcar é transformada em álcool, depois de passar por vários processos, ela chega ao seu destino final que são os tanques dos automóveis, que para funcionar necessitam desse produto.

### **3.4 A produção canavieira um meio de sobrevivência para os camponeses**

No Município de Sapé, parte da população sobrevive do trabalho exercido na lavoura canavieira. Por isso a cultura canavieira representa o sustento para centenas de camponeses que trabalham direta ou indiretamente dessa atividade.

Diante desse fato, percebemos que a distribuição de renda ocasiona em vários fatores positivos, como por exemplo, o crescimento econômico, melhores condições de vida, pensamentos otimistas, etc.

Para conhecer a realidade dos camponeses, as características que melhor os representam atualmente e a situação econômica dos pobres indivíduos, foi necessário elaborar e aplicar um questionário socioeconômico baseando-se na cultura canavieira, representado em anexo A.

A aplicação do questionário socioeconômico foi aplicada a três tipos diferentes de públicos que estão relacionados ao processo de produção da cana-de-açúcar. Num primeiro momento foi aplicado um questionário aos camponeses. Em outro momento foi realizado uma entrevista com o cabo de guia (fiscal de turma). E também ao proprietário das terras e dono da indústria (Destilaria Una), para obter informações que melhor explique a falta de perspectiva e a realidade dos camponeses na cana-de-açúcar.

Sabemos que existem inúmeras atividades que os camponeses exercem, essas atividades variam de acordo com o período e desenvolvimento da lavoura

que vai do plantio, do cuidado para mantê-la produtiva, da colheita e da transformação em produto para o comércio. Todas as ofertas de emprego oferecidas pelo trabalho da cana-de-açúcar se dão em períodos diferentes, conhecidos como-sazonais.

No período destinado para o plantio e no período específico para mantê-la produtiva é utilizado um número menor de camponeses para exercer essa atividade. A maioria deles permanece trabalhando todo o ano com carteira assinada.

Enquanto permanecer o período de plantio a oferta de emprego é reduzida. Essa oferta só aumenta no período destinado à colheita. Isso ocorre porque o trabalho aumenta e surgem inúmeras funções diferentes pelas quais não existem no plantio. E necessita cada vez mais da força de trabalho exercida pelo homem. Grande parte dos camponeses são contratados por um período de tempo curto: apenas seis meses, mesmo assim suas carteiras são assinadas e garantem as leis de trabalho pelas quais estão presentes na Constituição Federal. Além disso, têm direito a indenizações em caso de acidentes no trabalho e o pagamento do seguro desemprego após o término do contrato. É um fato bastante recente na cultura canavieira que até pouco tempo era marcada por explorações e leis que não se cumpriam.

Dos camponeses entrevistados, 60% trabalham temporariamente, durante o período de corte e colheita da cana-de-açúcar. Enquanto que 40% são fixos, ou seja, trabalham em todos os períodos de produção da lavoura canavieira.

Para compreender as formas de trabalho e suas remunerações, Santos (2003, p. 64) afirma que:

enquanto empregados, as formas de trabalho desses indivíduos variam, ou seja, enquanto trabalham na plantação os empregados recebem por diária (salário que se paga por dia de trabalho), trabalhando na manutenção e nos cuidados com a cana, os indivíduos recebem por tarefa (modalidade de contrato de trabalho em que se calcula o salário pelo serviço prestado), já quando trabalham no processo de colheita da cana os mesmos recebem, geralmente por produção (o salário varia de acordo com o trabalho desenvolvido em um dia de atividade).

No período que se estabelecem para a colheita da cana-de-açúcar os camponeses são remunerados por produção, ou seja, quando executa o trabalho é feito uma medição através da braça (antiga unidade de medida de comprimento

com aproximadamente dez palmos). Seu salário vai de acordo com a cana cortada, quanto mais cortar cana maior será o seu salário. Se a cana-de-açúcar apresentar condições produtivas excelentes (normalmente essa lavoura é encontrada em condições favoráveis próximos as várzeas de rios), o preço pago pela indústria aos camponeses aumenta, já se a mesma não apresentar boas condições de produção (em solos pobres de nutrição ou em solos inadequados), o preço pago diminui.

Grande parte dos camponeses entrevistados recebe um salário em torno de R\$ 540,00 R\$ 1200,00 reais, com esse dinheiro os mesmos utilizam para pagar suas dívidas mensais, comprar alimentos. A alimentação é a principal necessidade dos camponeses, como relatam alguns deles:

Noi trabaíamos muito e ganha pelo que produi, o que ganhamos noi compra comida pa comer, paga lui, água isso é quando nossos fios, muier ou noi mesmo não adocece, se isso acontece temos que gastar mai com remédio. Tem vei que temos que comprar fiado na venda porque não temos dinheiro mai. Só não passamo fome porque nas horas vagas que noi não trabaia fazemos algumas coisinhas pa ganhar um trocado a mai, ajeito biqueta, carro de mão, faço encanação e outras coisinhas. (G. E. A. & J. H. S.).

Nós sabemos que o trabalho canavieiro de certa forma não é justo, por que muitas atividades pelo quais os camponeses exercem são consideradas desumanas, ou seja, exige dos camponeses uma força maior de trabalho, superior, às vezes, ao que os seus corpos aguentam.

Um camponês que trabalha no corte manual de cana-de-açúcar, afirma que:

levanto cedo todo dia as 03h30min (três e meia da madrugada), ajeito minha bóia, comida que eu levo pu trabaio pa cumer no almoço. Depoi eu arrumo meu material (bota, calça, boné, luva e outros), amolo minha inchada e meu facão. Com tudo pronto eu vou esperar o oinbu pá ir até o lugar onde vou cortar cana. Chego lá de 05h00min (cinco horas) em começo a trabaia as 05h30min (cinco e meia da manhã) trabaio o dia todo, só paro pá cumer as 11h00 (onze horas). Não se chove ou fai sol, tenho que trabaia. Quando dá 15h00 (três horas da tarde) eu largo do siviço pego o oinbu de novo e venho pá casa muito cansado, as vez quando chego em casa já ta de noite, tomo banho, como alguma coisa e vou durmir, pá no outro dia começar tudo de novo. (M. J. A.).

De acordo com a citação acima, observamos que o trabalho exercido pelo camponês é bastante sofrido e o quanto eles são explorados, tanto pela força de trabalho quanto pela remuneração que eles recebem. Isso ocorre porque a divisão

de trabalho é feita injustamente. Sempre quem trabalha mais é menos remunerado e não tem o trabalho reconhecido. Nesse sentido, quem fica com o lucro maior são próprios usineiros. E o que resta para esses pobres camponeses é uma mísera quantia de renda para sustentar uma família de aproximadamente oito pessoas.

Segundo os camponeses entrevistados, durante o período de colheita, que dura aproximadamente seis meses, a renda familiar está segura. Após esse período os camponeses são demitidos uma vez que seus contratos de trabalho acabam, quando termina a colheita da cana-de-açúcar. Dessa forma, ocasiona o desemprego de centenas de pessoas e agrava a situação financeira dos mesmos que tem a agricultura da cana-de-açúcar como seu principal meio de renda.

Segundo Santos (2003, p. 68) quando demitidos, passam seis meses ou mais desempregados, até que chegue novamente o período de colheita, quando são oferecidos novos empregos. Durante esse período sua situação financeira muda completamente, já que nem o salário, mesmo tão baixo, se comparados ao trabalho exercido por eles, não pode ser mais tido como certo.

No período que ficam desempregados, muitos deles trabalham na roça, plantando batata, milho, mandioca, feijão, inhame, entre outras culturas de subsistência para complementar a renda familiar, isso quando eles têm local onde plantar. Muitos desses indivíduos não têm terra para cultivar, com isso sua situação financeira complica bastante comprometendo o desenvolvimento de sua vida, principalmente a sua própria sobrevivência.

### **3.5 A oferta de trabalho na lavoura canavieira**

No Município de Sapé, a partir da década de 1980 quando foi criada a Destilaria Una a procura por mão-de-obra na atividade canavieira foi bastante elevada, nos últimos anos a oferta de trabalho tem aumentado. Isso ocorre porque anualmente a atividade canavieira necessita cada vez mais de um número maior de pessoas para exercer as diversas funções que a cultura canavieira oferece. Até a safra 2008/2009, a usina contava com a participação de aproximadamente 1200 camponeses exercendo as diversas funções na atividade canavieira. Na safra de 2010 esse número aumentou para 1250, camponeses vinculados a empresa, do total geral de camponeses, 665 são cortadores de cana.

De acordo com um camponês que presta serviço para a usina, no corte de cana atualmente se contrata um número maior de camponeses, porque essa função necessita de uma demanda maior de funcionários para cortar a quantidade de cana necessária para abastecer a moagem da indústria.

Ao analisarmos o número de camponeses que trabalham no corte da cana-de-açúcar e a forma como eles trabalham, verificamos que a atividade exercida por eles é bastante sofrida e requer muita atenção para que não ocorram acidentes sérios. Há um número bastante elevado de indivíduos que trabalham no corte da cana-de-açúcar, como afirma o administrador agrícola: “a Destilaria está com 100% de corte manual, que dá 16 turmas cada turma com aproximadamente 45 pessoas [...] ao todos são praticamente 720 camponeses.” (A. J. L.).

Sobre isso, um camponês entrevistado afirma:

Nói trabaia dimai, a usina nus contrata pá cortar cana, são tantas vagas que falta gente pá cortar a cana, eles até chama mais gente depois pá cá. Nói somos muitos e temos que ser cortador bom, porque se nós não formos bom nós somos colocado pá fora do siviço. Nós tem que tomar muito cuidado pá não se cortar, poi nós trabaia com facão amolado, qualquer discuido nós se corta. É sofrido mai é só isso que temos pá fazer, tem que fazer o que o home mandar mermo pagando rim se não nós fica sem cumer. (R. J. S.).

Em relação a isso, notamos uma diferença sobre a evolução na oferta de trabalho. Com o aumento das áreas ocupadas com cana-de-açúcar, a oferta de trabalho aumenta, principalmente no período de colheita. Dessa forma, os empregados contratados têm condições para sustentar e alimentar sua família. Sobre essa situação “o homem na terra dos outros tem a força para trabalhar. Com o dinheiro produzido por esta força, o homem alimenta a família, que então passa a produzir a força para trabalhar na própria terra” (SILVA, 2005, p. 25).

No período que foi realizado o trabalho de campo entre os meses de Julho e Setembro de 2011, todos os camponeses entrevistados estavam trabalhando na agricultura canavieira. Quando perguntei se ficavam desempregados após o período de colheita, 20% disseram que ficam sem emprego e 20% afirmaram que às vezes ficam desempregados. Enquanto que 60% dos camponeses trabalham durante todo o ano na lavoura canavieira e estão inseridos no sistema de trabalho da cana-de-açúcar.

Quando perguntei para quem eles prestavam serviço, houve dois tipos de respostas: para a usina e para o fornecedor. É importante destacar que os empregados que trabalham para a usina cumprem serviço para a mesma e os salários pagos aos camponeses vêm da indústria. Enquanto que os camponeses que prestam serviço a mando dos fornecedores, os mesmos são remunerados não pela usina, mas pelo próprio fornecedor que os contratam para trabalhar em seu favor.

Para complementar a questão dos fornecedores, o gerente responsável pelo sindicato dos fornecedores de cana afirma que:

hoje, os fornecedores de cana possuem grupos criados, os condomínios de empregadores rurais, buscam os trabalhadores no local de origem, bancam com o transporte, assinam a carteira no local de trabalho, a diária que o trabalhador vem já é pago, com a vinda de ônibus, autorizado pela ANTT e ele é registrado no condomínio de empregadores (J. L. D.).

Percebi que a maioria dos camponeses gosta de trabalhar para a usina, mesmo não tendo um trabalho digno, onde o sistema estabelecido é trabalhar cinco dias por dois de descanso, diferente dos camponeses que prestam serviço para os fornecedores, sua jornada de trabalho é seis dias e um dia e meio de descanso. Nesse sentido 80% dos camponeses preferem trabalhar para a usina porque tem um expediente maior de descanso e propicia melhores condições físicas para trabalhar no corte da cana-de-açúcar. Segundo A. R., um camponês que exerce a função de cortador de cana, “dessa forma nói pode descansar pá quando nói voltar cortar mais cana não fica tão cansado”.

Por ser um trabalho realizado devido à necessidade de suprir as condições mínimas de sobrevivência, os camponeses que trabalham na “Destilaria Una”, gostariam de trabalhar em outras atividades, pois o corte da cana é um serviço muito penoso e que remunera muito mal, como relata um cortador de cana-de-açúcar:

Sei mexer com outras coisas mai to veio de mais, gostaria de não trabaiair pá ninguém, ter meu cantinho pá trabaiair e plantar muita coisa, mai como não tenho, a solução é me sacrificar todos os dias cortano cana, mesmo com a idade que tenho (50 anos). Ainda bem que com essa idade encontro emprego na usina. Não é fácil esse trabaio eu me canso muito, mas pelo menos eu tenho dinheiro de quinze em quinze dias no mês. Melhor do que ta parado sem

fazer nada. O que eu ganho só depende de mim, meu salário vai de acordo com o que eu desempenho no corte. (J. A. N.).

De acordo com a pesquisa realizada, percebemos que muito dos trabalhadores sonham em algum dia possuir terras, ser independentes, ter uma vida mais tranquila, sem se cansar muito com atividades pesadas de longa jornada, como por exemplo, a cana-de-açúcar. É camponês que possuem sonhos como qualquer outro cidadão visa à possibilidade de algum dia mudar de vida financeiramente.

### **3.6 Do corte manual a uma possível mudança com a colheita mecanizada para os próximos anos**

Sabemos que a colheita é a fase da produção canavieira que mais emprega camponeses no Município de Sapé/PB, exercida sobre uma mão-de-obra completamente manual, visto que 100% da cana cortada é feita manualmente, ou seja, através da força humana. Conforme destaca o Presidente dos Trabalhadores Rurais do Município de Sapé, “a usina tem 100% da cana no corte manual numa carga horária de 40 horas semanal.” (J. L.). Mas possíveis mudanças estão sendo planejadas para os próximos anos, a subsistência da mão-de-obra humana pela mecanização no município.

Sobre a colheita mecanizada podemos afirmar que na Paraíba no Município de Santa Rita, na usina Japungu, já se pode vê a colheita feita por máquinas. Ela é realizada sem a queima da cana, e feita com a cana completamente crua. Para compreender melhor como e onde ocorre o corte da cana-de-açúcar mecanizada buscamos subsídio teórico em Thomaz Jr. (2002, p. 196) que afirma:

[...] o crescimento da elevação do corte mecanizado da cana não se dá apenas em São Paulo, mas também nos demais Estados produtores que já se lançaram a tal empreitada. [...] Além das razões expostas, está limitado às condições topográficas dos terrenos, ou inclinação não superior a 10°, essa limitação inviabiliza, por exemplo, a adoção do corte mecanizado nas áreas tradicionais do Nordeste, mais especificamente na Zona da Mata e na média depressão periférica paulista, que engloba boa parte da área canavieira de Piracicaba na Direção de Campinas.

No sistema de corte mecanizado, além de cortadores é necessário contratar profissionais experientes que possam exercer a função com sabedoria e

experiência, como por exemplo, motoristas, guincheiros, fiscais, entre outros. Nesse sentido, a mecanização,

[...] se consolida com a incorporação de novos atores sociais (novos profissionais) no processo produtivo, como os operadores de máquinas (colheitadeiras) e o aumento de importância dos tratoristas, motoristas de caminhões e o fortalecimento dos bituqueiros. (THOMAZ JR, 2002, p. 201).

Ainda de acordo com o autor supracitado, o processo de mecanização proporciona a exclusão de camponeses e causam uma nova organização de trabalho com novos cargos, novas funções e a contratação de tratoristas experientes. “O capital, ao mecanizar o corte de cana só elimina camponeses do processo de produção, mas redefine e recriam novos atores sociais, reenquadrando-os em novas funções operativas para o processo de trabalho e em novas atividades.” (THOMAZ JR, 2002, p. 201).

Sabemos que 100% da cana cortada são obtidas manualmente, nessa função são disponibilizadas 720 pessoas, conforme já citado anteriormente. O Presidente do STR do Município de Sapé relata que os 720 camponeses são distribuídos em quinze turmas, cada turma com aproximadamente quarenta e cinco camponeses, prestando serviço num sistema de seis dias de trabalho e dois dias de descanso.

Com a intensificação do processo de mecanização, Silva (2001, p. 289) afirma que a mecanização que vem para substituir o cortador de cana braçal, causa sucessivas demissões de milhares de camponeses e coloca uma grande questão acerca dos demitidos. Ao se tratar de uma mão-de-obra desqualificada e desvalorizada. Por outro lado, tal questionamento favorece a manutenção da mecanização manual frente às possíveis condições para manter os cuidados necessários para o bom desempenho do operador da máquina atribuído com eficácia.

Segundo Silva (2007, p. 289) o processo de mecanização para os próximos anos será adotado praticamente por todas as usinas no corte da cana, fato esse que irá proporcionar grandes modificações na organização do trabalho nos canaviais. Uma dessas modificações será a demissão de camponeses, ou seja, a substituição do camponês pelo corte mecanizado feito por colheitadeiras mecânicas. Vejamos:

para aqueles que mantiverem seus empregos no campo, as tendências do processo de reestruturação produtiva no campo vem sendo acompanhada por grandes transformações, como a intensificação do ritmo e flexibilização das jornadas, permitindo a elevação da produtividade do trabalho e conseqüentemente a precarização do mesmo. (SILVA, 2007, p. 289).

Esse processo requer tempo, custo e ganhos. Tem sua vantagem pelo fato de trabalhar 24 horas por dia, colher uma grande quantidade de toneladas de cana diariamente e fazer o trabalho de mais de 130 homens, como relata Thomas Jr. (2002, p.197):

o corte mecanizado é, hoje, de 35% a 40% mais barato, em média, do que o corte manual. Todavia, dependendo do desempenho das máquinas pode alcançar pouco mais de 800 toneladas de cana por dia (24 horas), uma única máquina, o que substitui, mas de 130 trabalhadores. Como a média gira em torno de 500 a 600 toneladas de cana/dia, cada máquina pode substituir, aproximadamente de 80 a 100 trabalhadores. Isso sem por em questão a variedade e o tipo de cana: a) se queimada e inteira, b) se queimada e picada, c) se crua e picada, d) a qualidade de operação efetuada pela máquina.

Foi na década de 1980 que o processo de mecanização no Brasil começou a ser implantado no corte da cana-de-açúcar, não pelo processo econômico que garantia a produção, num corte eficiente, mais pelos vários problemas trabalhistas, como por exemplo, as greves por melhores condições de trabalho e salários.

O trabalho braçal dos camponeses só ganhou importância através dos sindicatos, o qual trouxe novas conquistas trabalhistas ao setor canavieiro, fortalecendo o poder de controle dos mesmos sobre o capital. Há quem diga que a mecanização tem o poder de controle sobre os camponeses e diminui a força de trabalho braçal, tornando-se um fator estratégico para os usineiros como uma nova forma de controle sobre a mão-de-obra “[...] uma máquina pode colher 800 toneladas de cana-de-açúcar por dia ou mais, os trabalhadores são forçados a intensificar o seu ritmo de trabalho.” (SANTOS & PESSOA, 2008, p. 533), além disso, “a velocidade de operação da máquina, em torno de 25 a 30 km/h, possibilita encher uma carreta com 16 a 18 toneladas de cana em apenas 10 minutos.” (TROMAZ JR, 2002, p. 204), uma produção igual a essa no trabalho manual

apenas é realizada por dois homens juntos numa jornada de trabalho de um dia inteiro. Assim,

[...] o corte mecanizado reforça o controle do trabalho por parte da classe patronal, acelerando o seu tempo de produção e, praticamente, destacando qualquer possibilidade de movimentação em massa por parte de trabalhadores numa possível mobilização em busca de novas conquistas, visando melhorias das condições de trabalho e de vida para a categoria. (LIMA, 2004, p. 107).

Seguindo a linha de raciocínio de Lima sobre o cortador de cana-de-açúcar braçal, Silva (2001, p. 192) destaca que:

O aumento de precarização do trabalho se manifesta pela diminuição dos salários, atrasos constantes no pagamento dos mesmos, presença das cooperativas de trabalhadores que correspondem ao fim dos direitos adquiridos ao longo de várias décadas de lutas nos canavieiros.

Outro fator importante que de certa forma é polêmico, ao qual justifica a expansão da mecanização no corte de cana-de-açúcar, é a proibição da queima dessa planta para facilitar o corte e evitar certas ocorrências “a fim de que o camponês possa fazer a colheita sem se machucar e não correr riscos com animais peçonhentos.” (AZEVEDO *apud* CARVALHO, 2008, p. 133).

Sobre isso Carvalho (2009, p. 133) destaca que:

esse procedimento, fim da queima da cana, iniciou-se com o Decreto Federal nº. 2.661, de julho de 1998, que estabelece a eliminação da queima da cana até o ano de 2018, a parti das ações desenvolvidas por entidades voltadas às questões ambientais, bem como das pressões sobre o Governo para diminuição da emissão de gás carbônico na atmosfera.

Ainda de acordo com o autor supracitado, São Paulo foi o primeiro estado a antecipar o prazo estabelecido pelo Decreto Federal 2.661 que estabelece a eliminação das queimas dos canaviais em seu território, ao qual pôs limite até 2007 por meio do Decreto nº. 42.056 de 06 de Agosto de 1997. Na Paraíba a eliminação da queima da cana foi estabelecida e assinada por um Decreto Estadual de 13 de Agosto de 2008 com a extinção dessa ação em seis anos, mais precisamente até 2014.

O cumprimento das medidas estabelecidas pelo Decreto Federal ocasionará em novos comprometimentos, substituindo o corte de cana queimada pelo corte de cana crua. Para compreender melhor essa afirmativa, Thomas Jr. (2002, p. 199) destaca:

contudo, o corte de cana crua abre um campo de discussões e disputas que ultrapassa os protagonistas do processo de produção (trabalhadores e entidades sindicais de um lado e capital e suas agremiações de outro). Entram em cena, pois, diversos atores sociais nessa questão, destacando entidades e associações civis urbanas (movimentos ecológicos, partidos políticos, ministério público, ONGs e Universidades), que vêm tendo papel relevantes antes na polêmica instalada em torno da abolição da queima da cana.

Em relação a esse ponto, devemos levar em consideração a própria condição humana, já que o corte de cana crua é mais complicado e sofrido para os camponeses do que o corte de cana queimada, porque dificulta a limpeza da área, sem contar com os animais peçonhentos que são encontrados durante o trabalho, causando riscos aos mesmos. Como exemplos, de animais peçonhentos podem citar: a cobra, a aranha, a caranguejeira e outros. Nesse sentido, o corte feito pelas colheitadeiras seria uma melhor opção para o corte da cana crua, pois dão mais ritmo, intensidade e qualidade ao processo produtivo. Devido a grande dificuldade no corte de cana crua, a produtividade do trabalho são poucas, como por exemplo, se um cortador corta oito toneladas de cana queimada por dia, com a cana crua ele passará a cortar duas ou três toneladas diariamente.

Distinguindo o trabalho exercido pelo corte manual e o trabalho feito pelas colheitadeiras, podemos destacar que a remuneração do trabalho será muito abaixo em relação ao corte feito com a cana queimada, porque o corte feito com a cana crua gera em média de dois a três toneladas por dia, além do desgaste físico e a superexploração do trabalho. É um trabalho que não compensa e ainda não é bem remunerado, pelo fato de cortar toneladas de cana muito abaixo do esperado.

Outro problema que pode prejudicar o corte manual de cana crua é o valor pago aos camponeses que será muito baixo. Por esse motivo dificilmente se matéria o corte manual. Inviabilizando o trabalho exercido por ele, os usineiros jamais aumentariam seus salários pela cana cortada crua. Se comparada ao corte da cana queimada, a estimativa em toneladas de cana crua é muito abaixo da

média. Por esse motivo os empresários optarão pelas colheitadeiras para realizar esse trabalho por ser mais rápidas e práticas no corte de cana crua.

Um entrevistado que já teve experiência no corte de cana crua argumentou:

já trabaei cortano cana crua, isso é muito rim, a foia da cana corta o rosto todo, nói fica todo se cossano por causa do pelo que ela tem sem contar nos bichos que rncotramos no canavial, como: cobra, maribono, caraguigera e muitos outros. Noi se cansava muito e num cortava quase nada de cana, se for obrigado só cortar cana crua eu prefiro não trabaiar, porque e rim de mais. (J. A. A.).

Esse procedimento retira dos camponeses as possíveis condições de ganho de trabalho, de produção. Tudo isso pelas dificuldades que a cana crua oferece, considerando o bom rendimento do corte feito pelas colheitadeiras e o mau desempenho dos cortadores manuais que se desgastam fisicamente. O corte manual só será feito em locais de difícil acesso das máquinas. Pois,

o corte mecânico da cana crua, sobretudo nos terrenos movimentados, retira as melhores possibilidades de ganho do trabalhador, além de aumentar o dispêndio físico e energético do mesmo, principalmente por meio de curvatura acentuada da coluna vertebral nos terrenos de maior inclinação, em aclives de curvas de nível, bem como no corte da cana “pé-de-rolô”, em que os vários colmos não podem ser ceifados de uma vez. (SILVA, 2007, p. 135).

Com o aumento do corte mecanizado nos anos posteriores, a tendência do trabalho manual é diminuir, sendo possível a realização do mesmo em locais onde a cana é completamente deitada, fraca e onde as máquinas não podem realizar o trabalho.

A colheita mecânica deve ser realizada com a cana crua, porque a cana queimada dificulta a limpeza e a manutenção da máquina, devido sua fuligem (substância preta formada por depósito de fumaça). E se adequa a esse processo a cana crua, por ser mais rentável e produtiva se comparada ao corte manual.

“Temos que observar que a cana queimada cria uma contradição ambiental, econômica e trabalhista” (CARVALHO, 2009, p. 135). Desse modo, a mecanização é uma possível solução de preservação ambiental. Ainda com a legislação em vigor, o corte de cana queimada não seria garantia de emprego, se comparado com as exigências do mercado de trabalho. Com isso, a mecanização só favorece

ao capital, que se mantêm funcionando através das soluções encontradas frente aos problemas e da legislação em vigor.

No propósito de serem substituídos pelas máquinas, os camponeses perdem praticamente seus direitos de reivindicação, além de outras funções adversas, como por exemplo, a redução de seus salários, demissão do trabalho entre outros. E,

impõe, também, novas exigências quanto à qualidade, ritmo e intensidade do trabalho aos cortadores de cana (nas áreas não mecanizadas), não somente nas empresas que partiram para o corte mecanizado, pois de forma generalizada, é obrigada a seguir a eficiência da máquina, repercutindo diretamente em novas formas de contratação, remuneração, como também no controle da força de trabalho no processo de produção. (THOMAZ JR, 2002, p. 204).

O corte mecanizado da cana no Município de Sapé/PB considerando especificamente a "Destilaria Una", ainda não foi efetivamente realizado, sendo que na Paraíba esse novo processo de colheita da cana-de-açúcar já vem sendo utilizado desde 2009 no município de Santa Rita pela Usina Japungu, sendo o único município do Estado a abordar esse novo mecanismo de produção. Há uma expectativa para os próximos anos de outros municípios produtores de cana-de-açúcar, adotar o novo sistema de produção. Nacionalmente esse tipo de atividade realizada por máquinas já foram adotados por outros Estados, como por exemplo, São Paulo, Alagoas, Pernambuco e Minas Gerais.

Se comparada às vantagens financeiras que tanto a atividade manual quanto a mecanizada traz, percebemos que ambas são iguais, mas que a atividade mecanizada leva uma pequena vantagem, como vai afirmar um dos administradores agrícolas da Destilaria Una:

os trabalhadores conseguem cortar certa quantidade de cana num certo tempo. Enquanto que a máquina em 12 horas consegue cortar um pouco a mais que o homem. Quando falo isso percebo certa igualdade produtiva. Há vários problemas humanos, como cansaço, doenças e greves, isso diminui a produção do trabalho. A vantagem da máquina está aí. Com as revisões e a preservação dos maquinários ela consegue superar a produção que o homem produz. (A. J. L.).

Durante a pesquisa feita com os trabalhadores identificamos vários benefícios coerentes e de gestão de pessoas causado pela mecanização, apesar

de diminuir o número de pessoas trabalhando no corte de cana, é uma atividade que sempre vai existir e precisa ser mantida para retratar de forma benéfica a situação do camponês. A mecanização na unidade produtiva é favorável pelo seguinte motivo: evitar acidentes trabalhistas, seguros, problemas com transportes entre outros, já que as possíveis manifestações feitas pelos camponeses irão diminuir bastante.

### **3.7 As condições de trabalho na atividade canavieira**

Para compreender as condições de trabalho no corte de cana-de-açúcar, foi necessário perguntar aos entrevistados se eles já trabalharam em outras atividades agrícolas sem ser na atividade canavieira. Eles responderam que já haviam trabalhado na pecuária e no cultivo de grãos, como por exemplo, milho e feijão. Mas preferiam trabalhar no corte de cana, porque tinham salários melhores, mesmo sendo uma atividade de difícil manuseio, como relata um trabalhador entrevistado:

já tirei leite, trabaei na lavora de fumo, limpano batata, mandioca e outros seviços, ai um colega me falou que tava pegano gente pá cortar cana na usina, eu tava ganhano R\$ 200,00 reais trabaiano na roça. Ai foi cortar cana na usina, nos primeiros dias suei frio de tanto trabaiar, mais depois me acostumei. Hoje ganho mais do que antes, recebo por mês um salário bem melhor que antes. Só trabaio em outra coisa quando termina a safra, ganho mais cortano cana do que na roça. (S. A.).

Para os camponeses uma das maiores preocupações que dificulta o corte de cana-de-açúcar é a instabilidade trabalhista. Para comprovar o que foi dito, um dos camponeses entrevistado relata, “não consigo dizer que um trabaio é mior que outro, porque só basta o patrão colocar o olho sobre nói, que nói arruma nossas coisas e vamos embora, mesmo quando passamos da hora de trabaio ele não paga as horas extras.” (J. A.).

Percebemos que no corte manual da cana-de-açúcar há necessidade de força física, como por exemplo, habilidades para utilizar os instrumentos de trabalho, como facão e foice. Veja a Figura 9. Nesse sentido a habilidade para manusear esses instrumentos é bastante importante para que a matéria-prima seja bem aproveitada na indústria. Sobre isso um fiscal de turma entrevistado relata:

os cortadores de cana devem fazer o corte dela o mais próximo do solo para que sua base seja retirada, porque é na base que se encontra um grande teor de sacarose. Sem que possa vir solo agregado a essa base. Devemos considerar também o tamanho dela e as formas como são organizados os feixes de cana no talhão cortado, organizando dessa forma facilita o transporte dela até a usina. (A. J. L.).



Figura 9: Faz. São Felipe - Sapé/PB: Corte Manual de Cana-de-açúcar. Foto: LOURENÇO, A. A., julho/2011.

Quando questionamos os camponeses sobre as ferramentas utilizadas para o corte de cana, entende-se como ferramenta básica o facão, mais de 60% dos entrevistados disse que são adquiridos por conta própria. Muitos desses instrumentos se encontram em péssimas condições, mas suas lâminas de corte estão bem amoladas. Enquanto que os equipamentos de proteção como: botas, luvas, óculos, sombreros e manta são fornecidos pelas empresas, segundo 90%

dos entrevistados. Veja a Figura 10. Alguns dos camponeses ignoram os instrumentos de proteção.



Figura 10: Faz. Olho D'água – Sapé/PB: camponeses com os trajes e os instrumentos de trabalho. Foto: LOURENÇO, A. A., dezembro/2010.

Todos os camponeses recebem os instrumentos de trabalho, mais nem sempre todos utilizam esses instrumentos, vários cortadores afirmam que não usam luvas ou óculos, porque diminui ou atrapalha a agilidade no corte, por esses motivos não utilizados por eles durante o trabalho. Esses equipamentos são todos disponibilizados pela empresa sem ser descontado dos salários dos camponeses.

Um fiscal de turma entrevistado afirmou que:

nem todos os equipamentos utilizados são adequados ou convenientes a saúde do trabalhador. Muitas vezes essas orientações são desconsideradas mesmo recomendadas ao uso desses instrumentos. A maioria dos problemas médicos, como ferimentos, é ocasionada por causa do mau uso ou por não utilizar os equipamentos. (W. J.).

Em relação a isso todos os entrevistados disseram já ter sofrido algum tipo de acidente cortando cana, acidentes leves, como por exemplo, tombos, tropeços, arranhões, corte causado pela folhagem da cana, picadas de insetos e outros. Sendo que os entrevistados que sofreram acidentes graves como, corte de foices

ou facção e fraturas foram afastados do trabalho e receberam indenização e atendimento médico rápido.

Os médicos de plantão mais próximo dos canaviais ficam na cidade ou na usina, sendo que nos canaviais não há nenhum médico e nem mesmo enfermeiras de plantão. Se ocorrer algum acidente grave é necessário entrar em contato com a indústria ou o hospital mais próximo.

No que diz respeito aos problemas originados no corte de cana-de-açúcar estão às fadigas, as pressões cardíacas, desidratação, viroses, dores, entre outras, o que deixa o camponês impossibilitado de ir ao trabalho. Os entrevistados disseram que recebem atendimento médico, mas para isso tem que faltar no trabalho. E quando eles faltam mesmo por problemas de saúde o dia não é pago, só quando leva um atestado médico para justificar sua ausência no trabalho.

### **3.8 As condições de vida dos camponeses que trabalham no corte de cana-de-açúcar**

Os tópicos que seguem têm como objetivo apresentar métodos que abrange um vasto campo de estudo sobre os determinantes ao trabalho nas condições de desempenho e saúde dos camponeses e/ou a produtividade, através de diagnósticos das condições de trabalho na lavoura canavieira.

#### **3.8.1 A idade dos camponeses que cortam cana-de-açúcar**

Para fundamentar esse trabalho, durante a pesquisa de campo, foi possível identificar e entrevistar um grande número de pessoas aparentemente jovens, que estavam prestando serviço para a usina na atividade canavieira em várias funções. Durante a entrevista foi possível estabelecer essa realidade, tanto que 43,3% dos entrevistados tinham entre 23 e 29 anos. Já os entrevistados com idade entre 18 e 22 anos representam 10%. No decorrer das entrevistas foram constatados camponeses com idade entre 30 e 39 anos e de 40 e 49 anos, ambos representam 20%. Apenas dois entrevistados têm uma faixa etária entre 50 e 60 anos, representando 6,7%. Veja a Figura 11.

<b>FAIXA ETÁRIA</b>	<b>NÚMERO DE ENTREVISTADOS</b>	<b>%</b>
<b>18 a 22</b>	3	<b>10,0</b>
<b>23 a 29</b>	13	<b>43,3</b>
<b>30 a 39</b>	6	<b>20,0</b>
<b>40 a 49</b>	6	<b>20,0</b>
<b>50 a 60</b>	2	<b>6,7</b>
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100</b>

Figura 11: Faixa etária dos camponeses. Fonte: Trabalho de campo – Agosto/2011. Org.: LOURENÇO, A. A. 2011.

Foi possível identificar na tabela acima que a maioria dos camponeses que cortam cana-de-açúcar tem idade inferior a 30 anos, sendo considerados camponeses jovens. Com isso a indústria está dando mais oportunidade à mão-de-obra jovem “dotada de muitas energias, para o desempenho desta atividade.” (SILVA, 2005, p. 21).

Segundo o relato de alguns camponeses, o motivo pelo qual a usina está contratando um número maior de camponeses jovens é porque eles desempenham uma produção maior em relação aos mais velhos que não acompanham o ritmo dos mais jovens. “Os velhos não cortam cana como nós, quando nós vamos bem à frente, a fila que ele vem fica lá para trás.” (A. J. D.).

Segundo um empreiteiro, a seleção de pessoas para trabalhar no corte de cana-de-açúcar exige dos trabalhadores certa capacidade para desempenhar a atividade. É dado prioridade primeiramente aos mais jovens pelo fato de possuir menos problemas de saúde, de demonstrar menos cansaço na função. E também pelo fato de ser inexperiente na questão de reivindicar seus direitos trabalhistas através de greves ou paralisações. Enquanto que os camponeses mais experientes obtêm certos conhecimentos a esse respeito e são responsáveis por esses atos.

### **3.8.2 O nível de escolaridade dos camponeses**

O nível de escolaridade dos prestadores de serviço na atividade canavieira da “Destilaria Una” é relativo e bastante semelhante à realidade brasileira, referente ao que se comenta sobre a existência de camponeses com baixa escolaridade nesse tipo de cultura. Para comprovar isso observe a Figura 12, que um grande número de camponeses não concluiu o ensino fundamental. De todos

os entrevistados, 30% afirmaram ter concluído até a 5ª série do ensino fundamental e 20% cursaram até a 9º ano do ensino fundamental, 10% dos camponeses que estavam cursando o ensino médio pararam de estudar nessa modalidade de ensino. Enquanto que 10% dos camponeses não sabem ler ou escrever e 10% mesmo não frequentando a escola sabe ler e escrever.

<b>GRAU DE ESCOLARIDADE</b>	<b>NÚMERO DE ENTREVISTADOS</b>	<b>%</b>
<b>Analfabeto</b>	3	10,0
<b>Sabe ler e escrever</b>	9	30,0
<b>1ª a 5ª série</b>	9	30,0
<b>6º a 9º ano</b>	6	20,0
<b>1º ao 3º ano</b>	3	10,0
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100</b>

Figura 12: Grau de escolaridade dos cortadores entrevistado. Fonte: Trabalho de campo – Agosto/2011. Org.: LOURENÇO, A. A. 2011.

Os motivos que levaram alguns dos camponeses a não estudar ou simplesmente continuar os estudos, segundo um entrevistado foi:

eu tive poco tempo pá estudar, quando eu era piqueno meu pai nos levava pa trabaiá no roçado, até que eu quiria está na escola pá ser gente na vida. Quando não trabaiava numa coisa era notra. Como eu ia estudar? Parei de estudar na 5ª sére, porque tinha que ajudar meu pai no roçado. (E. P. S.).

Várias usinas já adotaram a condição de escolaridade na contratação de seus funcionários, excluindo do trabalho canavieiro todos os cidadãos que não sabem ler ou escrever. Sobre isso Silva (2001, p. 292) afirma:

[...] intensificam-se as exigências quanto a qualificação, principalmente no tocante aos níveis de escolaridade. Vários depoimentos de trabalhadores atestam para uma exigência insólida: quatro anos de escolaridade para os cortadores de cana e oito anos para aqueles que se destinam às tarefas da área industrial da usina.

Muitos camponeses têm vontade de voltar a estudar. No município de Sapé existem vários programas educacionais que dão oportunidade a todos os que quiserem retornar aos estudos. Mas a maioria dos camponeses afirmou que não conseguiria mais estudar. Os camponeses jovens argumentaram que o cansaço e a falta de motivação após o dia exausto de trabalho os impede de voltar à escola. Enquanto que os mais velhos disseram que já estava tarde para voltar a estudar e

que o grau de estudo não fazia a mínima diferença em suas vidas. “Já to muito veio pá ir à escola, eu não tenho mais paciência pá ta lá estudando não.” (S. A.).

Dentre os camponeses pesquisados, 60% declararam ter filhos. Destes, 35,7% dos camponeses afirmaram ter de um a dois filhos e 24,3% declararam ter de três a cinco filhos. Nesse sentido, camponeses consideram o estudo muito importante para seus filhos, afirmam fazer o possível para que permaneçam na escola, para no futuro ter condições de ter uma vida melhor e não depender do trabalho braçal.

Sobre o estado civil dos cortadores de cana-de-açúcar, todos apresentam características muito distintas. Observa-se na Figura 13, que 20,0% são solteiros sem nenhum tipo de relacionamento fixo, 23,3% foram casados e hoje são separados, 16,7% possui relacionamento estável, 10,0% é desquitado e afirmaram não querer mais relacionamento estável e 30,0% dos camponeses são amansiados, ou seja, moram apenas juntos.

<b>ESTADO CIVIL</b>	<b>NÚMERO DE ENTREVISTADO</b>	<b>%</b>
<b>Solteiro</b>	6	<b>20,0</b>
<b>Casado</b>	7	<b>16,7</b>
<b>Separado</b>	5	<b>23,3</b>
<b>Amansiado</b>	3	<b>30,0</b>
<b>Desquitado</b>	9	<b>10,0</b>
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100</b>

Figura 13: Estado civil dos camponeses. Fonte: Trabalho de campo – Agosto/2011. Org.: LOURENÇO, A. A. 2011.

Percebemos que os camponeses têm características bastante diversificadas sobre o estado civil. Segundo alguns deles é melhor estar solteiro porque as despesas são menores, enquanto que para outros é melhor está casado, pois a vida de casado é mais prazerosa.

### **3.8.3 As formas de trabalho e os salários na agricultura canavieira**

Em relação ao ganho e salários dos camponeses na agricultura, foram analisadas diferentes tarefas nessa atividade. Para compreender essa modalidade de trabalho foi entrevistado camponês que exerce diferentes funções na atividade canavieira, como podemos ver na Figura 14, 53,3% dos entrevistados trabalham no

corte de cana-de-açúcar e os demais entrevistados estão ligados a outras atividades na cana-de-açúcar. Assim,

o carregador (trabalha no carregamento manual e auxiliando o carregamento de cana), plantador (englobam trabalhadores de corte de mudas para o plantio de novas áreas), limpador (encarregado pela limpeza dos talhões desbastado erradamente), medidor e fiscal, controlam a quantidade de cana cortada e o trabalho dos cortadores e de outros trabalhadores. (CARVALHO, 2009, p. 148).

<b>TIPO</b>	<b>NÚMERO DE ENTREVISTADOS</b>	<b>%</b>
<b>Cortador</b>	16	<b>53,3</b>
<b>Plantador</b>	4	<b>13,3</b>
<b>Carregador</b>	3	<b>10,0</b>
<b>Limpador</b>	3	<b>10,0</b>
<b>Medidor</b>	2	<b>6,7</b>
<b>Fiscal</b>	2	<b>6,7</b>
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100</b>

Figura 14: Diferentes funções exercidas pelos camponeses na agricultura canavieira. Fonte: Trabalho de campo – Agosto/2011. Org.: LOURENÇO, A. A. 2011.

Mesmo em atividades os camponeses são avaliados por sua por sua capacidade e por sua dedicação a função ao qual exerce. Se cumprir e fizer o trabalho conforme as exigências da empresa de modo correto, são selecionados e conforme o cargo é promovido a uma função melhor, como relata um camponês entrevistado que começou sua carreira profissional cortando cana, hoje é fiscal, controla a quantidade de cana que é cortada no campo:

comecei cortando cana, fui muito dedicado à função que eu exercia na época que era cortador de cana, não faltava, era obediente e tudo o que me mandavam fazer eu fazia sem nenhuma cara feia. Hoje sou fiscal de turma, porque antes trabalhei sem nenhuma bronca, viram que eu dava para o serviço, ai me colocaram para ser fiscal, fui bem reconhecido pelo meu trabalho e pelo meu esforço. (E. R. A.).

Muitos camponeses são promovidos de uma atividade a outra por meio de sua eficiência. Muitos dos camponeses que cortam cana afirmaram, por mais cansativo e desgastante que seja essa função, preferem continuar nela pelo fato de ganhar mais relação a outras atividades, como por exemplo, plantador, limpador e outras.

Sobre isso Thomaz Jr. (2002, p. 205) relata:

essa atividade é a preferência entre os trabalhadores, tendo em vista que são remunerados por produção e, por isso, tem possibilidade de aumentar seus ganhos, tendo em vista que nas demais atividades recebem por dia (diária), ou o piso da categoria.

Grande parte dos camponeses reclama bastante com a atitude de alguns fiscais, pelo fato de diminuir a produção cortada por eles no fim do expediente de trabalho. Quando é para cobrar deles o fiscal exige que os mesmos apressem o trabalho sem que perca tempo, e quando vai apontar o dia de trabalho diminui a produção realizada para que o camponês ganhe menos em relação ao que ele produziu durante o dia.

Todos os entrevistados são contratados pela usina num período de seis meses. Os mesmos residem em municípios próximos, como: Sapé, Mamanguape, Sobrado, Cruz do Espírito Santo e outros.

Os salários recebidos por eles vão de acordo com o cargo e a função estabelecida pela usina, e está ligada na maioria das vezes a oferta de mão-de-obra e ao piso salarial da indústria.

Podemos observar a média salarial dos entrevistados na Figura 15, considerado que em agosto de 2011, o salário mínimo do Brasil é de R\$ 540,00 reais. A maioria dos entrevistados ganha em média dois salários mínimos mensais. Alguns disseram que os valores são bem diversificados, no que diz respeito ao tipo de trabalho exercido. Uns são remunerados por produção e outros por salários permanentes, como por exemplo, os fiscais. Dos camponeses entrevistados que exercem a função de cortador, afirmou que recebem em média por mês de um a dois salários mínimos. Em alguns meses esse salário aumenta, já em outros diminuem, e chegam a receber em torno de R\$ 540,00 a R\$ 1200,00 mensais.

<b>SALÁRIO MINIMO</b>	<b>NÚMERO DE ENTREVISTADOS</b>	<b>%</b>
<b>Um salário</b>	6	<b>20,0</b>
<b>Dois salários</b>	20	<b>66,7</b>
<b>Três salários</b>	3	<b>10,0</b>
<b>Quatro salários</b>	1	<b>3,3</b>
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100</b>

Figura 15: Média salarial dos camponeses. Fonte: Trabalho de campo – Agosto/2011. Org.: LOUREÇO, A. A. 2011.

De acordo com a pesquisa realizada na “Destilaria Una” com os camponeses, o salário pago aos mesmos não era o valor subestimado, uma vez que eram descontados pelo uso de alimentação, sindicato, entre outros. Alguns entrevistados afirmaram possuir outras fontes de renda, quando não estão trabalhando, como: vendedor, jardineiro, marceneiro, entre outras.

Sobre a pontualidade do pagamento dos salários, os camponeses entrevistados afirmaram que os salários às vezes atrasam um ou dois dias após a data determinada para o pagamento. Ou seja, todos os dias quinze e trinta de cada mês são realizados o pagamento. Se o pagamento atrasar muito as atividades são paralisadas.

Quando perguntamos aos entrevistados o número de pessoas que moram com eles e que dependem de seu salário para sobreviver, obtemos as seguintes respostas: 40% entre uma e duas pessoas, 50% entre três e quatro pessoas e 10% entre cinco ou mais pessoas. Em alguns casos a renda por família era maior que outra, porque havia mais de uma pessoa da família que trabalhava, como por exemplo, o pai e o filho trabalham na mesma atividade ou em atividade diferente. A maioria dos entrevistados disse não conseguir juntar dinheiro porque a muita despesa e tinham a atividade canavieira como a única forma de renda da família. O dinheiro que recebiam só dava para comprar alimento, pagar suas contas e comprar remédio. Os únicos que disseram poupar dinheiro foram os camponeses mais jovens, os que não possuem família para sustentar, afirmou que juntavam dinheiro para comprar algum bem, tais como: um imóvel (casa) ou bens duráveis (carro e moto).

### 3.8.4 As condições de habitação e as expectativas dos camponeses junto à produção de cana-de-açúcar

Vários camponeses afirmaram ter em sua residência pequenas hortas, ou seja, pequenos negócios que ajudam a complementar a renda familiar são os que possuem residência fixa no município de Sapé. De acordo com a forma de ocupação das habitações no município 50,0% as moradias eram próprias, 43,3% eram alugadas e 6,7% eram cedidas por parentes ou amigos da família. Veja a Figura 16.

<b>CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO</b>	<b>NÚMERO DE ENTREVISTADOS</b>	<b>%</b>
<b>Própria</b>	15	<b>50,0</b>
<b>Alugada</b>	13	<b>43,3</b>
<b>Cedida</b>	2	<b>6,7</b>
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100</b>

Figura 16: Condição de ocupação dos domicílio dos entrevistados. Fonte: Trabalho de campo – Agosto/2011. Org.: LOURENÇO, A. A 2011.

Sobre as condições de vida dos camponeses entrevistados, estes afirmaram não está satisfeito, triste e descontente por causa das condições degradantes que o trabalho canavieiro apresenta, por exemplo, o corte, a fiscalização, a limpa, etc. Todos gostariam de exercer outra profissão, a maioria deles não soube falar que outra profissão gostaria de exercer. Por está tão envolvido no trabalho canavieiro não conseguem pensar em outra profissão o que torna quase impossível a concretização de seus sonhos.

As experiências que os camponeses possuem na atividade canavieira garantem e fixam suas raízes no meio rural como principal ambiente para exercer sua profissão. Para consolidar essa realidade Carvalho (2009, p. 152) afirma:

[...] essa esfera do ideal esbarra na condicionante de que possuir a própria terra requer capital, dinheiro que tem que ser conseguido, principalmente pelo trabalho. Mas o trabalho que possibilitaria esse ganho está ligado às economias obtidas com sua força de trabalho, sendo indicada à atividade canavieira, como uma das poucas maneiras de aquisição do ganho suficiente para alcançar esse sonho.

A maioria dos camponeses entrevistados afirmou que para obter melhores condições de vida e trabalho é necessário fazer algumas mobilizações e ações eficazes. Dos cidadãos entrevistados 90% afirmaram já ter participado de reivindicações por melhores condições trabalhistas. Uma vez que eles tinham trabalhado fixo na empresa e mesmo com pouca disponibilidade de trabalho nas redondezas da cidade de Sapé. Por haver poucas unidades industriais de álcool e açúcar, atualmente os movimentos são atendidos e negociados facilmente.

Segundo o gerente responsável pelo setor de trabalho dos cortadores dos cortadores de cana,

quando situações como essas nos ocorrem procuramos resolver da melhor maneira possível de forma harmoniosa e compreensiva. Em 2008 nós passamos por uma situação igual a essa, mas felizmente conseguimos resolver facilmente, fomos muito elogiados pelo Ministério Público do Trabalho. (M. A.).

Para o futuro as expectativas quanto a esse tipo de mão-de-obra, são pessimistas, pois a disputa por trabalho irá ser bem maior de que atualmente pelo da mecanização que será expandida, substituindo certa quantidade de camponeses que cortam cana-de-açúcar, além de carregadores, limpadores, medidores, etc. Com isso cria nos camponeses um cenário de incertezas quanto ao trabalho canavieiro feito manualmente. Essa situação só será solucionada se inserir essa mão-de-obra em outras atividades seja no campo ou na cidade.

Enquanto a concretização a concretização da mão-de-obra mecânica não chega, os camponeses continuam inseridos na atividade, “lutando contra o cansaço, a cortar, a tentar viver, ou sobreviver a partir dessa atividade” (CARVALHO, 2009, p.153).

### **3.8.5 A exploração da força de trabalho do camponês**

Em relação à atividade canavieira, principalmente a função de corte de cana-de-açúcar, os contratos são feitos de forma temporária, enquanto durar safra ou apenas meses, semanas ou dias, como ocorre em outras regiões do Brasil, como por exemplo, Minas Gerais, São Paulo, Pernambuco, etc. Sobre os contratos dos camponeses na cultura da cana-de-açúcar o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, estabelece que:

o contrato de safra é realizado um mês antes do período de moagem da cana, ou seja, no mês de Julho. Em Agosto se dá o início da safra que dura aproximadamente seis meses. Após esse período o cidadão está desempregado. Para alguns até começar o plantio, no mês de Março/Abril. (J. L.).

A remuneração dos camponeses que cortam cana-de-açúcar ocorre de uma única forma na “Destilaria Una”, por produção, ou seja, quanto mais ele produzir mais remunerado será. Há camponês que chega a receber por mês mais de dois salários mínimos.

Não importa se o contrato é feito por dia, semana, mês ou da forma convencional, como é o caso dos contratos feitos na “Destilaria Una”, a remuneração é realizada quinzenalmente. Mesmo assim os contratos são temporários, independente do volume de cana cortada pelo camponês, se não alcançar as metas estipuladas, e por algum motivo provoque brigas ou desrespeite seus colegas de trabalho, o fiscal de turma e o empregador ele é excluído do grupo.

Para comprovar o que foi dito antes, um dos entrevistados, afirma:

os trabaiaador que vem trabaiaá na cana tem um contrato feito e é fixado. Mesmo assim só vem pá trabaiaá uns dias, outros trabaia semanas, outros ficam até acabar a safra. O povo que ta entrosado trabaia a safra toda, os que não trabaia direito não fica e vai logo embora, o bom é que o dotor nos paga pelo que nói cortamos [...]. (L. V. S.).

Nas diversas regiões produtoras do Brasil, como em São Paulo e Minas Gerais, e não são diferentes na Paraíba. As formas de pagamento são realizadas através de propostas firmadas com o sindicato do Município de Sapé/PB, por meio de acordos entre a Destilaria, os camponeses, os fornecedores e os demais envolvidos na cultura canavieira. O acordo só será cumprido quando os interesses forem positivos e benéficos para ambas às partes.

A remuneração paga aos camponeses é feita de acordo com a atividade desempenhada na lavoura canavieira. Os que exercem a função de fiscal, medidor, limpador, carregador ou plantador como já foi especificado nessa pesquisa, recebem comissão fixa que se consolida pelo desempenho na atividade. Com relação aos camponeses, esses recebem por produção. E,

nesse caso, muitos trabalhadores que não conseguem alta produção recebem o valor mínimo de R\$ 540,00. Quando não faltam no trabalho ou são excluídos do grupo de cortadores. Outro sistema de remuneração é pela produção diária, sendo que o valor pago é estabelecido pela quantidade de toneladas cortada por dia. Entre os trabalhadores, os valores pagos por toneladas/dia giravam em torno de R\$2,90. (CARVALHO, 2009 p. 154-155).

O sistema de pagamento pelo quais os camponeses recebem de acordo com seu desempenho na atividade são fatores importantes, perante o capital “que garantem a um só tempo a manutenção da extração do sobre trabalho, como também o controle do processo de trabalho e da exploração do trabalho, que chega às raias da semi-escravidão” (THOMAZ JR, 2002, p. 215).

Os camponeses conseguem cortar por dia de nove a onze toneladas de cana de acordo com um fiscal de turma. Essa afirmativa é semelhante ao relato de um camponês entrevistado. “Eu trabaiando todo dia consigo tirar em média nove toneladas de cana, só as vezes que tiro nove e meia.” (S. M. S.).

Sobre esse sistema Silva (2001, p. 293) destaca que:

a precariedade tem ainda outras facetas, dentre elas, a exploração do trabalho, evidenciada não apenas pela forma de salário baseada no quantum de produção e pela elevação da média de produtividade, atualmente fixada entre nove e dez toneladas de cana cortada por dia.

Vários camponeses afirmam que por dia não conseguem cortar nove toneladas de cana diariamente. Nesse caso, recebem um salário de pouco mais de R\$ 540,00. Enquanto que outros cortam mais de dez toneladas de cana e recebem a remuneração por tarefa.

Quando os camponeses não cortam o suficiente por dia, eles são remunerados com um salário mínimo, uma vez que é muito difícil cortar uma determinada quantidade de cana por ida. Sobre isso um camponês entrevistado afirma: “to muito veio pá cortar cana, tem dia que corto umas seis toneladas, só corto por dia esse tanto, ai recebo um salário mínimo, mais fazer o que se consigo só isso.” (J. F. A.).

Mesmo considerados improdutivos alguns camponeses permanecem no trabalho, devido a sua forma de agir quanto aos problemas de greves, paralisações e discussões ocorridas.

O sistema de contrato de qualquer forma traz benefícios mais ao empregador de que aos camponeses, pois esse mecanismo exige dos cortadores e de todos os camponeses ligados a essa atividade um esforço físico maior e prolongam o tempo de trabalho para obter ganhos maiores. Dessa forma,

o empregador estabelece o valor pago por tarefa, imprime mecanismos que aceleram o desgaste humano pelo trabalho, além de que, na maioria das vezes, os valores pagos por toneladas cortadas estão muitas vezes vinculados à capacidade de produção dos cortadores (CARVALHO, 2009, p. 157).

Em outra ocasião, o empregador baixa o valor pago aos camponeses que são experientes no corte. Isso resulta numa economia de gastos e no aumento do lucro e compromete a necessidade de trabalho e a eficiência produtiva dos camponeses para obter melhores valores. Esse mecanismo compromete de certa forma os camponeses mais lentos na atividade. E favorece a mão-de-obra do empregador e prejudica o processo produtivo dos camponeses.

Para melhor especificar a exploração do camponês sobre o capital Lima (2004, p. 117) relata:

trata-se de uma forma de salário mais vantajoso ao capitalista uma vez que a intensidade do trabalho não depende dos investimentos em capital constante, mas do próprio trabalhador. É um salário que reforça as diferenças de habilidade, foga, energia, perseverança dos trabalhadores individualmente, provocando diferenças nos seus rendimentos e o estabelecimento de concorrência entre eles.

Outro fator que favorece o processo produtivo do camponês está relacionado ao fiscal que observa se o mesmo está cumprindo corretamente a atividade para obter uma ótima produção de cana-de-açúcar, como também possíveis acidentes que podem ocorrer e a quantidade produzida pelo camponês. O papel do fiscal não é apenas observar, eles são direcionados a incentivar a produção do camponês, cobrando rapidez e agilidade no ato da tarefa, além de cobrar dos camponeses pelo menos a quantidade mínima de toneladas de cana exigida para o corte durante o dia, determinada pelo empregador. Sobre isso, “os camponeses, com maiores dificuldades para executarem suas tarefas, tem que se desdobrar para obter um salário apenas razoável para os padrões dos camponeses volantes.” (LIMA, 2004, p.117).

Nesse sentido, os fiscais “colocam, nas leiras de corte, camponeses com alto índice produtivo, ao lado de trabalhadores com baixa produção.” (CARVALHO, 2009, p.158). O indivíduo mais rápido na atividade avança no corte da cana-de-açúcar, enquanto que o menos produtivo não consegue alcançar o ritmo de trabalho do mais ágil. Assim o camponês mais lento apresenta uma imposição psicológica e não quer ficar para trás, acaba por se esforçar muito, por isso ocasiona o esgotamento do camponês e pelos acidentes de trabalho, muitas vezes conceituados como lerdos, fracos e ruins para a atividade.

Sobre isso um camponês entrevistado afirma:

[...] em vez de o fiscal nos orientar melhor para que nós não pare de cortar cana, a maioria deles só quer saber se agente corta muita cana ou não. Quando nós ficava para trás eles nos chamava de frocho, fraco, priguiçoso, dizia que nós só queria ficar parado. (S. A. O.).

A remuneração por produção vem acompanhada da exploração do trabalho, tem que se esforçar o máximo para obter bons salários, com isso:

[...] a remuneração por tarefa se constitui num mecanismo para a exploração da força de trabalho, em favor da reprodução do capital do empresário agrícola. Estimulada pela remuneração por tarefa, a produção média do cortador de cana tem aumentado. Há que se levar em conta que além da habilidade do trabalhador em realizar essa atividade, a prática da mesma função durante anos seguidos, favorece a aumento da sua produção diária. (LIMA, 2004, p. 118).

Nesse trabalho são registrados vários fatores de solução para evitar os prejuízos físicos dos camponeses, acarretado pela atividade canavieira, especificamente ligada ao corte de cana. Vários entrevistados afirmaram que a usina disponibiliza hidratantes, soro ou vitaminas para reduzir os problemas ocasionados pelo sol, pela fadiga e pela desidratação. É uma prática que já é desenvolvida em várias regiões do Brasil, como: São Paulo e Minas Gerais. Alguns trabalhadores disseram já ter sofrido desmaios e câibras nos canaviais. Para diminuir esses problemas a usina oferece aos camponeses, soros fisiológicos. Além disso:

a imposição das altas taxas de produtividade do trabalho, que extrapolam os limites físicos dos trabalhadores, levando-os, em alguns casos, à morte, é suportada em virtude desse processo de

intromissão da autodisciplina que os acompanha durante toda a vida. Do mesmo modo, pode-se interpretar a reposição energética, por meio da distribuição do leite de soja ou até mesmo da aplicação de injeções – as amarelinhas – a fim de minorar os efeitos de câibras, provocadas pela perda excessiva de potássio durante a atividade do corte de cana. (SILVA, 2005, p. 29).

Muitos camponeses dizem que não é necessária a utilização desses produtos oferecidos pela usina, pois garantem com seu potencial físico ou tem seus próprios estímulos produtivos. Alguns deles disseram que preferem colocar açúcar debaixo da língua durante a atividade de corte, outros fazem garrafadas, que é a mistura de várias ervas medicinais, além de outros meios utilizados pelos camponeses.

Durante a entrevista foi relatado que alguns camponeses utilizam drogas para aumentar seu potencial físico para cortar bastante cana-de-açúcar. O uso de entorpecentes na lavoura canavieira é proibido, mas eles não se intimidam e praticam o uso de drogas as escondidas dos fiscais e dos contratantes. Muitas vezes a venda desses produtos ilícitos é feito no próprio trabalho de modo particular. “Esse fato, além de invisível é proibido, pois numa sociedade permeada pela violência como a brasileira, o silêncio, muitas vezes, é uma estratégia de sobrevivência.” (SILVA, 2005 p.31). Assim,

existem cortadores que, antes de iniciarem o trabalho, consomem “crack” uma das drogas de maior e mais rápida dependência química. Esses entorpecentes causam euforia e “ânimo” para os trabalhadores que o consomem, diminuindo a fome, a sede e o cansaço, aumentando a produção (CARVALHO, 2009, p.159).

Sobre esse problema um entrevistado relata: “tem trabaiador que antes de vim pra cá fuma uns negócio lá, o cara fica parecendo um doido de tão estranho, [...] eu nunca faço isso, usar esses troços, corto o tanto de cana que dá pra cortar.” (G. E. A.).

A utilização dos entorpecentes na atividade canavieira no corte de cana se dá pela necessidade de obtenção produtiva para que eles possam obter um salário digno de um ótimo cortador de cana.

No que diz respeito ao trabalho no corte de cana, antes de começar o corte num talhão é determinado um preço mínimo para o corte, leva em consideração a medição do talhão. Se o preço do produto colhido for maior de que foi determinado,

devido à qualidade da cana e o tipo do produto o valor mínimo é aumentado. Para avaliar o produto é utilizado um compasso fixo com uma ponta metálica, no comprimento de dois a três metros, realizada numa conversão linear para determinar o preço da tonelada. É feito também o recolhimento de amostras no leito onde o trabalhador está cortando cana e, é pesada na indústria. A pesagem da amostra serve para confirmar se o valor pago ao camponês está de acordo com o que ele produziu e em relação ao comprimento da área cortada por ele.

Os camponeses afirmaram que nem sempre fica sabendo a quantidade que produziu e o valor pago por tonelada de cana cortada no final do dia. Nesse sentido, cabe ao camponês cobrar do fiscal ao final do dia a quantidade de cana que eles cortaram. Muitos afirmaram ter insegurança sobre a pesagem de cana, com uma possível diminuição de sua produção e até mesmo dúvida sobre as medições do talhão e se realmente são anotadas corretamente as conversões do metro e as toneladas produzidas. Se o fiscal ao final de do expediente de trabalho repassasse ao camponês a quantidade produzida, não ocorreriam os problemas de insegurança no ambiente de trabalho.

Se os mesmos pararem seu trabalho para acompanhar o apontamento do fiscal sobre seu desempenho de trabalho perdem produção. Sobre isso um dos camponeses entrevistados relata: “O fiscal podia conferir o que eu corto, pra eu não parar de cortar cana, mesmo assim não sei se ele aponta certo o que corto no dia.” (M. A. S.).

Além de conversar com os cortadores de cana, obtivemos informações sobre outros camponeses como, por exemplo, os fiscais e os medidores, esses, por sua vez, exercem importantes funções na atividade canavieira. Essas categorias recebem salários fixos e tem o papel de incentivar e orientar os camponeses a cortar cana, como também tentar evitar o máximo possível os problemas no corte dessa lavoura, como: brigas, discussões, acidentes e outros problemas.

Existem também os bituqueiros e carregadores, responsável por carregar os caminhões, nessa função ocorre perdas e quedas de cana cortada no uso de carregadeiras ou até mesmo pelo carregamento humano. Estes por sua vez recebem salários fixos com adicional produtivo devido à tarefa que exercem.

Quando perguntamos aos camponeses sobre os problemas trabalhistas, os mesmos por medo não se propuseram a responder com medo de serem demitidos do trabalho, as informações que nos deram protegiam seus patrões. Em relação à carteira de trabalho assinada, todos responderam que sim, nenhum afirmou está trabalhando sem carteira assinada.

Sobre o tempo de trabalho, os entrevistados disseram que realizam de oito a nove horas por dia. Essa afirmativa não é verificada conforme eles disseram, pois observamos que há camponeses cortando cana em pleno horário de almoço. Veja Figura 17. Outros não respeitam o tempo de trabalho, ou seja, vão embora antes do transporte chegar. Dos trinta camponeses entrevistados, apenas quinze declararam cumprir o horário, os demais camponeses disseram que não ou que somente às vezes não cumprem o horário, de acordo a Figura 18.



Figura 17: Faz. São Felipe – Sapé/PB: Camponeses em plena hora de almoço. Foto: LOURENÇO, A. A., dezembro/2010.

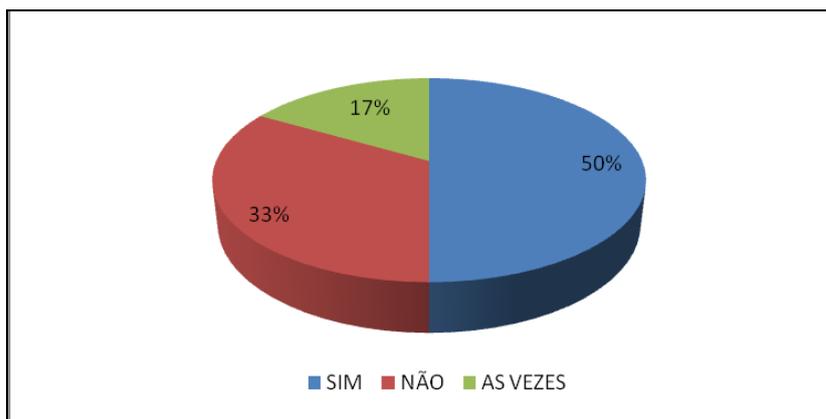


Figura 18: Cumprimento do horário de trabalho na lavoura canieira. Fonte: trabalho de campo-Setembro/2011. Org. LOURENCO, A. A., 2011.

Segundo Carvalho (2009, p. 164) os camponeses envolvidos na atividade canieira exercem um importante papel no que se refere à obtenção de matéria-prima e na produção de capital na fabricação de álcool e açúcar das indústrias. Novas expectativas vêm surgindo nessa atividade, como por exemplo, a mecanização. Com isso trás aos camponeses, insegurança, principalmente para os que não conhecem outras formas de ganho, causando novos entraves, incertezas e disputas em relação ao capital e ao trabalho, onde a força de trabalho não será tão requerida e absorvida com esse novo sistema.

Observa-se que muitos camponeses todos os anos são excluídos do processo de trabalho, devido à idade e o aumento da mecanização no setor sucroaleiro. Com isso os mesmos são obrigados a migrarem para o sul e sudeste em busca de empregos e melhores condições de vida. Assim nessas regiões aumenta o contingente de pessoas em busca de trabalho. “Nesse cenário, vemos a ida e vinda de camponeses incertos quanto ao trabalho, incerto de sua força de trabalho” (CARVALHO, 2009, p. 164). Dessa forma,

[...] assiste-se a cada ano, as cenas de centenas de trabalhadores que mesmo sem terem a certeza de encontrarem trabalho, chegam às cidades desta região. Muitos são obrigados a regressar aos locais de origem, embarcando-nos próprios ônibus que os trouxeram. Outros se empregam. Outros perambulam de um lugar a outro em busca de trabalho para a sobrevivência (SILVA, 2001, p. 301).

Para minimizar esses problemas é necessário encontrar soluções que possam acabar com a degradação do trabalho. “A solução somente poderá advir com a eliminação das causas e não dos efeitos” (SILVA, 2005, p.31). Para isso é

preciso partir da realidade vivida pelos camponeses na cana-de-açúcar. Posto que, “qualquer estratégia política deverá visar à união destes camponeses, possibilitando, assim a concentração do processo de consciência e identidade de classe social” (SILVA, 2005, p. 32-33), para que os mesmos não sejam colocados como coadjuvantes, mas sim que passem a agir e a se encorajar, através de alternativas que possibilitem um novo crescimento do trabalho em relação ao capital.

## CONSIDERAÇÃO FINAIS

O estudo realizado sobre as condições de trabalho e meios de sobrevivência dos camponeses que exercem a função de corte manual no setor canavieiro no município de Sapé/PB se estabelece em novas territorialidades, não apenas pelo avanço das usinas, das plantações em novas áreas, mas também dos próprios camponeses e de todos os envolvidos nesse processo.

Na Paraíba essa expansão está submetida aos investimentos realizados após a década de 1990, como por exemplo, o desenvolvimento dessa cultura em áreas onde predominava o cultivo de grãos e a pecuária. Entretanto, essas atividades, mesmo reterritorializadas continuam presentes em boa parte do território. Podemos citar também o crescimento dos choques políticos de luta pela terra e a permanência da pequena produção.

Como local de pesquisa, foi escolhido o Município de Sapé, onde a atividade canavieira foi estruturada na década de 1980, e que, atualmente, vive uma fase de crescimento no setor, notadamente na atuação da Destilaria Una, que não perde as relações com outras indústrias produtoras de cana-de-açúcar da região. Neste trabalho, mostramos as principais fases do desenvolvimento pela qual passa a cana-de-açúcar, buscamos contextualizar esse avanço nas políticas públicas que contribui para a implantação de novos capitais. Com isso, as mudanças podem ser mais bem entendidas ao estudar a dinâmica das regiões canavieiras.

Buscamos também contextualizar a inter-relação da área em estudo com o tema de pesquisa, questões sobre produtores e fornecedores de cana-de-açúcar, mão-de-obra exercida no corte da cana, grupo de camponeses vinculado à usina e a produção. E as possíveis mudanças no setor sucroaleiro para os próximos anos.

Um ponto muito importante abordado nessa pesquisa e que ajudou na compreensão do tema abordado foi sobre os reais impactos sobre as áreas de cultivo da cana-de-açúcar e a concentração fundiária. A compra e o arrendamento de terras são fortes vestígios da cultura camponesa no município e na região, visto que a atividade canavieira apresenta um grande avanço, frente à redução das atividades tradicionais, principalmente nas áreas utilizadas para a pecuária e na produção de grãos.

Sobre os salários pagos aos camponeses pelo trabalho de corte manual de cana-de-açúcar, o mesmo é feito de diferentes maneiras e mostra que o sistema se processa de acordo com o ritmo e o grau de trabalho exercido pelo camponês que varia conforme as usinas e as localidades. Independente da forma de contrato seja por dias, semanas ou meses ou da forma tradicional, quando o salário é pago no final do mês, o contrato é temporário e se estabelece pela produção realizada pelo camponês. Caso ele não consiga as metas exigidas pela usina ou cause problemas entre os colegas de trabalho e ao empregador, o mesmo é excluído do grupo.

Foram também observados que os cidadãos são excluídos do trabalho pelo fato da idade ou por atingir os índices de produção estabelecidos pela indústria. Por outro lado, continua a escolha dos mais qualificados e experientes para a exploração do trabalho canavieiro, junto à disputa por salários, que não favorece vida digna aos camponeses. Nesse sentido, podemos perceber a ida e vinda de pessoas para trabalhar na lavoura de cana-de-açúcar, trabalhadores incertos quanto ao trabalho e a força de trabalho a exercer. E também incertos quanto ao futuro.

Argumentamos também as expectativas quanto à substituição da mão-de-obra manual pela mecanizada onde os camponeses perderão seu poder de reivindicação.

Sobre essa situação Carvalho (2009, p. 170) relata:

[...] e as condições adversas, como terrenos em declive, bicos de talhões, cana deitada, entre outros problemas que não comportam o corte mecanizado, reduzem a produtividade do trabalhador, implicando a redução do seu salário, além de vincular sua contratação a condições de disputa por trabalho, aliado do seu salário, além de vincular sua contratação a condições de disputas por trabalho, aliadas também ao processo perverso de descarte da força de trabalho com mais “experiência”, que passa a não ser mais requerida e absorvida por esse sistema.

A partir dessa realidade, os camponeses serão deslocados de uma atividade para outra, conforme sua experiência, eficiência e necessidade de trabalho. Mesmo estando nessa atividade cansativa e desgastante, preferem esse tipo de trabalho pelo fato de ganhar melhor em relação a outras atividades.

Em suma, o que se conclui a partir do estudo realizado é que o processo de transformação estabelecido no espaço agrário do Município de Sapé resulta principalmente ao atendimento e a realização das necessidades de expansão da atividade canavieira. Assim,

isto vem reafirmar a contradição presente na expansão do capital no campo ora expulsando, ora criando novos mecanismos de fixação da mão-de-obra de que necessita para a sua valorização. (LIMA, 2002, p. 33).

São transformações viabilizadas e reforçadas pelo Estado em nível local, regional e nacional de forma expansiva e idealizadora isso reflete na política contraditória do Estado. “De um lado garante a dominação e a expansão do capital sobre a agricultura e de outros, tenta atenuar seus efeitos através de políticas e programas diversos.” (LIMA, 2002, p. 33).

Dessa forma, as expectativas para o futuro são pessimistas, assim gera um cenário de incertezas e de insegurança aos camponeses, que de acordo com eles, só será solucionado se conseguirem inserir essa mão-de-obra em outras atividades, seja no campo ou na cidade.

---

**REFERÊNCIAS**

---

ALVES, F. & PAIXÃO, M. **Relações de trabalho**. In: ALVES, F. *et al.* (Org.). *Certificação socioambiental para a agricultura: desafios para o setor sucroalcooleiro*. Piracicaba (SP): Imaflora; São Carlos (SP): Edufscar, 2008.

ANDRADE, M. C. de. **O Desafio Ecológico: Utopia e Realidade**. Ed. HUCITEC. São Paulo, 1994, p. 9 -107.

ANTUNES, L. M. & ANGEL, A. **A informática na agropecuária**. Guaíba: Agropecuária, 1996, p. 175.

ANTUNES, R. C. **O que é Sindicalismo**. 3ª edição. São Paulo, brasiliense, 1980.

**ATLAS ESCOLAR DA PARAÍBA**. Coordenadora: Janete Lins Rodrigues – João Pessoa. GRFSET, 2ª edição, 2000.

AZEVEDO, F. A. **As ligas Camponesas**. Coleção Estudos sobre o Nordeste. Volume14. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1982.

AZEVEDO, L. **Minas Gerais elimina queima de cana-de-açúcar em 2014**. Pastoral do Migrante, Guariba, 25 de set. 2008. Disponível em: <[http://www.pastoraldomigrante.com.br/index.php?view=article&id=498%3Aminas-geraiselimina-queima-de-cana-dacucaem&option=com\\_content&Itemid=54](http://www.pastoraldomigrante.com.br/index.php?view=article&id=498%3Aminas-geraiselimina-queima-de-cana-dacucaem&option=com_content&Itemid=54)>. Acesso em: 13 jul. 2010.

BASTOS, E. R. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis, vozes. 1984, p. 144.

BNB – **Manual de impostos ambientais**: orientações básicas sobre aspectos ambientais de atividades produtivas/ Banco do Nordeste. Equipe de elaboração: Mariza do Campo Oliveira Dias (coordenadora), Mauri Barbosa Pereira, Pedro Luís Fuentes Dias, Jair Fernandes Virgílio, Fortaleza: Banco do Nordeste, 1999.

BRUGNARO, C. **Modelos aritméticos de implantação de canaviais**. Cadernos Planalsucar, Piracicaba, 1983, p. 3-10.

CARVALHO, E. R. de. **Transformações socioterritoriais do capital sucroaleiro em Iturama, Pontal do Triângulo Mineiro**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Uberlândia, programa de pós-graduação em geografia, Minas Gerais, 2009.

CHIAVENATO, J. J. **Violência no campo: latifúndio e a reforma agrária**. São Paulo: Moderna, 1996, p. 6-67.

CPT (Comissão Pastoral da Terra). **A OMC e os efeitos destrutivos da indústria da cana no Brasil**. Recife. **Cadernos de Formação 2/CPT**. 24 p., 2006. Disponível em: < <http://www.cpt.org.br/>>. Acesso em: 27 abr. 2010.

CPT (Comissão Pastoral da Terra). **Conflitos no Campo Brasil 2009**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 200. 2010.

DIAS, F. L. F. **Relação entre a produtividade, clima, solos e variedades de cana-de-açúcar, na Região Nordeste do Estado de São Paulo**. Piracicaba, 1997, p. 64. Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Agricultura “Luís de Queiroz”, Universidade de São Paulo.

EMBRAPA. **Centro Nacional de Pesquisa de Solos**. Sistema Brasileiro de classificação de solos. Brasília: Embrapa Produção de Informação. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 1999, p. 412.

FERREIRA NETO, J. A. **Lideranças sindicais e ação coletiva: a FETAEMG e a luta pela terra em Minas Gerais**. 1998. 263 f. Tese (Doutorado)-Políticas de Desenvolvimento Agrícola. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

FRAGA, N. C. **Mudanças e Permanências na Rede Viária do Contestado: uma abordagem acerca da formação territorial no sul do Brasil**. Curitiba: Tese de Doutorado apresentada para obtenção do título de Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, 2006.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 19ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1959.

GALVÃO, W. N. **No Calor da Hora - a guerra de Canudos nos jornais**. São Paulo, Editora Ática, 1977.

GONÇALVES, D. B. **Considerações sobre a expansão recente da lavoura canvieira no Brasil**. Informações Econômicas. São Paulo, V.39, n.10, out. 2009.

IBGE. **Recursos naturais e meio ambiente: uma visão do Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro, 1997.

IPPC – **Intergovernmental Panel on Climate Change**. The scientific basis. Houghton, J. T.; Ding, Y.; Nogua, M.; Grggs, D.; Linden, P. V.; Maskell, K. (eds.) Cambridge: University Press, 2001, p. 892.

**Leis das Sesmarias**. In: Infopédia. Porto Editora 2003-2010. (Consulta em 20-11-2011).

LEPSCH, I. F. **Influência dos fatores edáficos na produção**. In: CASTRO P.R.C.; FERREIRA, S.O.; YAMADA, T. (COORD.) *Ecofisiologia da produção*. Piracicaba: Associação Brasileira para Pesquisa da Potassa e do Fosfato, 1987, p. 83-98.

LIMA, E. R. V. **Expansão canvieira e transformações no espaço agrário do Município de Santa Rita: O caso do Núcleo de Urbanização Rural de Lerolândia**. Universidade Federal da Paraíba (Monografia de Graduação). Curso de Geografia. Orientadora. Profª. Drª. Emília de Rodat Fernandes Moreira, 2002.

LIMA, J. S. **A modernização da agricultura e as implicações nas relações de trabalho no campo**: os trabalhadores volantes no município de Fernandópolis – SP, 2004. 190 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

MACHADO, P. P. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas. Campinas: UNICAMP, 2004.

MARTINS, J. de S. **Ocativoiro da terra**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MATSUOKA, S. **Botânica da cana-de-açúcar**. In: MATSUOKA, S. Botânica e ecofisiologia da cana-de-açúcar. Araras: UFSCar, 1996, p. 1-9

MAULE, R. F., MAZZA, J. A.; MARTHA JR. G. B. **Produtividade agrícola de cultivares de cana-de-açúcar em diferentes solos e épocas de colheita**. Sci, agric. 2001, vol. 58, n. 2, p. 295-301.

MIRANDA, C. H. A. M. **Relações entre frequência cardíaca, carga física de trabalho e produtividade em sistemas de produção de componentes elétricos para motores industriais**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina) Florianópolis, 2005.

MORAES, M. A. de. & FRANCO, P. S. **Geografia Econômica**: Brasil de Colônia a Colônia. Campinas: Átomo, 2005.

MOREIRA, A. P. da C. **Território Quilombola**: cultura e resistência em Alagoa Grande/PB. Universidade Federal da Paraíba (Monografia de Graduação). Curso de Geografia. Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria de Fátima Rodrigues, 2006.

MOREIRA, E. R.F. **La ville et la Compagne dans la micro-region du Brejo Paraibano**. Dissertação de 3<sup>o</sup> ciclo do IEDES. Universidade de Paris I, 1981.

\_\_\_\_\_. **Ocupação e povoamento do território paraibano**. João Pessoa: Texto didático utilizado junto à disciplina Geografia da Paraíba. Departamento de Geociências-UEPB, 1983.

MOREIRA, *et al.* **Espaço Agrário, condições de vida, trabalho e saúde**. Trabalho apresentado no VI Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, abet, 1999.

MOREIRA, E. & TARGINO, I **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: UFPB, 1997, p. 332.

OLIVEIRA, A. M. S. **A relação capital-trabalho na agroindústria sucroalcooleira paulista e a intensificação do corte mecanizado**: gestão do trabalho e certificação ambiental. Presidente Prudente. 2003. 226 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.

ORTEGA FILHO, S. **O potencial da agroindústria canavieira do Brasil**. FBT – Faculdade de Ciências Farmacêuticas – USP. São Paulo, 2003, p. 19.

PAIVA, L. **Revista Canamix** – Ano 2 ed. 15, São Paulo, 2009.

PINSK, Jaime. **A escravidão no Brasil** (as razões da escravidão; sexualidade e vida cotidiana; as formas de resistência). São Paulo: Contexto, 2004.

PIRES FERREIRA, M. S. **Relatório do Tenente Pires Ferreira, comandante da 1ª Expedição contra Canudos**. Quartel da Palma, 10 de dezembro de 1896.

PROJETO RADAMBRASIL – **Levantamento de recursos naturais – programa de integração nacional**. Volume 23, folha SB. 24/25. Jaguaribe/Natal. Mapas geológicos, geomorfológicos, exploratório de solos, vegetação, capacidade do uso dos recursos naturais renováveis, metalogenético, previsionar e potencial dos recursos hídricos. Rio de Janeiro, 1981.

**Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento** – PNDU, 2000.

**Revista Ilustração brasileira**, setembro de 1922.

RIBEIRO, J. C. **O sindicalismo de trabalhadores rurais no Brasil**. Goiás, 2008.

SANTOS, C. A. dos. **Evidências de degradação causadas pela agricultura canavieira no Distrito de Renascença – Sapé/PB**. Considerações sócio-econômicas e ambientais (Monografia de graduação). Universidade Estadual da Paraíba, curso de geografia. Orientadora: Prof<sup>a</sup> Ms. Luciene Vieira de Arruda, 2003.

SANTOS, J. C. & PESSOA, V. L. S. **A territorialização das empresas do setor sucroalcooleiro na microrregião geográfica de Presidente Prudentes -São Paulo: as tramas do capital e os impactos**. Campo-Território, Uberlândia, v. 3, n. 5, p. 243-263, fev. 2008. Disponível em: <<http://www.campoterritorio.ig.ufu.br/viewissue.php?id=5>>. Acesso em: 4 mar. 2010.

Silva, F. C. T. da. **Camponeses e criadores na formação social da miséria (1820-1920)**. Niterói, UFF, Dissertação de Mestrado, 1981.

SILVA, L. L. da; COSTA, R.F. da. CAMPOS, J. H. B. da C.; DANTAS, R. T. **Influência das precipitações na produtividade agrícola no Estado da Paraíba**. Rev. bras. Eng. agríc. ambient. 2009, Vol. 13, n. 4, p. 454-461.

SILVA, A. E. R. **A Territorialização da Agroindústria Sucroalcooleira: o processo de reestruturação produtiva no campo e os trabalhadores canavieiros da fazenda Amália/SP**. 2007. 200 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SILVA, M. A. de M. **De colona a boia-fria**. IN: PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

SILVA, M. A. M. **Reestruturação produtiva e os impactos sobre os migrantes**. In: GIARRACCA, N. (Org.) ¿Una nueva ruralidad en América Latina? Buenos Aires: CLACSO, 2001. 384 p. 289-305. Disponível em: <<http://www.clacso.org/wwwclacso/espanol/html/libros/rural/rural.html>>. Acesso em: 26 jun. 2010.

SILVA, M. A. M. **Trabalho e trabalhadores na região do “mar de cana e do rio de álcool”**. AGRÁRIA, São Paulo, n. 2, p. 2-39, jan./jun., 2005. Disponível em: <<http://www.geografia.fflch.usp.br/revistaagraria/revistas/2/2.htm>>. Acesso em: 5 nov. 2007.

STEDILE, João Pedro (org.). **A Questão Agrária no Brasil**: o debate tradicional – 1500-1960. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

STRAZZACAPPA, C. **A luta pela terra no Brasil**: das sesmarias ao MST. São Paulo, Moderna. 2006, p.10.

THOMAZ JR, A. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana**: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002, p. 388.

VINHAS DE QUEIROZ, M. **Messianismo e conflito social**: a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

[www.estacoesferrovias.com.br/paraiba/sape.htm](http://www.estacoesferrovias.com.br/paraiba/sape.htm)

[www.ibge.gov.br/](http://www.ibge.gov.br/)

## **ANEXOS**



## TERMO DE COMPROMISSO ESCLEARECIDO

A cana-de-açúcar é uma lavoura de grande importância no processo de desenvolvimento econômico do município de Sapé/PB, dela dar-se ênfase a condição de trabalho do camponês na destilaria UNA localizada no mesmo município. Esse é um tema desenvolvido por mim, Alexandre Antonio Lourenço, em forma de monografia, junto a Universidade Estadual da Paraíba – Departamento de Geo-História sob orientação da Prof. Alecsandra Pereira da Costa Moreira para o término do curso de graduação em Geografia. Esse trabalho tem como objetivo analisar o processo de desenvolvimento econômico a partir da cultura canavieira do município de Sapé/PB.

Para realizar esse trabalho pedimos a sua participação de forma voluntária. Se o Senhor/Senhora aceitar colaborar com a pesquisa, permitirá a realização de uma entrevista e a exposição de suas imagens e opiniões. A entrevista ocorrerá de maneira discreta, no ambiente de trabalho em horário reservado, ou seja, fora do horário de trabalho.

Se for de seu interesse, podemos dispor informações sobre o desenvolvimento da pesquisa, e o Senhor/Senhora poderá ter acesso as informações contidas na monografia e contribuir com seus discernimentos próprios sobre o assunto tratado. As informações obtidas e as imagens fotografadas serão divulgadas no meu trabalho monográfico. Meu endereço:

Sítio Fundo do Vale - s/n.

CEP. 58340-000 Zona Rural de Sapé/PB.

Fone: (83) 9946-5183 E-mail: xande.uepb@Hotmail.com

EU \_\_\_\_\_, aceito colaborar com minhas informações em sua pesquisa e declaro para os devidos fins, que autorizo sob as normas jurídicas que a minha entrevista realizada no(s) dia(s) \_\_\_\_\_ pode ser publicada. Os dados poderão ser utilizados de forma completa ou em partes, sem delimitação de tempo em forma de citações, de acordo com a data sugerida. Dessa maneira, concedo a publicação e divulgação de minhas informações em seu trabalho monográfico que sejam consideradas importante e relativas à sua formação acadêmica.

---

Assinatura do entrevistado

---

Assinatura do entrevistador



Universidade Estadual da Paraíba.

Local do Trabalho de campo: \_\_\_\_\_

Período: \_\_\_\_\_

Data da realização da entrevista: \_\_\_\_\_

Elaboração: \_\_\_\_\_

Entrevistador: \_\_\_\_\_

## ROTEIRO DE ENTREVISTA DESTINADO AOS CAMPONESES CORTADORES DE CANA-DE-AÇÚCAR

### 1. DADOS PESSOAIS DO CAMPONÊS

1.1 Naturalidade: \_\_\_\_\_

1.2 UF: \_\_\_\_\_

1.3. Reside onde: ( ) zona rural ( ) zona urbana. Por quê?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

1.4. (Se a resposta for zona urbana) Você já morou no campo antes de viver na cidade? Se sim quantos anos?

1.5. Em que município você reside?

\_\_\_\_\_

1.6. Há quanto tempo reside neste município?

1.7. Idade: \_\_\_\_\_

1.8. Nível de escolaridade (último ano que estudou) \_\_\_\_\_

1.10. Você tem quantos filhos? Quantos estudam?

\_\_\_\_\_

1.11. Que documentos você possui identifique-os abaixo:

( ) Certidão de nascimento

( ) Identidade

( ) Título de eleitor

( ) CPF

( ) Carteira de trabalho

Outros: \_\_\_\_\_

1.12. Qual sua profissão na destilaria UNA? Há quanto tempo você trabalha nessa profissão?

1.13. Existe mais alguém de sua família trabalhando nessa mesma profissão?

1.14. Que outras profissões sua família exerce?

## 2. CONDIÇÕES DE TRABALHO

2.2. Quanto tem sido sua produção diária?

2.3. Qual é a unidade de medida utilizada e os valores atribuídos?

2.4. Você trabalha para quem?

2.5. Qual é o nome da propriedade?

2.6. Você trabalha com carteira assinada?

2.7. Já trabalhou sem algum tipo de documento que permita que o (a) senhor (a) tenha acesso aos direitos trabalhistas?

2.8. Qual a distância aproximada de seu município ao local de trabalho?

2.9. Quanto tempo você gasta vindo de seu município ao local de trabalho?

2.10. Que meio de transporte você utiliza para ir ao trabalho?

2.11. Caracterize esse meio de transporte?

2.12. Que horário você acorda para ir ao trabalho?

2.13. Que horas você volta do trabalho?

2.14. Você trabalha quantas horas por dia?

2.15. A quantidade de horas de trabalho especificada no contrato é respeitada?

2.16. Quando você ultrapassa o horário, recebe pelas horas extras?

2.17. Que tipo de roupas você utiliza para realizar o seu trabalho?

2.18. Quais são os instrumentos de trabalho? São de sua propriedade?

2.19. As ferramentas utilizadas pelos cortadores de cana-de-açúcar são de sua empresa?

2.20. (Se sim) Como é feita a cobrança pela utilização?

2.21. Alguém fiscaliza seu trabalho? Quem? Como?

2.22. Há quanto tempo você é registrado em carteira assinada?

2.23. Você usufruiu de férias, 13º salário e seguro desemprego?

2.24. Em relação ao regime de trabalho qual a forma de remuneração?

por empreitada

por produto

com salário fixo

outra: \_\_\_\_\_

2.25. Seu trabalho é de risco? Qual? Caso ocorra algum acidente é oferecida alguma proteção?

2.26. Você já sofreu algum acidente que lhe deixou com problemas de saúde, dores ou seqüelas?

2.27. Se for vítima de algum acidente no trabalho, recebe alguma indenização da empresa?

2.26. Quando fica doente, a empresa paga os dias que ficaram parados?

2.27. Você já fez greve para melhorar seu salário ou as condições de trabalho de trabalho? Se realizou, quem liderou? Conseguiu os objetivos iniciais da paralisação? Sofreu algum tipo de represaria?

2.28. Você está filiado a algum sindicato? Qual e onde?

2.29. O que o sindicato tem feito?

2.30. Você tem outra ocupação? Qual?

### 3. CONDIÇÕES DE VIDA E UTILIZAÇÃO DO SALÁRIO RECEBIDO

3.1. Qual a forma que você é remunerado?

por dia

por semana

quinzenal

mensal

outro: \_\_\_\_\_

3.2. Qual seu salário mensal?

3.3. Você possui outras fontes de renda?

3.4. Seu pagamento já atrasou? Quanto tempo?

3.5 Há alguém de sua família que ajuda você nos gastos da casa?

3.6. Quantas pessoas de sua família usufruem do salário que você recebe?

3.7. Durante o ano, em decorrência da oferta de trabalho, você fica sem trabalhar?  
Quanto tempo?

3.8. Você consegue poupar algum dinheiro no Banco? Se sim, quanto do salário.

3.9. A casa em que mora é:

própria

alugada

financiada

cedida

outra: \_\_\_\_\_

3.10. A prefeitura do município oferece algum tipo de ajuda aos camponeses?

3.11. O que gosta de fazer quando está nas horas de folga?

3.12. As ferramentas utilizadas pelos cortadores de cana-de-açúcar são da empresa?

3.13 (Se sim) Como são feitas as cobranças pela utilização?

3.14. Quais são os tipos de agrotóxicos utilizados nas plantações de cana-de-açúcar da “Destilaria Una”?

3.15. Que tipos de problemas acontecem devido à utilização de agrotóxicos?

3.16. Existem atividades que visam à preservação ambiental (solo, vegetação, rios, ar, saúde dos camponeses, etc.)?

3.17. O senhor sente alguma mudança positiva nas condições de trabalho e de salário quando acontece alguma melhoria no setor econômico a nível nacional e/ou estadual?

Observações:

---

---



Universidade Estadual da Paraíba.

Local do Trabalho de campo: \_\_\_\_\_

Período: \_\_\_\_\_

Data da realização da entrevista: \_\_\_\_\_

Entrevistador: \_\_\_\_\_

Entrevistado: \_\_\_\_\_

Sexo: Feminino ( ) Masculino ( ).

Idade: \_\_\_\_\_

### ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA FISCALIZADOR DE MÃO-DE-OBRA (“FISCAL DE TURMA” OU “CABO DE GUIA”)

1. Qual o nome da empresa para o qual você presta serviço?
2. Você atua em que área da destilaria? Comente sobre a sua função.
3. Como você se tornou um “turmeiro”? Há outras formas de denominar sua atividade?
4. Há quanto tempo você exerce essa atividade?
5. Que critérios você utiliza para guiar o camponês que corta de cana-de-açúcar?
6. Como você avalia a qualidade do trabalho exercido pelo camponês?
7. Como você conceitua a mão-de-obra exercida pelo camponês a parti do corte de cana-de-açúcar na empresa?
8. Qual é a origem dos camponeses?
9. Quantas pessoas você costuma fiscalizar?

10. Qual sua opinião em relação à carteira assinada?
11. (Se a resposta for afirmativa) Que ações têm sido promovidas pelo sindicato?
12. Como é seu relacionamento com os cortadores de cana?
13. Qual é o seu papel nas ações desenvolvidas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais?
14. Como é seu relacionamento com os trabalhadores dos outros setores em relação à destilaria para a qual exerce sua função?
15. Quais os maiores problemas encontrados por você no trabalho agrícola atualmente?
16. Você gostaria de mudar de profissão? Se sim, por quê?
17. Em sua opinião, quais as perspectivas para o mercado de trabalho na agricultura do município de Sapé na atualidade?
18. Quais são as perspectivas quanto à ampliação da atividade canavieira no município?
19. As ferramentas utilizadas pelos cortadores de cana-de-açúcar são da empresa?
20. (Se sim) Como é feita a cobrança pela utilização?
21. Quais são os tipos de agrotóxicos utilizados nas plantações de cana-de-açúcar da Destilaria Una?
22. Que tipos de problemas acontecem devido à utilização de agrotóxico?

23. Existem atividades que visam à preservação ambiental (solo, vegetação, rios, ar, saúde dos camponeses, etc.)?

24. O senhor sente alguma mudança positiva nas condições de trabalho e de salário quando acontece alguma melhoria no setor econômico a nível nacional e/ou estadual?

Observações:

---

---



Universidade Estadual da Paraíba

Local do Trabalho de campo: \_\_\_\_\_

Período: \_\_\_\_\_

Data da realização da entrevista: \_\_\_\_\_

Entrevistador: \_\_\_\_\_

Entrevistado: \_\_\_\_\_

Sexo: Feminino ( ) Masculino ( ).

Idade: \_\_\_\_\_

### ROTEIRO DE ENTREVISTA DESTINADO AO PROPRIETÁRIO OU SÓCIO DA DESTILARIA UNA

1. Quando a empresa foi fundada? Comente sobre a sua história.
2. Onde ficam localizadas as unidades de produção da destilaria UNA?
3. Quantos funcionários prestam serviço à empresa?
4. Nos últimos cinco anos qual o lucro alcançado pela empresa? Seus maiores clientes são do mercado interno ou externo? Em termos percentuais como essa relação é estabelecida?
5. Que relação o senhor percebe ao longo do tempo entre as estatísticas referentes ao mercado da cana-de-açúcar em escala nacional, estadual e local?
6. Houve alguma manifestação do Ministério do Trabalho sobre as relações trabalhistas nessa empresa?
7. A Destilaria Una é associada a alguma organização empresarial?
8. Os trabalhadores são representados por alguma organização sindical? Qual?

9. Qual o posicionamento da empresa sobre a responsabilidade da cadeia produtiva no município?

10. Qual a situação até hoje da empresa em relação ao problema de denuncia do trabalho forçado ou trabalho escravo?

11. Quantos fornecedores você possui cadastrado a empresa atualmente? Nos últimos anos qual a variação desse número? Quem são eles? Onde se localizam? Já cancelou algum contrato por motivos convincentes? Quais?

12. Existe algum tipo de controle sobre a compra e venda de produtos (agrotóxicos, ferramentas, máquinas, etc.)? Como é feito esse procedimento? Existem notas fiscais?

13. A empresa monitora o trabalho exercido pelos funcionários? Como? Exige algum padrão de controle?

14. Que tipo de atividades a empresa realiza visando informar, orientar e conscientizar seus funcionários sobre a legislação trabalhista e as condições de segurança? Como faz isso?

15. Quais são as expectativas nos próximos anos com relação à expansão da cana-de-açúcar na região?

16. Qual é o grupo que administra a destilaria?

17. Quais as localidades ocupadas por cana-de-açúcar no município?

18. Existem atualmente fornecedores que participam da entidade? Esse número tem aumentado ou diminuído?

19. Existe alguma forma de negociação com os empregados industriais para melhorar as condições de vida do camponês (salário, benefícios, etc.)? Caso exista, cite alguns exemplos de conquistas.

14. Como se caracteriza a produção de cana-de-açúcar no município?

15. Que fatores intensificam a expansão do plantio de cana-de-açúcar no município?

16. Qual é o subsídio utilizado para obter resultados positivos em anos subsequentes?

17. A empresa provoca desmatamentos ou queimadas de florestas, ou em áreas de nascentes de rios, para plantar a cana-de-açúcar? Se sim, como?

18. Quais os principais benefícios, diretos e indiretos, que a indústria traz ao município?

19. Os camponeses fazem reivindicações quanto aos serviços prestados à empresa?

20. A destilaria provoca impactos positivos ou negativos ao meio ambiente? De que forma?

21. Qual é o maior problema que a indústria causa ao meio ambiente? O que tem sido feito para melhorar a situação?

22. Há reservas de proteção ambiental na Destilaria Una? Se sim, como acontece a fiscalização?

23. O que a empresa faz para conscientizar seus funcionários a respeito da questão ambiental?

24. Como você avalia sua empresa atualmente considerando os fatores socioeconômicos e ambientais?

Observações:

---

---